

2021

RELATÓRIO & CONTAS

GENERALI SEGUROS, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242

1250 - 149 Lisboa / Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF n.º 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

01	MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO	004
02	ÓRGÃOS SOCIAIS	006
03	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	008
04	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	026
05	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	030
06	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	032
07	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	034
08	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	036
09	DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO	123
10	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	132
11	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	141

01

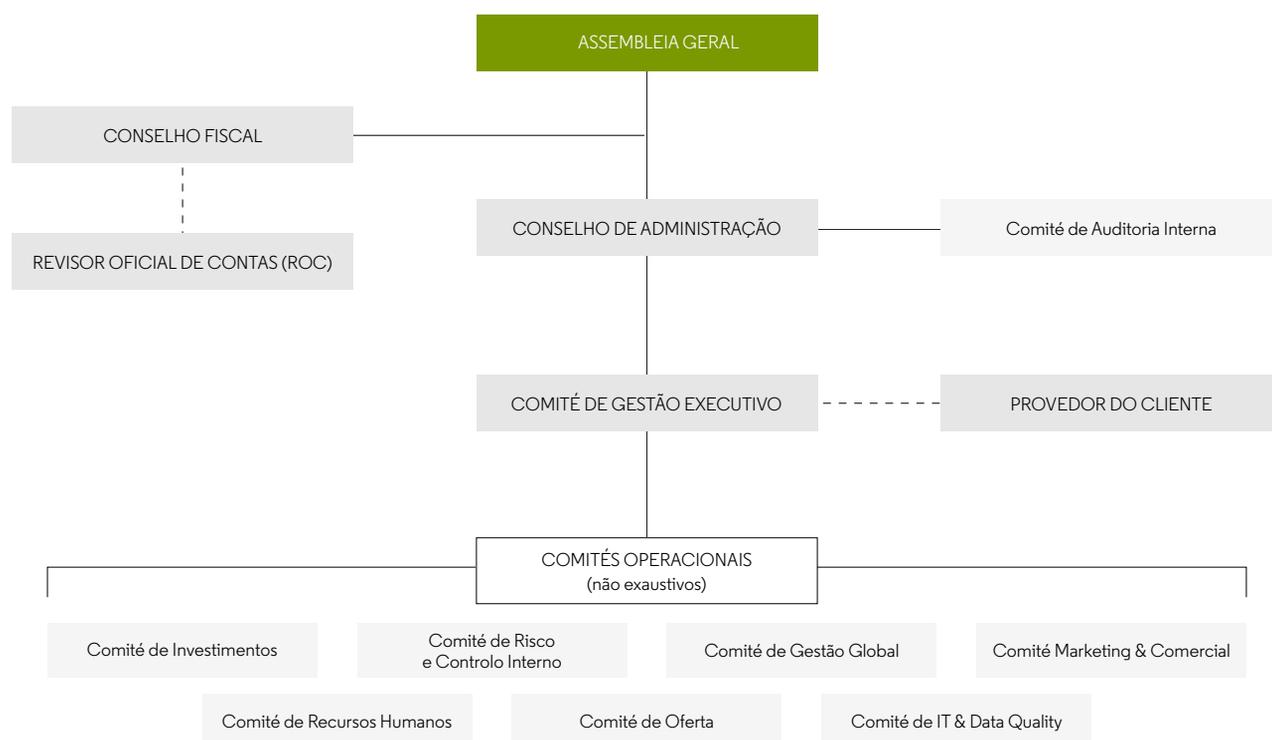
**MODELO
DE GOVERNO
CORPORATIVO**

MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

De acordo com o Modelo de Governo Societário adotado, à data do presente relatório, a Companhia integra um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Comité de Gestão Executivo, ao qual o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da Companhia.

Adicionalmente, foram constituídos diversos comités de forma a permitir a realização, de forma permanente, da avaliação, controlo, monitorização, discussão e tomada de decisão sobre diversos aspetos relevantes do sistema de governo, sistema de gestão de risco, estratégia, objetivos e dados de negócio da Companhia, reforçando um modelo de governação assente numa gestão sã e prudente do negócio, no reforço da comunicação, da transparência e da interação entre os diversos Órgãos de Gestão e de Fiscalização, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo.

Acionista



02

ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Sofia Leite Borges (Presidente)
Denise Alfaro Guimarães Luz (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo (Presidente)
João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)
Pedro Luís Francisco Carvalho (CEO)
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo
Riccardo Candoni
Stefano Flori

CONSELHO FISCAL*

Nelson Manuel Marques Fontan (Presidente)
Dinora Clara Feijão Margalho Botelho (Vogal)
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento (Vogal)
Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (Efetivo)
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (Suplente)

A Gestão da Sociedade, por delegação do Conselho de Administração, caberá a um Comité de Gestão Executivo composto por:

João Carlos Soares Candeias Barata (*Chief Insurance Officer*)
José António Correia Dias Nogueira da Silva (*Chief Operating Officer*)
Pedro Luís Francisco Carvalho (*Chief Executive Officer*)
Stefano Flori (*Chief Financial Officer*)

(*) composição para o mandato 2022-2024, aprovada em Assembleia Geral e condicionada ainda ao registo pela ASF.

03

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Generali Seguros, S.A. (adiante designada por “Generali Seguros” ou “Companhia”) respeitantes ao exercício de 2021.

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

3.1.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia mundial deverá ter registado um forte crescimento em 2021 beneficiando do desenvolvimento e distribuição generalizado das vacinas contra a Covid-19. Apesar dos constrangimentos nas cadeias de distribuição, da subida dos preços das matérias-primas, em particular da energia, e do aparecimento de novas variantes do coronavírus, o crescimento real do Produto Interno Bruto mundial (excluindo a área Euro) terá atingido os 6% em 2021, segundo os especialistas do Eurosystem.

Na área do Euro as projeções apontam para um crescimento de 5,1% do PIB, moderado no último trimestre pelo impacto de novos confinamentos decorrentes do aparecimento da variante ómicron. Prevê-se que a trajetória de recuperação se mantenha em 2022, assente numa procura interna robusta uma vez que o mercado de trabalho está a melhorar e a poupança acumulada durante a pandemia continuará a apoiar o consumo.

A pandemia provocou perturbações nas cadeias de fornecimento globais e com a procura superior à oferta os preços das matérias-primas, energia e bens duradouros aumentaram de forma significativa. As projeções macroeconómicas apontam para uma inflação anual de 3,2% em 2021, 3,2% em 2022 e uma estabilização em torno dos 1,8% nos 2 anos seguintes na área Euro.

O eventual aparecimento de novas variantes do coronavírus, a trajetória dos preços dos produtos energéticos e o ritmo de resolução dos estrangulamentos do lado da oferta constituem os principais riscos para a recuperação económica e perspetivas de inflação.

Dando sequência aos ganhos de 2020, os mercados acionistas tiveram um forte desempenho em 2021. Além da eficácia das vacinas, os mercados beneficiaram da sólida recuperação dos resultados das empresas. As ações dos EUA lideraram os ganhos, mas a performance da Europa, Reino Unido e Japão também foi expressiva. O retorno das ações dos mercados emergentes foi ligeiramente negativo, condicionado pelo desempenho da China onde a limpeza da alavancagem excessiva nos mercados imobiliários causou nervosismo nos investidores.

Os mercados de dívida registaram desempenhos modestos em 2021. Na dívida pública o retorno foi negativo, tanto nos EUA como na Europa fruto da forte recuperação económica, inflação em alta e expectativas de políticas menos acomodáticas por parte dos bancos centrais.

A dívida privada com grau de investimento (*investment-grade*) teve retornos marginalmente negativos, penalizados pela subida das taxas de juro subjacentes, enquanto a dívida de alto rendimento (*high-yield*) valorizou, beneficiando de uma maior compressão dos *spreads*.

No mercado cambial, o Euro depreciou 7% face ao dólar em 2021, refletindo o alargamento do diferencial das expectativas para as taxas de juro de curto prazo entre a área do Euro e os Estados Unidos, impulsionado pela retoma mais rápida da atividade económica, pela inflação mais elevada e pela política monetária dos Estados Unidos. A partir de setembro, este movimento foi mais acentuado e repercutiu-se também em relação a outras moedas principais como o renminbi da China, o franco suíço, o iene do Japão e a libra esterlina.

Os bancos centrais iniciaram o processo de normalização de políticas após os programas de estímulo sem precedentes implementados durante o período crítico da pandemia. No último trimestre do ano, a Reserva Federal Americana anunciou que encerraria o *'quantitative easing'* em março e sugeriu a possibilidade de três subidas de juros em 2022. O Banco Central Europeu, na sua reunião de dezembro não previa mudanças nas taxas de juros em 2022, mas anunciou o fim do programa de emergência (PEPP), prevendo uma redução gradual das compras de ativos ao longo de 2022.

3.1.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Após a forte contração verificada em 2020 (-8,4%) a economia portuguesa terá crescido 4,9% em 2021, segundo o INE. A mesma fonte refere que “a procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação do PIB, após ter sido significativamente negativo em 2020, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do Investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços”.

O Banco de Portugal projeta que a taxa de inflação atinja 0,9% em 2021 e 1,8% em 2022, valores bastante aquém das estimativas para a área Euro. A recuperação da economia também se reflete no aumento do emprego (2,5% em 2021) e na redução da taxa de desemprego para níveis pré-pandemia.

A trajetória de crescimento deverá manter-se em 2022 suportada pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela aplicação de fundos da União Europeia. A taxa de poupança deverá reduzir em 2021-22, após ter atingido 12,8% em 2020.

3.1.3. MERCADO SEGURADOR

Após dois anos de decréscimo da produção de seguro direto, muito por influência da crise decorrente da situação de pandemia, em 2021, apesar do contexto pandémico se manter, o total de prémios registou um crescimento de 34,5% face a 2020, situando-se em 13.346 milhões de euros (+3.423 milhões de euros), impulsionado pela evolução muito positiva dos ramos Vida.

O segmento Vida, que representa 58% do total da produção de seguro direto, contrariamente ao verificado no ano anterior, registou em 2021 um crescimento dos prémios de 69,5% face a 2020 (+3.168 milhões de euros). Todas as modalidades registaram uma evolução positiva, salientando-se os seguros de Vida Ligados, excluindo PPR (+135,9%, +2.020 milhões de euros) e os PPR totais (+64,2%, +746 milhões de euros).

O segmento Não-Vida, o mais correlacionado com a atividade económica, é o segmento que mais diretamente sentiu os impactos da pandemia.

Embora os prémios tenham registado em 2021 um crescimento de 4,8% face ao ano anterior, superior ao verificado em 2020 (+3,0%), ainda continua muito inferior ao observado em anos anteriores. O volume de prémios Não-Vida atingiu 5.619 milhões de euros (+255 milhões de euros) com destaque para o ramo Saúde, que com um crescimento de 8,7% (+83 milhões de euros), continua a apresentar uma boa evolução, em resultado de uma procura crescente deste tipo de seguro por parte da população.

O ramo Acidentes de Trabalho recuperou em relação ao ano anterior, e registou uma taxa de crescimento de +6,6% (+60 milhões de euros) face a 2020, cuja variação foi de +1,2%. Também o ramo Incêndio e Outros Danos registou uma taxa de crescimento positiva, de +5,8% (+55 milhões de euros), superior à registada em 2020 (+4,4%).

O ramo Automóvel apresentou em 2021 uma taxa de crescimento de +1,1% (+1,9% em 2020).

3.2. FACTOS RELEVANTES EM 2021

Segundo as estimativas rápidas do INE de janeiro de 2022, o PIB cresceu 4,9% em 2021 (-8,4% em 2020), o valor mais elevado desde 1990. Esta situação decorre de uma recuperação dos impactos negativos acentuados da pandemia da Covid-19 na atividade económica no ano anterior.

A recuperação foi convergindo ao longo do ano, com crescimentos positivos em todos os trimestres à exceção do 1.º, ainda marcado por períodos de confinamento generalizados das atividades não essenciais (-3,0% no 1.º trimestre, +4,3% no 2.º trimestre, +2,9% no 3.º trimestre e +1,6% no 4.º trimestre do ano).

O consumo privado e o Investimento contribuíram positivamente, enquanto o contributo da procura externa líquida, apesar de negativo, foi bastante menos penalizador que no ano anterior, devido à aceleração das exportações, apesar de contrariado pela pioria dos termos das importações com reflexos no custo da energia e matérias-primas.

Em 2021, manteve-se o contexto de taxas de juro muito baixas, condicionando muito a rentabilidade das empresas do setor financeiro. Apesar de o BCE não antecipar alterações profundas na sua política, as pressões inflacionistas poderão, a prazo, conduzir a um aumento das taxas de juro com consequência nos custos de financiamento do país, famílias e empresas.

No entanto, e em sentido inverso, abre oportunidade à exploração de produtos de investimento que começa já a sentir-se, reforçada pela crescente perceção da parte dos consumidores sobre a necessidade de adotar comportamentos responsáveis e de preparação ativa dos seus projetos de vida e reforma ativa, num contexto de cada vez maior insustentabilidade da Segurança Social devido ao envelhecimento da população.

Globalmente, o mercado segurador cresceu 34,5% em 2021. Este resultado deriva do crescimento de 69,5% em Vida, em completa inversão do que vinha ocorrendo anteriormente (-13,9% em 2019 e -34,4% em 2020). Também o ramo Não-Vida cresceu +4,8%, beneficiando da recuperação da atividade económica após a crise pandémica que deflagrou em 2020.

Este desempenho em Não-Vida advém principalmente dos contributos dos produtos Acidentes e Doença (+7,7%), Incêndio e Outros Danos (+5,8%) e Automóvel (+1,1%). De entre os seguros mais representativos Não-Vida, Doença (2.º maior ramo Não-Vida) foi aquele que apresentou maior crescimento (+8,7%), tal como

já acontecera nos anos anteriores, o que reafirma inequivocamente a saúde é um dos elementos mais valorizados pela população e um ramo absolutamente estratégico para as seguradoras junto dos seus clientes. Nos seguros obrigatórios, o ramo de Acidentes de Trabalho teve uma evolução positiva de 6,6%, resultante do retomar da atividade económica e do término do regime de *lay-off*, expresso também na diminuição da taxa de desemprego (6,1% no 3.º trimestre 2021, o valor mais baixo da década).

O ramo Vida, que apresentou incremento de prémios de 69,5%, foi particularmente impactado pelo desempenho muito positivo dos seguros de capitalização e PPR que cresceram 96,2% e 70,5%, respetivamente, com várias seguradoras a voltarem a dinamizar esta linha de produtos mais ativamente. Os produtos tradicionais – Risco – cresceram igualmente, atingindo +5,3%, ligado ao crescimento do crédito à habitação.

A Generali Seguros teve um crescimento superior ao do mercado em Não-Vida, registando um aumento do volume de prémios de 7,3% (*versus* 4,8% do mercado), o que se traduziu numa quota de mercado de 18,8% (0,4 p.p. vs 2020).

Em sentido contrário, em Vida a Generali Seguros perdeu quota que ascendeu a 1,0% (-1,1 p.p. vs 2020), em resultado de um desempenho aquém do mercado nos produtos financeiros (-47,9% Generali vs +82,7% do mercado), o que levou a uma perda de quota de 0,8 p.p. No entanto, em Vida Risco, a Generali Seguros conquistou +0,2 p.p. de quota de mercado, que é agora de 6,5%, fruto da estratégia consistente de aposta neste ramo onde cresceu 8,2% (vs 5,3% mercado).

O ano de 2021 foi marcado por alguma recuperação económica face aos efeitos da pandemia da Covid-19, no ano anterior, com impactos diretos no negócio, em especial nos produtos empresariais de Acidentes de Trabalho e Multirrisco Empresarial (Comércio e Indústria).

Adicionalmente, em 2021, concluiu-se o processo de integração operacional decorrente da fusão por incorporação da Generali – Companhia de Seguros, S.A. e da Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Generali Seguros, S.A. (anteriormente designada Seguradoras Unidas, S.A.), o que originou um reajustamento da composição da carteira, especialmente nos riscos empresariais de maior dimensão com particular incidência nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Transportes.

Apesar destes desafios, houve um aumento da base de clientes para aproximadamente 1,925 milhões de clientes particulares e empresa (+1,5%), e alcançou-se um índice de retenção de clientes de 86% que sustentou o crescimento registado.

A evolução da carteira de prémios Não-Vida acabou por ser positivamente afetada sobretudo pela evolução nos ramos de Acidentes e Doença, em particular nos ramos Acidentes de Trabalho (+19,8%, +3,2 p.p. de quota que ascende a 28,8%) e Saúde (+10,5%).

A Generali Seguros continuou focada na continuidade do processo de transformação, com uma aposta crescente numa estratégia digital no *back office* e *front office*, com impacto direto nos processos de venda, no desempenho operacional e nos níveis de serviço a clientes e parceiros de distribuição.

Em termos de produtos, apostou-se na continuidade da estratégia de oferta alinhada com as necessidades dos clientes e em prestar-lhes um serviço de excelência. Assim, realizou-se um conjunto de melhorias e lançamentos de produtos dos quais destacamos os seguintes:

- Acidentes de Trabalho: introdução de duas novas coberturas de *Smart Working* e Saúde no Trabalho que visam maximizar a produtividade em teletrabalho e promover a saúde física e psíquica dos colaboradores;
- Seguro de Saúde: aumento da competitividade com a introdução da cobertura de Parto sem sub-limite, introdução de co-pagamentos fixos em análises e exames e flexibilização da utilização do seguro em Espanha e EUA através de reembolso de despesas em Internamento e Ambulatório;
- Seguro Viagem: inclusão da cobertura Covid-19;
- Seguro Casa: melhoria das condições da cobertura de Queda de Granizo e introdução da cobertura opcional de Bens ao ar livre, assim como o reforço da oferta de Assistência;
- Em Vida:
 - Risco
 - Revisão da tarifa e do processo de subscrição do Vida Crédito Casa, com aumento dos capitais para aceitação simplificada através de Tele-Entrevista ou Declaração de Saúde;
 - Revisão do Vida Mais Profissionais de Saúde, sem franquia e carência na cobertura de Incapacidade Temporária Absoluta em caso de Covid-19;
 - Financeiros: lançamento do Tranquilidade Investimento Protegido.

A marca LOGO dedicou um maior enfoque ao encaminhamento de Clientes e Prospects para os seus canais digitais: área de Cliente, app, chatbot e WhatsApp, para potenciar vendas online através do site e aumentar a experiência digital dos seus clientes.

Continuámos também focados em proporcionar uma melhor experiência ao cliente, simplificando e automatizando os processos ao longo do ciclo de vida dos seus seguros:

- Consolidámos o objetivo de ter uma linguagem mais clara e simples em todos os pontos de contacto com o cliente, com 75% das comunicações revistas no final do ano, das que mais são enviadas para os clientes;
- Implementámos projetos que nos permitiram continuar neste caminho de melhoria contínua da satisfação dos nossos clientes, entre os quais:
 - Descontinuação dos números de valor acrescentado (iniciados por "7", "30" ou "808"), nas linhas de apoio ao cliente, e a sua substituição por números fixos gratuitos (para quem tem tarifário com chamadas grátis para estes números);
 - Inclusão do custo das chamadas sempre que divulgamos números de apoio ao cliente;
 - Implementação das condições gerais e cláusulas contratuais num tamanho de letra e espaçamento mais visível, acabando com as características “letras pequenas” dos contratos;
- Criámos um simulador que permite aos nossos clientes particulares emitirem seguros Automóvel em poucos minutos.

Lançámos o programa NPS (Net Promoter System) que reflete o princípio de que "O que não é medido não pode ser melhorado."

Sabendo da importância de proporcionar a máxima satisfação aos nossos clientes, nos mais diversos pontos de contacto, implementámos o NPS na Companhia em 2021, um projeto estratégico que mede o vínculo para podermos agir e tomar decisões com o foco no cliente.

Em alinhamento com o Grupo, incorporámos o NPS na nossa vida diária, envolvendo colaboradores e parceiros de negócio. Este programa tem um papel central para proporcionar uma experiência humana aos nossos clientes:

- Durante o ano de 2021 enviámos 275.239 inquéritos, recebemos 34.465 respostas e fizemos 4.959 chamadas;
- Envolvemos 10 departamentos e já somos 394 *cloopers* a fazer chamadas a clientes;
- Em 2021, com base no *feedback* dos clientes, conseguimos identificar 20 oportunidades de melhoria e medidas corretivas: 8 sobre comunicação, 6 de processos, 3 de pagamentos e 3 sobre alinhamento de processos LOGO.

A estratégia digital e de inovação das plataformas de serviço e comunicação com clientes e parceiros manteve-se como prioridade na diferenciação no mercado:

- Concluímos o ano com mais de um milhão de Clientes Verdes (1,113M), um aumento significativo em relação ao ano de 2020 (cerca de +30%), aos quais somam mais 165 mil clientes da LOGO, também desmaterializados. Os valores alcançados possibilitam-nos concretizar elevados níveis de serviço na comunicação, inovação e eficiência;
- Adotámos uma política de comunicação *Always On* com o objetivo de comunicar com frequência e relevância com todos os clientes, através de comunicações comerciais, ações de prevenção, informação e institucionais;
- Em 2021, contactámos 90% dos nossos clientes e alinhámos com a visão estratégica do grupo Generali, a de criar uma relação verdadeiramente "Lifetime partner";
- Com o foco no desenvolvimento da comunicação digital e de melhorar a experiência os nossos clientes, demos continuidade às ações de recolha de consentimentos de marketing e fechámos o ano com 43% de clientes com consentimento de marketing, um crescimento considerável relativamente a 2020;
- Continuámos também a fazer esforços para simplificar a nossa comunicação através da adoção de uma linguagem mais simples para os nossos clientes e colaboradores.

Concluído processo de integração das equipas comerciais, a estratégia de distribuição passou por intensificar a aposta na colocação dos chamados produtos estratégicos, assim como no acelerar o processo de transformação comercial determinante para manter a dinâmica comercial e desenvolver a relação com os principais parceiros de negócio.

Nesse sentido, apostou-se:

- Na dinamização comercial, potenciada por um sistema de incentivos robusto e pelo lançamento de campanhas comerciais com forte incidência nos produtos estratégicos para os segmentos de retalho;
- No acelerar da transformação digital da rede de distribuidores, através de:
 - Aposta na presença digital:
 - Curso de formação em Digital dirigido a Parceiros Exclusivos e à equipa comercial, ministrado pela *Lisbon Digital School*;
 - Criação do Clube Digital integrado no Sistema de Incentivos, o que promoveu fortemente o alargamento da presença digital dos agentes. Cerca de 1.400 agentes passaram a estar presentes na web e a ter uma presença profissional ativa nas redes sociais;
 - Disponibilização permanente de conteúdos através da plataforma Sociabble, onde mais de 500 agentes "muito ativos" fizeram da Tranquilidade um caso de sucesso no contexto do Grupo Generali.
 - Vendas digitais:
 - Forte aposta na geração de *leads* digitais para agentes e a integração de mais de 700 agentes na plataforma de *leads*;
 - 68.000 *leads* geraram 16.000 apólices vendidas, 4 vezes mais que no ano anterior;
 - Lançamento do simulador Automóvel com possibilidade de subscrição online e disponibilização deste aos parceiros com site.
 - Presença física:
 - Lançamento do programa "Vamos Investir na Rede Física" com 3 eixos de atuação:
 - Aplicação da imagem Tranquilidade a 80 lojas de agentes que ainda tinham imagem Generali;
 - Instalação de 500 écrans digitais em lojas de agentes;
 - Abertura de mais de 90 novas lojas com imagem Tranquilidade e Açoreana.
 - Rede Exclusiva:
 - Reforço da Rede Exclusiva com incorporação de novos 30 parceiros;
 - 80 novos Gestores de Seguros entraram na Academia;
 - Melhoria transversal da margem.

Em resultado, num contexto ainda muito difícil, o desempenho comercial voltou a demonstrar o forte compromisso entre os parceiros e a Companhia:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 7% em "Não-Vida + Vida Risco" face a 2020, com principal relevo para Saúde, Vida Risco, Incêndio e Outros Danos e também Acidentes de Trabalho;
- Os Corretores cresceram 1,2%, num contexto já de alguma recuperação económica;
- Os Canais Alternativos cresceram globalmente 4,8%, suportados no Automóvel, mas também nos seguros patrimoniais que permitiram a diversificação do seu portfólio.

A Companhia realizou um Encontro Comercial digital, em abril, num cenário de grande inovação que contou com cerca de 4.000 convidados.

Em setembro, a Generali Seguros voltou a ser pioneira no mercado, em contexto de pandemia, através da realização de 3 eventos presenciais para Parceiros Exclusivos. Este “regresso à normalidade” foi especialmente marcante para quem esteve presente e determinante para o reforço da ligação a estes parceiros.

O inquérito de satisfação a parceiros, R-NPS, indicou um nível de satisfação elevado de 8,7 em 10, 0,4 p.p. acima do resultado do ano anterior.

Na Generali Seguros, queremos contribuir para a criação de uma sociedade saudável, resiliente e sustentável, onde as pessoas possam desenvolver-se e florescer. O nosso objetivo é proteger e melhorar a vida das pessoas e é a isso que nos dedicamos todos os dias.

A Generali Seguros trabalha para dar resposta às megatendências que modelam a sociedade e defende um ecossistema em que todos possam prosperar, de modo a criar valor no longo prazo. Nesta caminhada, os nossos clientes, acionistas, colaboradores, distribuidores, fornecedores, comunidade e todos os restantes intervenientes desempenham um papel central e, por isso, valorizamos a sua confiança. A sustentabilidade é um impulsionador da nossa estratégia de negócios e a responsabilidade ambiental e social um compromisso sempre presente.

Em 2021 persistiram os fortes impactos sociais e económicos da Covid-19 e o plano de responsabilidade social da Generali Seguros integrou iniciativas ligadas ao combate da pandemia. Exemplo disso foi a disponibilização a clientes de 2.000.000 vídeo-consultas, que permitiram a estes, sem sair de casa e de forma gratuita, ter acesso a uma consulta de medicina geral e familiar, evitando a deslocação, o custo e o recurso a um estabelecimento de saúde.

No âmbito da responsabilidade ambiental, a Companhia organizou, no último trimestre de 2021, em parceria com a Brigada do Mar, uma limpeza de praias na zona de Tróia-Comporta, com o propósito de sensibilização e ação para o combate ao lixo marinho. Esta iniciativa de voluntariado ambiental reuniu cerca de 70 colaboradores e familiares que numa manhã retiraram 300 kg de lixo da praia.

A Companhia prosseguiu com o projeto “Papel Zero”, que promove a digitalização de processos e o aumento dos Clientes Verdes e que, desde 2018, já permitiu poupar 7 toneladas de papel.

Internamente, a Companhia avançou com uma campanha de alimentação mais sustentável nas suas cantinas, suportando 50% do custo dos pratos vegetarianos. Os resultados mostraram um significativo aumento desta opção e a iniciativa continuará em 2022. Foram também organizadas Semanas de Bem-Estar para os colaboradores, com atividades presenciais, online e híbridas. O programa centrou-se em atividades que ajudam ao equilíbrio entre trabalho, família e bem-estar e na sensibilização para temas de sustentabilidade.

No final do ano a Generali Seguros entregou um donativo à Associação Aldeias de Crianças SOS, que irá assegurar os custos de educação durante um ano de todos as crianças e jovens que vivem nas três aldeias em Portugal – Bicesse, Guarda e Gulpilhares. Em paralelo, foi lançado o desafio aos colaboradores da Companhia para contribuírem com bens de primeira necessidade para a instituição, uma ação de voluntariado social que contou com o envolvimento e entusiasmo de toda a equipa.

A Companhia voltou também a associar-se à campanha “Portugal Chama”, ajudando na sensibilização para a prevenção e o combate dos incêndios rurais, e ao “Outubro Rosa”, um movimento que quer mobilizar a sociedade para a prevenção do cancro da mama.

De acordo com o estudo BASEF Seguros da Marktest, com o maior investimento realizado na promoção da marca Tranquilidade, a notoriedade espontânea da mesma em 2021 subiu 8 pontos percentuais, passando de 40,4% para 48,4%.

Durante o ano, a Companhia foi mais uma vez distinguida pela sua estratégia de marca, tendo recebido os seguintes prémios:

- *SuperBrand 2021*, eleita pelos consumidores;
- *MERCO Empresas Portugal 2021*, empresa líder em reputação no setor dos seguros.

A marca LOGO, que celebrou 13 anos em 2021, manteve o incremento do desenvolvimento nos seus canais digitais, disponibilizando novas *features* quer no WhatsApp, como no chatbot. Novas possibilidades de pedidos por parte do Cliente, de resposta automatizada, como por exemplo a referência ATM para pagamento, a participação de sinistros Casa, e proposta automatizada de *cross sell*.

3.3. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

	(milhares de euros)		
	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Balço			
Investimentos ^{a)}	2 556 601	2 604 843	-1,9
Ativo líquido	3 085 864	3 220 002	-4,2
Capital próprio	342 764	335 199	2,3
Provisão p/prémios não adquiridos (SD+RA)	228 826	218 376	4,8
Provisão matemática e passivos de contratos de investimento	687 479	831 508	-17,3
Provisão para sinistros (SD+RA)	1 351 081	1 300 649	3,9
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	1 240 083	1 174 186	5,6
Provisões técnicas (SD+RA)	2 361 616	2 427 978	-2,7
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	1 134 788	937 783	21,0
Vida	77 979	55 940	39,4
Não-Vida	1 056 809	881 843	19,8
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	984 515	831 013	18,5
Vida	53 796	46 237	16,3
Não-Vida	930 719	784 776	18,6
Custos com sinistros de seguro direto	825 085	683 310	20,7
Vida	168 742	89 155	89,3
Não-Vida	656 343	594 155	10,5
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	735 526	595 994	23,4
Vida	137 573	82 569	66,6
Não-Vida	597 953	513 425	16,5
Custos operacionais	147 927	130 981	12,9
Rendimentos	38 126	20 096	89,7
Resultado líquido	54 056	18 895	186,1
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto – Não-Vida	62,5%	68,0%	-5,5 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro – Não-Vida	74,7%	71,7%	3,0 p.p.
Resultado líquido/prémios brutos emitidos	4,8%	2,0%	2,7 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	92,8%	93,1%	-0,3 p.p.

a) Inclui: investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras Unit Link e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

As variáveis de ganhos e perdas de 2020 respeitam à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4. A ATIVIDADE DA GENERALI SEGUROS EM 2021

3.4.1. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

A produção de seguro direto atingiu 1.134.788 milhares de euros em 2021, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2020 e em 2021), uma variação de +5,2% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação de +34,5% relativamente a 2020.

A Companhia, numa base comparável, apresentou um volume de prémios de seguro direto Vida de 77.979 milhares de euros, representando um decréscimo de -16,7% (- 15.609 milhares de euros) em relação ao ano anterior, devido à diminuição dos prémios nos produtos financeiros (-47,9%) já que os prémios dos produtos tradicionais obtiveram uma variação positiva (+8,2%).

Em Não-Vida, numa base comparável, o volume de prémios atingiu os 1.056.809 milhares de euros, ou seja, +7,3% (+71.512 milhares de euros) em relação a 2020, com destaque para o crescimento verificado nos ramos Acidentes e Doença (+16,4%, +58.908 milhares de euros), Saúde (+10,5%, +12.060 milhares de euros) e Incêndio e Outros Danos (+7,4%, +10.311 milhares de euros).

O ramo Acidentes de Trabalho, após uma quebra na produção no ano passado, recuperou em 2021 e cresceu 19,8% (+45.924 milhares de euros) em relação a 2020, em resultado da boa performance das renovações. Realçamos que, em resultado das medidas de apoio à economia e populações implementadas no decurso da pandemia, a expectável deterioração da produção nesta linha de negócio, ainda não se fez sentir no ano de 2021.

Em Incêndio e Outros Danos a variação deveu-se ao comportamento positivo do ramo Multirriscos que registou um acréscimo de +9.807 milhares de euros, correspondendo a uma variação de +8,9%.

O ramo Automóvel apresentou um decréscimo na produção quando comparado com o ano anterior (-0,5%, -1.917 milhares de euros), muito condicionado pela situação de pandemia e pelas restrições à circulação impostas.

Prémios de Seguro Direto	(milhares de euros)				
	2021	%	2020	%	VAR 21/20 (%)
Vida	77 979	6,9	55 940	6,0	39,4
Tradicionais	54 417	4,8	43 174	4,6	26,0
Financeiros	23 562	2,1	12 766	1,4	84,6
Não-Vida	1 056 809	93,1	881 843	94,0	19,8
Acidentes e Doença	417 018	36,7	295 262	31,5	41,2
Incêndio e Outros Danos	150 033	13,2	125 897	13,4	19,2
Automóvel	405 866	35,8	385 580	41,1	5,3
Transportes	4 743	0,4	4 744	0,4	0,0
Responsabilidade Civil	21 988	1,9	19 205	2,0	14,5
Diversos	57 161	5,0	51 155	5,5	11,7
Total	1 134 788	100,0	937 783	100,0	21,0

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.2. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

O total de custos com sinistros de seguro direto Não-Vida em 2021 ascendeu a 656.343 milhares de euros o que representa, numa base comparável (valor agregado em 2020 e em 2021), uma variação de -1,8% em relação a 2020.

Numa base comparável, o ramo Acidentes e Doença apresentou em 2021 uma diminuição dos custos com sinistros de 0,6% face ao ano anterior (-1.521 milhares de euros), com destaque para a diminuição no ramo Acidentes de Trabalho (-10,4%, -19.053 milhares de euros).

No ramo Incêndio e Outros Danos, numa base comparável, também se verificou uma diminuição, de 2,5% face ao ano anterior (-2.593 milhares de euros). Também o ramo Automóvel apresentou em 2021, numa base comparável, um decréscimo dos custos com sinistros de 0,2% face ao ano anterior (-485 milhares de euros).

Custos com Sinistros de Seguro Direto	(milhares de euros)		
	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Vida	168 742	89 157	89,3
Tradicionais	24 536	23 319	5,2
Financeiros	144 206	65 838	119,0
Não-Vida	656 343	594 156	10,5
Acidentes e Doença	271 201	233 483	16,2
Incêndio e Outros Danos	101 143	96 567	4,7
Automóvel	262 616	236 047	11,3
Transportes	2 241	2 274	-1,5
Responsabilidade Civil	13 297	21 835	-39,1
Diversos	5 845	3 950	48,0
Total	825 085	683 313	20,7

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2021 (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) situou-se em 62,5%, o que representa, numa base comparável, uma diminuição de 5,9 p.p. em relação ao ano anterior (68,4%).

	(%)	
Custos com Sinistros Não-Vida / Prémios Brutos Adquiridos Não-Vida *	2021	2020
Acidentes e Doença	65,5	78,2
Incêndio e Outros Danos	68,5	78,7
Automóvel	64,8	62,3
Transportes	48,1	46,0
Responsabilidade Civil	60,9	115,3
Diversos	10,4	8,0
Total Não-Vida	62,5	68,0

*custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.3. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2021 ascenderam a 2.361.615 milhares de euros, resultando numa variação de -2,7% (-66.362 milhares de euros) face a 2020.

Para esta diminuição contribuiu a redução da Provisão Matemática Vida (-119.568 milhares de euros), uma vez que a Provisão para Sinistros aumentou em relação a 2020 (+50.432 milhares de euros).

	(milhares de euros)		
Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Aceite	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	228 826	218 376	4,8
Provisão Matemática Vida	649 851	769 419	-15,5
Provisão para Sinistros	1 351 081	1 300 649	3,9
Vida	80 183	75 402	6,3
Acidentes de Trabalho	772 194	754 445	2,4
Outros Ramos	498 704	470 802	5,9
Outras Provisões Técnicas	131 858	139 534	-5,5
Total	2 361 616	2 427 978	-2,7

3.4.4. RESSEGURO CEDIDO

Numa base comparável, o saldo de resseguro cedido em 2021 ascendeu a 54.583 milhares de euros negativo, valor que compara com 13.459 milhares de euros negativo em 2020.

Em Não-Vida, o saldo do resseguro, numa base comparável, agravou-se em 38.731 milhares de euros. De notar que 2020 foi impactado por alguns grandes sinistros com recuperação de resseguro.

O nível de recuperação de sinistros de resseguro passou de 13,7% em 2020 para 9,0% em 2021.

	(milhares de euros)		
Resseguro Cedido	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Vida	5 144	2 160	138,1
Prémios	23 191	9 431	145,9
Comissões	-1 971	-382	416,0
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-16 076	-6 889	133,4
Não-Vida	49 439	2 015	2 353,5
Prémios	121 306	92 140	31,7
Comissões	-12 969	-9 089	42,7
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-58 898	-81 036	-27,3
Resultado	54 583	4 175	1 207,4

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.5. SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro Não-Vida em 2021 foi de 199.192 milhares de euros, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2020 e em 2021), um aumento de 20.533 milhares de euros em relação ao ano anterior, devido à melhoria do saldo de seguro direto que compensou o agravamento do saldo de resseguro.

Por ramos, Acidentes e Doença, Responsabilidade Civil e Diversos apresentam melhorias significativas no saldo técnico líquido de resseguro em 2021, comparando com o ano anterior. Aumento dos prémios e baixas taxas de sinistralidade explicam este comportamento positivo.

(milhares de euros)			
Saldo Técnico, Líquido de Resseguro*	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Acidentes e Doença	68 147	28 493	139,2
Incêndio e Outros Danos	15 538	24 108	-35,5
Automóvel	95 459	108 933	-12,4
Transportes	1 338	2 547	-47,5
Responsabilidade Civil	4 309	-3 053	241,1
Diversos	14 401	11 892	21,1
Total	199 192	172 920	15,2

* excluindo custos imputados às funções

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 147.927 milhares de euros em 2021, numa base comparável, -6,0% em relação ao ano anterior. De registar que em 2020 está incluído um montante considerável de custos relacionados com a integração das Companhias.

Os Custos com Pessoal no valor de 71.966 milhares de euros apresentam, numa base comparável, uma diminuição de 4,9% face a 2020 (-3.731 milhares de euros). Também os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuirão, numa base comparável, 7,1% face a 2020 (-3.978 milhares de euros).

(milhares de euros)			
Custos Operacionais	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Custos com Pessoal	71 966	60 726	18,5
Fornecimentos e Serviços Externos	52 177	47 544	9,7
Impostos e Taxas	6 712	6 303	6,5
Amortizações	13 510	14 957	-9,7
Outros *	3 562	1 451	145,5
Total	147 927	130 981	12,9

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

Em 2020, os valores respeitam a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

3.4.7. QUADRO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2021 foram admitidos no quadro efetivo 51 novos colaboradores. Verificaram-se 80 saídas, das quais 40 por iniciativa própria ou da Empresa, 21 relativas a Rescisões Mútuo Acordo (RMA) e 14 por Despedimento Coletivo.

	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Total Quadro Efetivo a 1/1	1 114	920	21,1
Admissões	51	27	88,9
Incorporação da Generali S.A. e Generali Vida S.A. a 1 de outubro	0	295	-100,0
Saídas	80	128	-37,5
Pré-Reforma ou Reforma	1	0	-
Iniciativa Própria/Empresa	40	38	5,3
Rescisões Mútuo Acordo	21	26	-19,2
Despedimento Coletivo	14	63	-77,8
Outros (falecimento)	4	1	300,0
Total Quadro Efetivo a 31/12	1 085	1 114	-2,6

3.4.8. INVESTIMENTOS

A atividade financeira da Generali Seguros registou uma rentabilidade média global de 0,9%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e em fundos de investimento diversificados com especial foco em fundos geridos pelo Grupo ou parceiros do Grupo Generali.

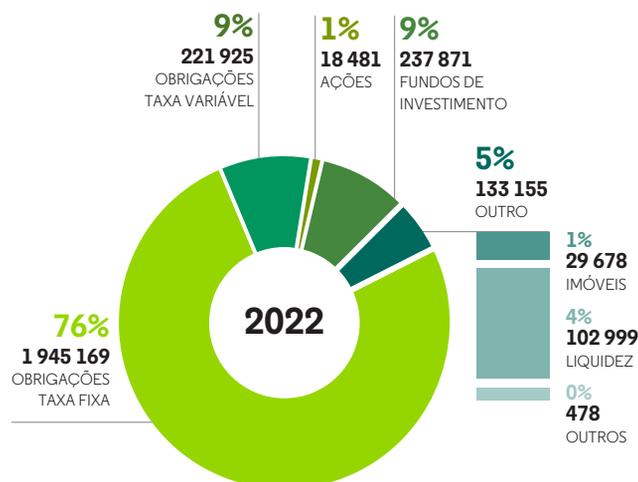
Apesar das taxas de juro se manterem em níveis historicamente baixos, em 2021, assistimos a uma inversão da tendência e a um aumento das taxas de juro que se deverá acentuar em 2022. A primeira metade do ano foi marcada pela recuperação económica induzida pela eficácia das vacinas que proporcionou ganhos significativos nos resultados das empresas e um forte desempenho dos mercados acionistas. Este aumento rápido da procura não teve uma resposta tão célere do lado da oferta que, confrontada com escassez de matérias-primas e perturbações nas cadeias de distribuição, tornou a inflação o tema forte da 2.ª metade do ano. Este contexto traduziu-se numa subida das taxas de juro de mercado e numa inclinação da curva de rendimentos, num contexto favorável aos setores mais cíclicos do mercado bolsista.

O aumento das taxas de juro, principalmente no longo prazo e países periféricos do Euro, aliado ao aumento dos *spreads* de risco, teve um impacto negativo nas carteiras. A evolução das reservas de reavaliação de ativos seguiu essa tendência e diminuiu cerca de -97,1 milhões de euros até ao final de 2021.

A Companhia manteve uma alocação de ativos conservadora, concentrada em ativos de rendimento fixo, seja com gestão direta ou através de fundos de investimento. No entanto, face ao contexto inflacionista que se perspetiva, iniciou um processo de diversificação para aumentar a exposição em dívida privada e imobiliário, dentro dos limite e apetite de risco definidos pelo Grupo.

Carteira de Investimentos 2021

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL*)



* Inclui investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Linked* e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos. A rubrica de obrigações inclui os empréstimos e outros títulos de dívida (apenas os empréstimos a empregados estão incluídos na rubrica "Outros").

A estratégia para a gestão dos investimentos manteve o foco no equilíbrio da duração dos ativos e passivos, minimização o risco de taxa de juro da carteira e seguindo as indicações da regulamentação da atividade seguradora, nomeadamente de Solvência II.

Neste sentido, e procurando também melhorar o retorno face ao risco medido pelo RoSCR, a Companhia reduziu a exposição a dívida pública dos países Core da Zona Euro, promoveu o investimento em obrigações de dívida pública portuguesa com durações longas e aproveitou algumas oportunidades de mercado em dívida privada de qualidade (*Investment Grade – low BBB*) com maturidades mais curtas.

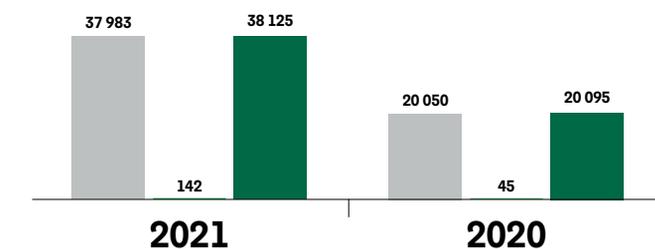
Com o objetivo de internalizar cada vez mais a gestão de investimentos dentro do Grupo Generali e de reduzir as cargas de capital associadas a estes investimentos, a Companhia eliminou o investimento em todos os *Exchange Traded Funds*.

Procurando aumentar o retorno das carteiras de investimentos, a Companhia elaborou um plano de rebalanceamento cujo principal foco é o investimento em fundos de *Private Debt* e em fundos de *Real Estate*.

No final do ano, a carteira de investimentos da Generali Seguros situou-se em 2.556.601 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 76% do total da carteira de investimentos. A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *Investment Grade* (BBB) e uma exposição a dívida soberana de 1.345.838 milhares de euros, com forte exposição aos países Euro Core e a Portugal.

Juros e Dividendos

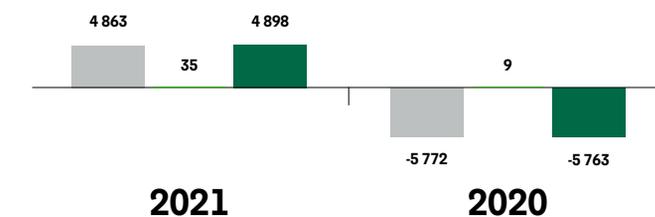
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

Valias Registadas em Ganhos e Perdas

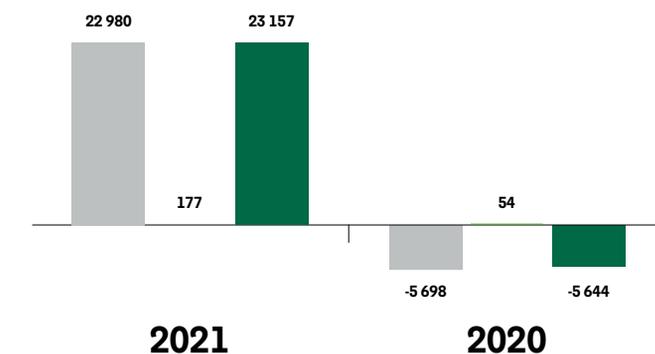
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL e imparidades)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

Resultados Atividade Financeira

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

Nota: Inclui imparidades em títulos em 2021 de 19 865 milhares de euros (19 976 milhares de euros em 2020)

No ano de 2021, o resultado da atividade financeira da Generali Seguros, foi positivo em 23.157 milhares de euros o que representa um aumento de 28.802 milhares de euros, face ao ano anterior. A incorporação dos títulos de dívida na gestão do Grupo, anteriormente geridos pela Apollo no fundo ICAV (*Irish Collective Asset-Management Vehicle*) passou a contribuir diretamente para o resultado no segundo semestre de 2020.

Adicionalmente, a aposta em ativos com maior *yield*, mantendo uma gestão equilibrada dos riscos de mercado, permitiu a realização de valias. As imparidades verificadas nos ativos (sobretudo nos ICAV *Private Debt Loans*) em cerca de 19.866 milhares de euros, continuaram a impactar negativamente nos resultados à semelhança do ano anterior.

Por outro lado, ao contrário do previsto no orçamento, os dividendos dos fundos ICAVs não foram pagos em dezembro de 2021 (cerca de 6 milhões de euros), impactando os resultados financeiros deste ano.

A rentabilidade média dos ativos financeiros da Companhia foi de +0,9% (+0,2% em 2020). Incorporando o efeito dos ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de -2,8% (+4,3% em 2020).

3.4.9. CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido da Companhia em 2021 foi positivo em +54,1 milhões de euros que compara com um resultado positivo de +18,9 milhões de euros em 2020.

Relativamente ao resultado de 2021, os eventos de carácter não recorrente tiveram um impacto na sua globalidade positivo, sendo de realçar:

- Reconhecimento de mais valias decorrentes da alienação de ativos no âmbito do processo de rebalanceamento da carteira de investimentos 4,9 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade no Fundo ICAV – MCR, no montante de 18,7 milhões de euros;
- Impacto da redução da taxa de desconto na mensuração das responsabilidades de Acidentes de Trabalho, no montante de 18,8 milhões de euros;
- Reforço da Provisão para Compromissos de taxa, no montante de 4,9 milhões de euros em Vida, decorrente da alteração da taxa de rentabilidade futura esperada dos ativos;
- Reconhecimento de um montante de 18,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração.

Importa referir que o resultado líquido de 2020 foi afetado negativamente, em termos líquidos, por um conjunto de eventos de carácter não recorrente, dos quais se destacam:

- Reconhecimento das menos valias decorrentes da alienação de exposições High Yield nos Fundos ICAV, no montante de 4,9 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade no Fundo ICAV – MCR, no montante de 16,4 milhões de euros;
- Reconhecimento de imparidade relativamente a montantes em dívida por parte do IFAP, no montante de 6,7 milhões de euros;
- Reforço da Provisão para LAT, no montante de 6,4 milhões de euros em Vida;
- Reconhecimento de um montante de 17,4 milhões de euros relacionados com Custos de Integração.

	(milhares de euros)		
Capital Próprio	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Capital Social	90 500	84 000	7,7
Outros Instrumentos de Capital	27 097	27 097	0,0
Reservas de Reavaliação	78 931	136 007	-42,0
Outras Reservas	155 374	149 400	4,0
Resultados Transitados	-63 194	-80 200	n.a.
Resultado Líquido	54 056	18 895	186,1
Total	342 764	335 199	2,3

Em 2020, o Resultado Líquido respeita a 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada.

O capital próprio aumentou em 7,6 milhões de euros em resultado da evolução, em sentido diferente, dos seus componentes. Destaca-se, desta forma:

- aumento do capital social em 6,5 milhões de euros em resultado da realização parcial, em 6,5 milhões de euros, do anteriormente existente Capital Não Realizado de 98 milhões de euros;
- performance negativa registada na reserva de reavaliação, que é líquida de reserva de impostos diferidos, de (-75,1 milhões de euros);
- resultado líquido positivo de 54,1 milhões de euros.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

3.4.10. GESTÃO DE RISCO, SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

A Generali Seguros possui um Sistema Integrado de Gestão de Risco e Controlo Interno que envolve transversalmente a estrutura da Companhia, com a contribuição dos órgãos sociais e das várias áreas organizacionais na sua operacionalização.

O Conselho de Administração é o principal motor do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, tendo a responsabilidade de estabelecer estratégias e políticas de controlo interno e gestão de riscos, assim como garantir a sua adequação e solidez ao longo do tempo, em termos de exaustividade, funcionalidade e eficácia.

O Conselho de Administração é suportado pela estrutura de governação em vigor, e que conta com os seguintes intervenientes: Conselho Fiscal, Comité Executivo, CFO, CRO, os Responsáveis das Áreas Operacionais e as quatro Funções de Controlo, nomeadamente Gestão de Risco, Compliance, Auditoria e Atuarial.

O objetivo do Sistema de Gestão de Risco é garantir que todos os riscos a que a Companhia está sujeita são geridos de modo adequado e eficaz, com base na estratégia definida, seguindo um conjunto de processos e procedimentos e baseados em disposições de governação claras.

O Sistema de Controlo Interno tem como objetivo fornecer à gestão uma razoável segurança de que a Companhia está a funcionar de forma adequada para suportar a concretização dos objetivos estratégicos e de negócio.

Para o estabelecimento de um adequado Sistema de Controlo Interno, a Companhia estabeleceu como requisitos mínimos a existência de um ambiente de controlo interno, de atividades de controlo interno, de medidas de risco e por último a sua monitorização e reporte.

As Funções de Controlo funcionam de forma coordenada, evitando sobreposições e assegurando, cada uma com a sua própria autonomia de decisão, a cobertura mais eficaz do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Função de Gestão de Risco

A estrutura apoia a equipa de gestão na conceção de estratégias de gestão de risco e na definição e medição de ferramentas de monitorização, fornecendo as informações necessárias para avaliar a solidez do Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno como um todo, através de um sistema de reporte adequado.

As funções, responsabilidades e linha de reporte da Função de Gestão de Risco são definidos na política de gestão de risco, com base nas diretivas do grupo de controlo interno e do Sistema de Gestão de Risco.

Em particular, a Função de Gestão do Risco:

- apoia no estabelecimento da política de gestão de riscos e na definição da tolerância ao risco;
- estabelece os critérios e metodologias de avaliação de risco e os resultados das avaliações, sendo subsequentemente notificados o Conselho de Administração e o Comité Executivo;
- controla a implementação da política de gestão do risco e o risco da empresa como um todo.

Função de Compliance

A necessidade de operar em conformidade com as disposições legais e regulamentares e os princípios estabelecidos pelo Código de Conduta, é parte integrante da cultura da nossa organização, a qual introduz, a cada nível, controlos destinados a prevenir o risco de penalidades, perdas pecuniárias ou danos à reputação resultantes do incumprimento da legislação, regulamentos ou normas de reguladores (devidamente identificados como riscos de *Compliance*).

Em particular, o *Compliance* tem como principais responsabilidades:

- apoiar o Comité Executivo no domínio do cumprimento das disposições legislativas, regulamentares e administrativas;
- avaliar os possíveis impactos na atividade face a alterações na moldura legislativa;
- apoiar a operativa e negócios da Companhia para criar uma vantagem competitiva sustentável, integrando a gestão do risco de conformidade nas atividades diárias e no planeamento estratégico.

Função de Atuariado

De acordo com as disposições do Solvência II, a Função Atuarial tem como principais responsabilidades:

- coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- assegurar a adequação das metodologias e dos modelos subjacentes utilizados, bem como dos pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas.

Função de Auditoria Interna

A função de auditoria interna tem um papel de controlo em última instância da adequação do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

No decorrer da sua atividade, apoia os órgãos sociais na realização dos seus objetivos, estabelecendo uma abordagem disciplinada e sistemática, a fim de avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão, governação e controlo dos riscos.

O principal papel da Função de Auditoria é assistir o Conselho de Administração e o Comité Executivo na proteção do património, reputação e sustentabilidade da organização.

Plano de Continuidade de Negócio

No âmbito do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno destacamos as seguintes atividades relacionadas com o Plano de Continuidade de Negócio:

- Implementação de planos de continuidade e de recuperação aplicáveis, para garantir a operação no caso de um cenário de incidente, incluindo ainda como elementos essenciais a proteger, os clientes, investidores e partes interessadas.
- Deslocação e proteção dos colaboradores, incluído todos aqueles envolvidos em processos críticos, numa solução de trabalho remoto, como consequência da pandemia e seguindo as recomendações da DGS.

3.5. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

A 1 de outubro de 2020, foi efetuada a operação de fusão por incorporação das sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A., dando origem à Generali Seguros, S.A.

Deste modo, e para efeitos comparativos da evolução da atividade, apresentamos os valores das Companhias agregados, referentes aos anos de 2020 e 2021.

	(milhares de euros)		
	2021	2020	VAR 21/20 (%)
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	1 134 788	1 078 884	5,2
Vida	77 979	93 587	-16,7
Não-Vida	1 056 809	985 297	7,3
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	984 515	934 150	5,4
Vida	53 796	67 956	-20,8
Não-Vida	930 719	866 193	7,4
Custos com sinistros de seguro direto	825 085	789 794	4,5
Vida	168 742	121 570	38,8
Não-Vida	656 343	668 224	-1,8
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	735 525	680 876	8,0
Vida	137 573	103 077	33,5
Não-Vida	597 952	577 799	3,5
Custos operacionais	147 927	157 379	-6,0
Resultado líquido	54 056	12 918	318,5
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto	62,5%	68,4%	-5,9 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	64,2%	66,7%	-2,5 p.p.
Resultado líquido/prémios brutos emitidos	4,8%	1,2%	3,6 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro – Não-Vida	92,8%	91,0%	1,8 p.p.

Os prémios brutos emitidos de Seguro Direto (agregados) evoluíram de 1.078.884 milhares de euros em 2020 para 1.134.788 milhares de euros em 2021, o que representa um crescimento de 5,2%.

No que se refere ao segmento Vida, os prémios brutos emitidos apresentam uma variação de -16,7%, assente na quebra da produção dos produtos financeiros (-43,3%) já que os produtos tradicionais cresceram em 2021 (+4,5%).

No segmento Não-Vida a produção de 2021 foi de 1.056.809 milhares de euros, o que representa uma variação de +7,3% face ao ano anterior, com destaque para o crescimento verificado nos ramos Acidentes e Doença (+16,4%), Saúde (+10,5%) e Incêndio e Outros Danos (+7,4%).

Os custos com sinistros de Seguro Direto Não-Vida totalizam 656.343 milhares de euros em 2021, o que representa uma variação face ao ano anterior de -1,8%. A taxa de sinistralidade Não-Vida fixou-se nos 62,5% em 2021, o que representa uma variação de -5,9 p.p. face a 2020. Os custos operacionais alcançaram os 147.926 milhares de euros, representando uma variação face ao ano anterior de -6,0%.

O resultado líquido de 2021 situou-se nos 54.056 milhares de euros, representando, numa base comparável, uma melhoria face ao resultado líquido agregado de 2020, no valor de 12.918 milhares de euros.

3.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Generali Seguros, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido positivo do exercício de 2021, no montante de +54.056.192,99 euros tenha a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício, no montante de 5.405.619,30 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

3.7. OBJETIVOS PARA 2022

Do ponto de vista macroeconómico, espera-se que o ano 2022 seja novamente de forte crescimento, com a expectável recuperação definitiva dos efeitos adversos da Covid-19.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se que o crescimento do PIB português seja de apenas +5,8% (depois de um decréscimo de -8,4% em 2020 e um crescimento de +4,8% em 2021), e que os consumos privados e públicos não subam além de 4,8% e 1,4%, respetivamente.

As exportações que são um contributo importante para a atividade económica em Portugal, deverão crescer 12,7%, novamente com um impacto decisivo do setor do Turismo que tem um contributo significativo no PIB nacional.

A Formação Bruta de Capital Fixo também terá um impacto importante sobre o PIB com um crescimento esperado de 7,2%, com impacto relevante do Investimento Público que resulta da aplicação dos fundos que resultam da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência.

Este Plano, para além de acelerar a recuperação económica também promove reformas e investimentos estruturais que visam aumentar a competitividade da economia e a sua resiliência perante futuros choques externos, e que beneficia também entidades privadas gerará impactos positivos nos próximos anos, sendo de destacar as dimensões de transição climática e digital.

A taxa de desemprego deverá manter-se estável em 6,0%, um valor historicamente baixo, mas o aumento dos salários, também consequência direta do aumento do salário mínimo, pode condicionar a estrutura de custos de muitas empresas que podem ter dificuldade em suportar essa subida, além de se poder refletir no custo dos bens e serviços, gerando alguma pressão inflacionista que, no entanto, não se prevê muito impactante no curto prazo.

No setor segurador, em concreto, espera-se novamente um aumento do volume de prémios, com continuidade do foco no equilíbrio técnico.

Desafios ao nível dos riscos emergentes, nomeadamente climático, saúde e bem-estar, envelhecimento populacional e disrupção tecnológica representam condicionalismos e oportunidades a que as seguradoras têm de estar atentas e responder com responsabilidade. Neste contexto, os processos de transformação das seguradoras que visam a diferenciação da proposta de valor através de produtos inovadores e com serviços personalizados para os clientes, a simplificação e otimização de processos que assegurem níveis de serviço de excelência e a redução dos custos operacionais com base em *enablers* digitais vai continuar a ganhar relevância.

Em Portugal, a Generali Seguros pretende afirmar-se como a 1.ª escolha para Clientes, Parceiros e Colaboradores.

Em resumo, ser cada vez mais um *Lifetime Partner* para os seus Clientes e Parceiros de negócio, contribuindo para a concretização do seus sonhos e projetos, assegurando-lhes um futuro seguro e protegido. Assim, o ano de 2022 tem três objetivos principais:

1. O fortalecimento da posição de mercado, com foco nos segmentos de Particulares, incluindo os Séniores, e Pequenas e Médias Empresas
2. Aumento do profissionalismo dos agentes com quem trabalhamos e consequente aumento do peso da Generali Seguros nas suas carteiras, além da aposta no desenvolvimento de novos canais
3. Transformar a cultura e a organização, melhorando os processos de gestão e envolvimento dos colaboradores.

O cumprimento destes objetivos assenta nos seguintes pilares:

1. Distribuidores

1.1 Visibilidade digital

Consolidação da presença digital dos parceiros de negócio, alargando a base de agentes envolvidos e continuando o desenvolvimento contínuo de conteúdos para redes sociais e publicidade digital

1.2 Gestão da geração de *leads*

Reforço do investimento na geração de *leads*, tanto de origem externa, como orgânica. Lançamento do novo simulador com emissão online do produto Casa, disponibilizando-o a parceiros, tal como já sucedeu com o simulador Automóvel

1.3 Aconselhamento baseado nas necessidades do cliente

Orientação para a venda focada nas necessidades do cliente, desenvolvendo uma ferramenta digital para o efeito e promovendo a formação dos distribuidores

1.4 Papel Zero

Digitalização total da relação com os parceiros, tendendo para a eliminação total do papel.

2. Clientes

2.1 Experiência humana e solidária

- Aumentar a eficiência operacional e minimizar o esforço e complexidade para o cliente
- Aumentar rapidez e eficiência através da Smart Automation nos processos de venda, pagamento e sinistros
- Apoiar o Cliente 24/7 através de soluções *self-service* de compra, sinistros, pagamentos e assistência em canais autenticados ou WhatsApp e Chatbot
- Implementar uma visão 360º do Cliente, igualmente acessível em todos os canais

2.2 Diferenciação da proposta de valor

Aumentar o conhecimento dos clientes e do seu valor para lhes apresentar produtos, preços e comunicações personalizadas, que capitalizam na utilização de modelos analíticos preditivos

- Cobrir todas as necessidades dos clientes com soluções completas que englobam informação, prevenção, proteção e assistência
- Reconhecer e premiar os clientes de maior valor

2.3 Aconselhamento personalizado multicanal

- Aprofundar proativamente a relação com os clientes existentes
- Desenvolver uma plataforma digital para parceiros ou em modo *self-service* para aconselhamento de soluções personalizadas para cada cliente
- Treinar a rede de vendas para a escuta ativa contínua de clientes e consequente geração de novas oportunidades de negócio.

É, pois, com base nestes pilares e com foco na rentabilidade, resultante quer da componente técnica, quer dos ganhos de eficiência da otimização de processos internos e através da promoção da inovação que a Companhia espera concretizar o seu plano de crescimento sustentável para 2022 e nos anos vindouros.

3.8. COVID-19 – CONTEXTO E RESPOSTA DA COMPANHIA

A Covid-19 foi oficialmente identificada pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China, suspeitando-se que seja de origem animal. O surto inicial deu origem a uma pandemia global que regista, até à data, diversas vagas diferenciadas que se espalharam por 2020 e 2021, mantendo-se ainda no início de 2022.

À data de 4 de fevereiro de 2022 (números estimados, não oficiais) tinha resultado cerca de 388 milhões de casos confirmados e 5,7 milhões de mortes em todo o mundo. Em Portugal as estatísticas são também de números significativos registando-se um total de 2,8 milhões casos confirmados e 20,1 mil mortes. Atualmente Portugal está a registar números recorde de infetados diários, desde o início da pandemia, se bem que com uma severidade traduzida em número de óbitos bastante inferior, um pouco à semelhança do que ocorre no resto do mundo.

O ano de 2021 foi marcado por um mês de janeiro bastante complicado, numa realidade pós-Natal e pós Ano Novo que se traduziu em números (à data) recorde de infetados e óbitos diários. Em resultado o país entrou num período de confinamento severo, com bastantes restrições às relações sociais e também nas práticas laborais (abstenção das mesmas ou conversão para regime de teletrabalho). O Estado manteve em vigor uma série de medidas de apoio às famílias e empresas que tiveram papel fundamental em atenuar os impactos que esta pandemia teve na economia, se bem que à custa de um esforço significativo nas finanças públicas.

Ao longo do ano viveram-se momentos diferenciados com um confinamento inicial, seguido de forma bastante estrita, seguido de um alargar progressivo das medidas que possibilitou a reabertura das escolas e alguma liberdade no período de Verão. Com o final do ano, e antevendo os períodos de Natal e Fim de Ano, foram, novamente, implementadas medidas mais restritivas.

Atualmente, e apesar dos números significativos de infetados que se registam diariamente, as medidas de confinamento e isolamento obrigatório foram significativamente reduzidas com vista a permitir a manutenção da abertura das escolas e a não existência de teletrabalho obrigatório. Realce para o facto de nos encontrarmos, atualmente, em “Estado de Alerta”.

A vacinação, que representou uma fonte de otimismo desde o final de 2020 encontra-se atualmente em curso (dose de reforço), tendo Portugal sido um caso de sucesso nesta vertente da pandemia, e constituindo mesmo uma referência mundial, com 89,4% da população já vacinada, o que coloca Portugal em 2.º lugar, a nível mundial. Não obstante este sucesso, o otimismo inicial foi, de certa forma, ultrapassado tendo em consideração os ainda muito elevados níveis de infetados, que se registam numa base diária.

Como consequência de todo este contexto os impactos na economia têm sido muito negativos, com decréscimos de produto significativos em 2020 (-7,6%) a níveis sem precedentes nos últimos 45 anos. Após esta quebra inicial, o ano de 2021 foi marcado por uma recuperação progressiva da economia, sendo estimado um aumento do PIB de cerca de 4,8%, não obstante, abaixo do registado noutros países da União Europeia.

Relativamente à taxa de desemprego, em 2021, estima-se que atinja os 6,6%, abaixo do registado em 2020 (7%) mas a um nível que não reflete diretamente o impacto na economia real, em resultado das medidas de apoio e *lay-off* que permitiram à população e empresas não incorrer diretamente numa situação de desemprego. A incerteza e volatilidade foram uma realidade ao longo dos anos de 2020 e 2021 e tudo indica que o continuem a ser durante o ano de 2022.

Do ponto de vista interno, importa dar nota que, desde o início de março de 2020, a Companhia implementou um conjunto de medidas preventivas e de resposta com vista a adequar as suas operações à nova realidade com que se depara. Foi, desta forma, implementado um Plano de Contingência e definido um “Gabinete de Acompanhamento – Covid-19” com o objetivo de monitorar e acompanhar de perto esta situação.

Neste contexto, foi de imediato implementado um conjunto de medidas na esfera dos recursos humanos, com um recurso massivo ao teletrabalho suportado por logística própria, parte dela já contemplada no Plano de Continuidade de Negócio e, no que concerne às suas instalações, a tomada de um conjunto de medidas por forma a limitar os riscos atualmente existentes, nomeadamente em termos de limitação de acessos numa fase inicial e restrição dos mesmos numa fase subsequente.

Adicionalmente foi implementado um conjunto de medidas de monitorização do negócio nas suas diversas componentes por forma a acompanhar a evolução diária da situação com vista a, preventivamente, poder implementar as medidas corretivas que se revelem necessárias.

No que respeita à atividade da Companhia realçamos a existência de um conjunto de impactos significativos nas componentes de negócio, técnica e financeira, dada a estreita relação da Companhia com o mercado segurador, deste com a economia e desta com a população.

Neste sentido foram sentidos efeitos negativos na procura de produtos de seguros e/ou incremento de anulações de contratos existentes, o que levou a um menor crescimento do que o esperado, se bem que compensado de alguma forma pela redução de sinistralidade em virtude das limitações de circulação de pessoas e da suspensão compulsória da maioria das atividades económicas que conduziu a quebras relevantes da atividade comercial, industrial e agrícola.

Adicionalmente, sendo a maioria dos ativos da Companhia representada por ativos financeiros, a maior parte cotados em mercados financeiros, mas alguns deles não cotados, ocorreram efeitos negativos derivados da desvalorização de cotações e índices, e também dos impactos negativos que a crise económica teve nos mercados de dívida privada e em algumas geografias específicas. Desta forma, a Companhia registou montantes de imparidades e valias realizadas negativas no decurso dos anos de 2020 e 2021.

3.9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia.

A Companhia reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do sector.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Generali Seguros conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 9 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo
(Presidente do Conselho de Administração)

João Vieira de Almeida
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Luís Francisco Carvalho
(CEO)

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo
(Vogal)

Riccardo Candoni
(Vogal)

Stefano Flori
(Vogal)

04

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(milhares de euros)

Ativo	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	82 916		82 916	82 840
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7				
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	9 733		9 733	9 722
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	2 455 000	43 191	2 411 809	2 486 375
Empréstimos e Contas a Receber		45 047	15 000	30 047	2 651
Depósitos junto de empresas cedentes	6				2
Outros depósitos	6	25 000		25 000	1 412
Empréstimos concedidos	6	20 047	15 000	5 047	804
Contas a receber					
Outros	6				433
Investimentos a deter até à maturidade	6	879		879	12 487
Terrenos e Edifícios		32 316	7 549	24 767	15 682
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	29 296	7 549	21 747	12 697
Terrenos e edifícios de rendimento	9	3 020		3 020	2 985
Outros ativos tangíveis	10	53 427	48 953	4 474	5 817
Inventários					
Goodwill	12	65 981		65 981	65 981
Outros ativos intangíveis	12	174 305	162 972	11 333	11 445
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		250 848		250 848	290 617
Provisão para prémios não adquiridos	4	35 309		35 309	32 129
Provisão matemática do ramo Vida	4	86 047		86 047	109 491
Provisão para sinistros	4	110 998		110 998	126 463
Provisão para participação nos resultados	4	18 494		18 494	22 534
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	1 356		1 356	4 928
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		108 768	30 310	78 458	120 018
Contas a receber por operações de seguro direto	13	61 081	8 308	52 773	58 427
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	14 444	5 082	9 362	42 359
Contas a receber por outras operações	13	33 243	16 920	16 323	19 232
Ativos por Impostos		77 539		77 539	55 415
Ativos por impostos correntes	24	13 922		13 922	2 790
Ativos por impostos diferidos	24	63 617		63 617	52 625
Acréscimos e diferimentos	13	3 323		3 323	3 429
Outros elementos do ativo	13	27 490		27 490	47 829
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11	4 911		4 911	4 766
Total Ativo		3 393 839	307 975	3 085 864	3 220 002

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O CHIEF FINANCIAL OFFICER

Stefano Flori

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo

João Vieira de Almeida

Pedro Luís Francisco Carvalho

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

Riccardo Candoni

Stefano Flori

BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(milhares de euros)

Passivo e Capital Próprio	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo			
Provisões Técnicas		2 361 616	2 427 978
Provisão para prémios não adquiridos	4	228 826	218 376
Provisão matemática do ramo Vida	4	649 851	769 419
Provisão para Sinistros		1 351 081	1 300 649
De Vida	4	80 183	75 402
De Acidentes de Trabalho	4	772 194	754 445
De Outros Ramos	4	498 704	470 802
Provisão para participação nos resultados	4	63 598	84 065
Provisão para compromissos de taxa	4	36 038	31 133
Provisão para estabilização de carteira	4	656	263
Provisão para desvios de sinistralidade	4	24 679	23 110
Provisão para riscos em curso	4	6 887	963
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	37 628	62 089
Outros Passivos Financeiros		147 927	165 724
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	5	10 000	10 000
Depósitos recebidos de resseguradores	5	112 794	140 417
Outros	5	25 133	15 307
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	799	792
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		100 333	128 314
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	68 452	70 640
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	22 226	42 500
Contas a pagar por outras operações	13	9 655	15 174
Passivos por Impostos		27 294	27 991
Passivos por impostos correntes	24	27 294	27 991
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	66 276	71 133
Outras provisões	13	1 227	782
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		2 743 100	2 884 803
Capital Próprio			
Capital	25	90 500	84 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	27 097
Reservas de Reavaliação		109 762	184 832
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	109 762	184 832
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-30 831	-48 825
Outras reservas	26	155 374	149 400
Resultados transitados	25	-63 194	-80 200
Resultado líquido do exercício		54 056	18 895
Total Capital Próprio		342 764	335 199
Total Passivo e Capital Próprio		3 085 864	3 220 002

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O CHIEF FINANCIAL OFFICER
Stefano Flori

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jaime Anchústegui Melgarejo
João Vieira de Almeida
Pedro Luís Francisco Carvalho
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo
Riccardo Candoni
Stefano Flori

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(milhares de euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		53 796	930 719		984 515	831 013
Prémios brutos emitidos	14	78 087	1 058 596		1 136 683	940 063
Prémios de resseguro cedido	14	-23 191	-121 306		-144 497	-101 571
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-1 097	-7 100		-8 197	-7 355
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-3	529		526	-124
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	184			184	262
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		137 573	597 952		735 525	595 994
Montantes pagos		135 672	535 953		671 625	543 892
Montantes brutos	4	163 954	610 646		774 600	596 883
Parte dos resseguradores	4	-28 282	-74 693		-102 975	-52 991
Provisão para sinistros (variação)		1 901	61 999		63 900	52 102
Montante bruto	4	4 806	46 201		51 007	87 163
Parte dos resseguradores	4	-2 905	15 798		12 893	-35 061
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	1 745	7 493		9 238	-3 103
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro		-96 998			-96 998	-49 415
Montante bruto	4	-120 441			-120 441	-53 398
Parte dos resseguradores	4	23 443			23 443	3 983
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	6 485	200		6 685	4 535
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	22 358	248 365		270 723	238 303
Custos de aquisição		15 841	193 778		209 619	189 930
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-179	2 432		2 253	-4 029
Gastos administrativos		10 948	64 598		75 546	64 445
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-4 252	-12 443		-16 695	-12 043
Rendimentos	16	16 753	20 964	409	38 126	20 096
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		15 484	17 348	404	33 236	17 072
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		1 269	3 616	5	4 890	3 024
Gastos Financeiros	16	1 847	5 378	21	7 246	3 391
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		1 847	5 378	21	7 246	3 391
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		2 455	2 868	-4	5 319	-7 556
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	2 518	2 868	-4	5 382	-4 719
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-63			-63	-2 837
De outros	17 e 18					
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		79	-128	-687	-736	3 284
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	19					937
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	79	-128	-687	-736	2 347
Diferenças de câmbio	19		-308	555	247	-2 086
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18		35		35	9
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)		-2 189	-17 611	2 861	-16 939	-24 502
De ativos disponíveis para venda	6	-2 189	-17 611	-66	-19 866	-17 496
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado						
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	7, 12, 13 e 18			2 927	2 927	-7 006
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	19	-3 063		-3 044	-4 375
Outras provisões (variação)	13			-444	-444	77
Outros rendimentos/gastos	20			-1 175	-1 175	519
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial						
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	17 e 18			145	145	-428
Resultado Líquido Antes de Impostos		-1 913	74 088	1 639	73 814	26 608
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	24			-14 300	-14 300	-6 019
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	24			-5 458	-5 458	-1 694
Resultado Líquido do Exercício		-1 913	74 088	-18 119	54 056	18 895
Resultado por ação (em euros)	27				0,60	0,10

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O CHIEF FINANCIAL OFFICER

Stefano Flori

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Anchústegui Melgarejo

João Vieira de Almeida

Pedro Luis Francisco Carvalho

Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo

Riccardo Candoni

Stefano Flori

05

**DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO
INTEGRAL**

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(milhares de euros)

	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	54 056	18 895
Itens que Poderão vir a ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	-57 076	68 286
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	-75 070	93 624
Variação dos impostos correntes e diferidos	17 994	-25 338
Itens que não irão ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	3 635	459
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	3 635	459
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Total de Outro Rendimento Integral do Exercício, Líquido de Impostos	-53 441	68 745
Total do Rendimento Integral do Exercício	615	87 640

06

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanco a 1 de janeiro 2020	84 000	27 097	60 836	-15 512	47 237	6 742	5 364	-40 132	175 632
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			93 624						93 624
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-25 338					-25 338
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						459			459
Planos de pagamentos de ações reconhecidos nas reservas						142			142
Efeito fusão			30 372	-7 975	2 666	92 154	-45 432		71 785
Aplicação dos resultados do exercício anterior							-40 132	40 132	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	123 996	-33 313	2 666	92 755	-85 564	40 132	140 672
Resultado líquido do exercício								18 895	18 895
Balanco a 31 de dezembro 2020	84 000	27 097	184 832	-48 825	49 903	99 497	-80 200	18 895	335 199
Aumento de capital	6 500								6 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-75 070						-75 070
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				17 994					17 994
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						3 635			3 635
Planos de pagamentos de ações reconhecidos nas reservas						450			450
Aplicação dos resultados do exercício anterior					1 889		17 006	-18 895	-
Total das Variações do Capital Próprio	6 500	-	-75 070	17 994	1 889	4 085	17 006	-18 895	-46 491
Resultado líquido do exercício								54 056	54 056
Balanco a 31 de dezembro 2021	90 500	27 097	109 762	-30 831	51 792	103 582	-63 194	54 056	342 764

07

**DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS DE CAIXA**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(milhares de euros)

	2021	2020
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	20 103	103 509
Resultado líquido do exercício	54 056	18 895
Depreciações e amortizações do exercício	13 510	14 957
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	16 938	24 502
Variação das provisões técnicas de seguro direto	-66 362	44 824
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	39 768	-33 441
Variação de passivos por contratos de investimento	-24 460	-61 803
Variação de outras provisões	445	-77
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	42 779	-13 611
Variação de outros ativos e passivos por impostos	-4 828	11 336
Variação de outros ativos e passivos	-23 762	63 782
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-27 981	34 145
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	-36 353	-107 084
Variação de investimentos	-62 923	-117 616
Alienações de subsidiárias e associadas	-	-
Dividendos recebidos	4 392	2 628
Juros	25 801	13 270
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-7 196	-5 424
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	3 573	58
Aquisição de imóveis	-	-
Alienações de terrenos e edifícios	-	-
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	16 326	-3 873
Distribuição de dividendos	-	-
Variação responsabilidades de contratos de leasing	9 826	-3 873
Subscrição de capital	6 500	-
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	76	-7 448
Caixa e equivalentes no início do exercício	82 840	78 751
Efeito fusão	-	11 537
Caixa e equivalentes no fim do exercício	82 916	82 840

08

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Generali Seguros, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na entidade Seguradoras Unidas, S.A. das companhias de seguros Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A.

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 1 de outubro de 2020, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das três entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data. Nesta mesma data, a Seguradoras Unidas, S.A. alterou a sua designação para Generali Seguros, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas apenas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

A sociedade incorporante Seguradoras Unidas, S.A. era por sua vez uma companhia de seguros já resultante também de uma fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100% à data de 30 de dezembro de 2016 (data de registo e produção de efeitos): a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a Seguros LOGO, S.A. e a Açoreana Seguros, S.A.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido igualmente a aprovação prévia da ASF.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Após a fusão, a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 21 zonas comerciais (19 no continente, Açores e Madeira), que são suportadas por escritórios locais e por um total de 688 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 13 lojas próprias (em Lisboa, Porto e 11 lojas nos Açores) e por 641 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana (nos Açores), dos quais 282 são exclusivos.

Através da LOGO, marca digital de seguros, lançada em janeiro de 2008, e a primeira seguradora direta a disponibilizar compra totalmente online, comercializa seguros Automóvel (incluindo Moto), Casa, Saúde e Vida (para proteção de Doenças Graves e Crédito Habitação), contando com 165.000 clientes.

Tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 1 de outubro de 2020, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde em 2020 ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2020 corresponde, portanto, à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses da Companhia já fusionada, conforme normas contabilísticas.

Desta forma, as demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando que as 3 entidades, estavam sob o controlo comum (*under common control*) da acionista única Assicurazioni Generali, S.p.A., a fusão foi efetuada tendo por base os valores contabilísticos dos ativos e passivos (*book value*) e ao abrigo do regime da neutralidade fiscal.

NOTA 2 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2021	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	78 087	54 525	21 634	1 928
Comissões de contratos de investimento	184	-	28	156
Prémios brutos adquiridos	76 990	53 428	21 634	1 928
Resultado dos investimentos	15 271	10 638	4 221	412
Custos com sinistros brutos	168 760	32 268	56 780	79 712
Variação da provisão matemática	-120 441	-10 596	-43 199	-66 646
Variação da provisão para compromissos de taxa	4 905	-236	-716	5 857
Variação da provisão para estabilização de carteira	393	393	-	-
Participação nos resultados	8 988	3 352	2 629	3 007
Custos de exploração brutos	26 610	22 866	1 399	2 345
Saldo de resseguro	-5 143	-5 143	-	-
Resultado técnico	-1 913	10 876	8 990	-21 779

(milhares de euros)

2020	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	56 063	43 174	5 376	7 513
Comissões de contratos de investimento	262	-	84	178
Prémios brutos adquiridos	55 673	42 784	5 376	7 513
Resultado dos investimentos	6 547	5 018	625	904
Custos com sinistros brutos	89 155	23 318	17 505	48 332
Variação da provisão matemática	-53 398	-6 490	-9 329	-37 579
Variação da provisão para compromissos de taxa	6 380	2 059	274	4 047
Variação da provisão para estabilização de carteira	11	11	-	-
Participação nos resultados	4 809	3 227	454	1 128
Custos de exploração brutos	24 679	20 392	1 309	2 978
Saldo de resseguro	-2 161	-2 161	-	-
Resultado técnico	-11 315	3 124	-4 128	-10 311

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas e segmentada pelas linhas de negócio Não-Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2021	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	1 058 596	278 197	150 392	405 957	224 050
Prémios de resseguro cedido	-121 306	-10 634	-55 754	-2 364	-52 554
Prémios brutos adquiridos	1 051 496	276 565	148 069	405 450	221 412
Resultado dos investimentos	442	-1 445	364	1 159	364
Custos com sinistros brutos	656 847	164 978	101 254	262 649	127 966
Custos de exploração brutos	260 808	57 900	42 638	98 722	61 548
Resultado técnico	74 088	41 462	-5 933	44 718	-6 159

(milhares de euros)

2020	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	884 000	199 327	126 280	385 720	172 673
Prémios de resseguro cedido	-92 140	-2 903	-47 105	-2 121	-40 011
Prémios brutos adquiridos	877 035	200 957	123 275	378 971	173 832
Resultado dos investimentos	-15 183	-7 375	-1 478	-4 831	-1 499
Custos com sinistros brutos	594 891	163 438	96 449	236 023	98 981
Custos de exploração brutos	225 667	45 402	37 337	92 272	50 656
Resultado técnico	43 288	-14 114	3 522	53 911	-31

NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2021, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2021. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As normas acima referidas apresentam-se discriminadas na Nota 32. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 32. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguros, da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Tal como referido na Nota 1, e tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 1 de outubro de 2020, toda a informação financeira exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde em 2020 ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2020 corresponde, portanto, à atividade de 9 meses da Seguradoras Unidas per si, complementada por 3 meses de empresa já fusionada, conforme normas contabilísticas.

Desta forma, as demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de maio, a Generali Seguros, S.A. passou a estar dispensada da consolidação ao nível nacional uma vez que a consolidação é efetuada na empresa-mãe Assicurazioni Generali S.p.A., sediada em Itália.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2022. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS

Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controle de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos Financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações a serem reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registrados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registrados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registrados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	3 a 20
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 a 10
Direito de uso – imóveis	13
Direito de uso – frota automóvel	4

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pela Companhia.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Locações (IFRS16)

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controle de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e
- iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é predeterminado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nas quais a entidade é locatário, a Companhia optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes de locação e não locação como uma única componente de locação.

Como locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se esperam vir a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de locação a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa da Companhia do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis, Outros Ativos Intangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

Sublocações

Uma sublocação implica que o locatário estabeleça um contrato de locação com uma terceira entidade, atuando como intermediário, mantendo-se em vigor o contrato de locação com o locador original.

A IFRS 16 – Locações obriga a que o locador avalie as sublocações com referência ao direito de uso e não com referência ao ativo subjacente. O locador da sublocação, simultaneamente locatário com referência à locação original, deverá reconhecer um ativo na sua demonstração financeira – um direito de uso relativo à locação primária (se a locação estiver classificada como operacional) ou um ativo financeiro, mensurado de acordo com a IAS 39, relativa à sublocação (se a locação estiver classificada como financeira). No caso da locação primária ser de curta duração, então a sublocação deverá ser classificada como locação operacional.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como Caixa e seus equivalentes o total da rubrica Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Companhia aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

A Companhia assume a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

As responsabilidades da Companhia relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes na Companhia era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social. A Companhia, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes deste Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 foram de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passaram a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual seria devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador completasse um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, a Companhia, de acordo com a IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Entretanto, a Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 o primeiro Acordo de Empresa (AE) conjunto com os representantes dos diversos sindicatos do setor, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2019 e substituiu os anteriores IRCT aplicados na Companhia. No caso das entidades que foram incorporadas em 2020, a celebração do acordo foi em 8 de março de 2019 e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 13 de 8 de abril de 2019.

As condições e clausulados previstos neste novo AE vieram alterar um conjunto de benefícios atribuídos aos empregados da Companhia, nomeadamente:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores estão abrangidos por um plano de contribuição definida, ao abrigo do qual a Companhia fará anualmente contribuições de 3,25% sobre a retribuição base anual do trabalhador. Sem prejuízo, os trabalhadores pré-reformados ou reformados antes de 1 de janeiro de 2019, continuarão abrangidos pelos sistemas previstos nos instrumentos de regulamentação coletivo aplicáveis à data em que se pré-reformaram ou reformaram;
- ii) o prémio anual de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

O ano de 2021 foi marcado pela vigência simultânea de dois IRCT na Companhia, por um lado o AE da fusionada Seguradoras Unidas, S.A. e por outro, o ACT da fusionada Generali Seguros, S.A. Foi por isso imperativo negociar um único Acordo de Empresa, de forma a regular as mesmas relações de trabalho e benefícios para todos os trabalhadores da Companhia. Já no decurso do mês de outubro de 2021, foi assinado por todas as partes envolvidas, o novo Acordo de Empresa (AE) para os próximos 3 anos, ficando a sua entrada em vigor sujeita à publicação no BTE, a ocorrer no início de 2022.

Plano de benefício definido

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de *rating* elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2021, e ressalvados os empregados abrangidos pelo plano de benefício definido, a Companhia tem três planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade, Açoreana ou Generali, anterior à fusão) para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador. Adicionalmente, a Companhia atribuiu um plano de contribuição definida ao CEO.

Prémio de permanência

Em vigor até à entrada em vigor do novo AE, o prémio de permanência equivalia a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas, completou um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência foi determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Este benefício aplicou-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 cujo prémio de permanência pecuniário se venceria durante o ano de 2019, foi assegurado um regime de transição em 2019 com o pagamento de um valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo ou o gozo de dias de licença com retribuição.

Os desvios atuariais determinados foram registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Prémio de carreira

Em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, o prémio de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal do colaborador, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

Os desvios atuariais determinados foram registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Pagamentos com base em ações

Os colaboradores e administradores da Companhia podem ter direito a receber uma remuneração adicional na forma de pagamentos com base em ações, em que os mesmos prestam serviços como contraprestação por instrumentos de capital (transações liquidadas com ações).

A Companhia não tem obrigação de liquidar a transação baseada em ações; uma vez que a transação será liquidada por ações a emitir pela Assicurazioni Generali S.p.A. (acionista). O custo do benefício com ações é determinado pelo valor justo na data da concessão do benefício (*grant date*). O custo é reconhecido por contrapartida de reservas, sendo reconhecido a cada data de reporte durante o período da aquisição do direito ao benefício (*vesting period*) e considerando a melhor estimativa do número de ações a ser atribuído.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu benefícios de assistência médica:

- i) a ex-colaboradores mediante acordo de rescisão através de plano de seguro de saúde com um desconto de 25% sobre o prémio de tarifa em vigor à data de início da Apólice, já incluindo a redução relativa à isenção de encargos, para o Trabalhador e membros do agregado familiar que se encontrem incluídos no seguro de saúde do Plano de Seguro de Saúde da Companhia de que o Trabalhador seja titular na data da cessação do contrato de trabalho;
- ii) aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma, prevendo coberturas mínimas de assistência clínica em regime de internamento e assistência clínica em regime de ambulatório, com os capitais, franquias e co-pagamentos aplicáveis. Estas garantias mínimas previstas no atual AE não prejudicam a existência e/ou aplicação de outros regimes mais favoráveis e mais abrangentes, a que os empregados poderão ter acesso.

Tratando-se de um benefício definido, o seu reconhecimento e mensuração é equivalente ao plano de benefício com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, como sejam participações de despesas de educandos de colaboradores, seguros de Vida, descontos em outros tipos de seguros e remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2020 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos Recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por Ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por Segmentos Operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2. A Companhia não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo Valor dos Instrumentos Financeiros e Outros Ativos ao Justo Valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os Lucros e Impostos Diferidos

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia procede à determinação da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos. Esta avaliação tem por base a estimativa de lucros tributáveis futuros que compreende (i) o plano de negócios aprovado pela Gestão e, (ii) a reversão expetável das diferenças temporárias que resultam da diferença entre as quantias registadas nas demonstrações financeiras e as quantias determinadas de acordo com a legislação fiscal aplicável.

Quaisquer alterações a esta estimativa poderão ter impacto na determinação do valor recuperável dos impostos diferidos ativos.

Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente com referência ao final do período ou sempre que existam sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill* é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Os fluxos de caixa futuros são determinados tendo por base o plano de negócios aprovado pela Gestão. Alterações a este plano poderão ter impacto na determinação do valor recuperável da Companhia.

Provisões Técnicas e Responsabilidades Relativas a Contratos de Investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais e Rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos Vida, (vii) provisão para estabilização de carteira e (viii) provisão para compromissos de taxa.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não-Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 – NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas Contabilísticas Adotadas Relativamente a Contratos de Seguro e de Investimento

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento, mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador do seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos. Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não-Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica Prémios adquiridos líquidos de resseguro, da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores do seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. A Companhia calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos do ramo Não-Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão matemática Vida

As provisões matemáticas Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Origem Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização(*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004(**)	GKM 80	0% e 0,883%
Seguros em caso de Vida(*)		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25%, 1,15% e 0%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte(*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM / F 2010	0%
Após 1 de janeiro de 2020	PASEM / F 2010 e GKM95	0%
Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%
Seguros Híbridos (***)		
Início em novembro de 2021	GKM 95	variável anualmente

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados

** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2021 foi de 0,00%

*** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2021 foi de 0,20%

Produtos Origem Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	0% a 3%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Seguros Mistos (*)		
Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados

** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2021 foi de 0,00%

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Produtos Origem Generali Vida	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1998		4%
De janeiro 1999 a maio 2012		3%
Após maio de 2012 (**)		variável anualmente
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas vitalícias e temporárias		
Até dezembro 1999	TV 73/77	4%
Após 1 de janeiro 2000	GRM 95 / GRF 95	entre 3% e 2%
Após 1 de julho de 2013	Unisexo (base GRM/F 95)	entre 2,75% e 0,5%
Rendas Reversíveis e com contrasseguro	Unisexo (base GRM/F 95)	entre 2,75% e 0,5%
Seguros em caso de Morte (*)		
Vida Inteira		
Até abril 2000	GKM 80	4%
De maio 2000 a janeiro 2015	GKM 95	3%
Após janeiro 2015	Unisexo (base GKM/F 95)	3% e 2,5%
Temporários Nivelados		
Até maio 2000	GKM 80	4%
De junho 2000 a maio 2009	GKM 95	3%
De junho 2009 a fevereiro 2015	SIM 2000	3%
Após fevereiro 2015	Unisexo (SIM/F 2000)	3%
Temporários Nivelados pacotizados	SIM 2000	3%
TAR		
Até abril 2010	GKM/F 95	3%
Após março 2017	SIMF 2000, SIM/F 2006, SIM/F 2012, Unisexo (SIM/F 2000), Unisexo (SIM/F 2006), Unisexo (SIM/F 2012)	3%
TAR GRUPO	GKM 80 ou SIM 2000	4% e 3%
Seguros Mistos (*)		
Até fevereiro de 1996	PM 6064	4%
De março 1996 a dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1999 a março de 2015	GKM 80	3%

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados

** Taxas definidas anualmente. A taxa de 2020 foi de 0,25%

Provisão para compromissos de taxa

A Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* futuros descontados às taxas de juro que correspondem à rentabilidade dos ativos afetos a essas responsabilidades incluindo a estimativa da rentabilidade futura dos ativos a adquirir no reinvestimento de acordo com a política de investimentos aprovada e considerando a mortalidade esperada, sendo esta avaliação efetuada por fundo autónomo.

Estas taxas implícitas consideradas na referida avaliação estão compreendidas entre o intervalo de 0,08% e 2,3% (2020: entre -0,4% e 3,3%).

Com referência a 31 de dezembro de 2021 a tábua de mortalidade considerada na avaliação foi 100% da PERMP/PERFP 2000 (2020: 100% da PERMP/PERFP 2000).

Provisão matemática Não-Vida

As provisões matemáticas Não-Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 100% da tábua do INE referente à população masculina no período 2018-2020 para homens (2020: INE 2017-2019) e 100% da tábua do INE referente à população feminina no período 2018-2020 para mulheres (2020: INE 2017-2019), com uma taxa de desconto que corresponde à rentabilidade esperada dos ativos afetos ao ramo Acidentes de Trabalho de juro de 2,11% (2020: 1,93%) e encargos de gestão de 1,5% (2020: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2020: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2020: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2020: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e no ramo Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo, quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2021 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento (assistência vitalícia) em 31 de dezembro de 2021 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de vida ou similares, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Em 31 de dezembro de 2021, a taxa implícita considerada no teste da adequação das responsabilidades ascende a 2,11% para uma *duration* de 12,9 anos (2020: taxa 1,93% e *duration* de 13,1 anos).

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de Vida (Shadow accounting)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo Vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores do seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de Vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balço	2021			2020				
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	Efeito fusão PPNA Bruta	Efeito fusão CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos								
Vida	5 205	704	4 501	4 107	526	-	-	3 581
Acidentes e Doença	40 350	7 409	32 941	23 177	5 060	14 127	2 395	29 849
Incêndio e Outros Danos	54 606	10 858	43 748	42 088	8 137	10 196	2 958	41 189
Automóvel	150 243	27 226	123 017	136 521	25 864	13 214	3 183	120 688
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 368	261	1 107	1 178	248	102	41	991
Responsabilidade Civil Geral	6 415	1 209	5 206	5 427	1 088	825	246	4 918
Crédito e Caução	39	10	29	51	8	5	-	48
Proteção Jurídica	4	1	3	4	1	-	-	3
Assistência	21 356	3 645	17 711	18 579	3 360	1 846	470	16 595
Diversos	699	136	563	598	123	43	4	514
Total	280 285	51 459	228 826	231 730	44 415	40 358	9 297	218 376

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2021			2020		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Vida	1 097	179	918	390	75	315
Acidentes e Doença	3 047	-47	3 094	-4 420	-541	-3 879
Incêndio e Outros Danos	2 322	-237	2 559	3 005	355	2 650
Automóvel	508	-1 821	2 329	6 749	3 526	3 223
Marítimo, Aéreo e Transportes	88	-28	116	-225	-9	-216
Responsabilidade Civil Geral	163	-125	288	227	106	121
Crédito e Caução	-17	2	-19	13	1	12
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-1	1
Assistência	931	-185	1 116	1 610	502	1 108
Diversos	58	9	49	6	15	-9
Total	8 197	-2 253	10 450	7 355	4 029	3 326

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e refletida na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço				Variação de Ganhos e Perdas	
	2021			2020	2021	2020
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Líquida		
Vida	6 212	528	5 684	2 508	3 176	472
Acidentes e Doença	2 825	571	2 254	1 177	1 077	-2 798
Incêndio e Outros Danos	15 655	3 148	12 507	11 612	895	1 395
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	532	148	384	435	-51	-90
Responsabilidade Civil Geral	784	148	636	830	-194	51
Crédito e Caução	1	-	1	4	-3	-5
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	13 241	6	13 235	14 947	-1 712	967
Diversos	772	164	608	616	-8	50
Total	40 022	4 713	35 309	32 129	3 180	42

A evolução da provisão matemática de Vida refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	769 419	479 400
Variação do ano	-120 441	-53 398
Incorporação de participação nos resultados	873	846
Efeito fusão	-	342 572
Saldo em 31 de dezembro	649 851	769 419

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2021 a 13,7 milhões de euros (2020: 16,4 milhões de euros).

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Tradicional	-	559	-559	-692
Capitalização	86 047	108 931	-22 884	-3 291
Total	86 047	109 491	-23 443	-3 983

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, líquida de reembolsos, é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	80 183	75 402	4 806	7 914
Acidentes de Trabalho	772 194	754 445	18 002	40 481
Acidentes Pessoais e Doença	28 881	27 275	1 788	4 970
Incêndios e Outros Danos	77 465	68 206	11 318	20 841
Automóvel	327 564	311 007	17 027	-3 247
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 634	3 960	-1 150	-1 274
Responsabilidade Civil Geral	53 434	55 453	-4 913	14 698
Crédito e Caução	160	168	-8	-67
Proteção Jurídica	9	17	-8	7
Assistência	15	-	6	-
Diversos	8 542	4 716	4 139	2 840
Total	1 351 081	1 300 649	51 007	87 163

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 683.135 milhares de euros (2020: 673.185 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho, incluindo também as provisões relativas a assistência vitalícia. Neste saldo da provisão matemática está incluída uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 34.043 milhares de euros (2020: 33.851 milhares de euros).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2021 a 29,4 milhões de euros (2020: 31,2 milhões de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 84.122 milhares de euros (2020: 61.536 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 13.462 milhares de euros (2020: 12.368 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Provisão para Sinistros em 31.12.2020 (1)	Sinistros* pagos em 2021 (3)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2021 (4)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e Doença	781 720	101 875	671 932	-7 913
Incêndio e Outros Danos	68 206	35 360	32 234	-612
Automóvel				
Responsabilidade Civil	281 172	96 386	191 213	6 427
Outras coberturas	29 835	18 140	3 812	-7 883
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 960	2 278	1 539	-143
Responsabilidade Civil Geral	55 453	14 861	46 237	5 645
Crédito e Caução	168	-11	160	-19
Proteção Jurídica	17	9	8	-
Assistência	-	1	12	13
Diversos	4 716	810	2 625	-1 281
Total	1 225 247	269 709	949 772	-5 766

* Sinistros ocorridos no ano de 2020 e anteriores.

No âmbito do ramo de Acidentes e Doença, o reajustamento observado respeita sobretudo a alteração da taxa de desconto. Os outros ramos registam reajustamentos que resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos no seu conjunto.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida	8 754	8 420	2 905	1 767
Acidentes de Trabalho	16 349	21 485	-5 135	5 395
Acidentes Pessoais e Doença	1 898	2 154	-256	677
Incêndio e Outros Danos	40 874	44 683	-3 809	17 652
Automóvel	22 749	23 840	-1 091	3 658
Marítimo, Aéreo e Transportes	791	1 420	-629	-214
Responsabilidade Civil Geral	12 145	20 697	-8 552	3 731
Crédito e Caução	74	87	-13	9
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	7 364	3 677	3 687	2 386
Total	110 998	126 463	-12 893	35 061

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 6.142 milhares de euros (2020: 8.195 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2021 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	32 199	428	-1 694	30 933
PPR e capitalização com participação resultados	129 999	1 318	6 492	137 809
Não-Vida				
Acidentes e Doença	246 720	4 700	19 780	271 200
Incêndio e Outros Danos	86 731	2 347	12 065	101 143
Automóvel				
Responsabilidade Civil	164 707	6 471	19 804	190 982
Outras coberturas	71 232	3 208	-2 806	71 634
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 209	55	-1 023	2 241
Responsabilidade Civil Geral	17 390	732	-4 826	13 296
Crédito e Caução	-13	3	-8	-18
Proteção Jurídica	9	2	-8	3
Assistência	1	1	6	8
Diversos	1 685	29	4 140	5 854
Total	753 869	19 294	51 922	825 085
Resseguro aceite	1 437	-	-915	522
Total Geral	755 306	19 294	51 007	825 607

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2020 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionalis	21 655	425	1 239	23 319
PPR e capitalização com participação resultados	57 987	1 171	6 680	65 838
Não-Vida				
Acidentes e Doença	183 806	4 208	45 469	233 483
Incêndio e Outros Danos	73 121	1 952	21 494	96 567
Automóvel				
Responsabilidade Civil	160 923	6 229	1 466	168 618
Outras coberturas	69 129	2 972	-4 672	67 429
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 590	68	-1 384	2 274
Responsabilidade Civil Geral	6 510	626	14 699	21 835
Crédito e Caução	-18	3	-67	-82
Proteção Jurídica	6	3	7	16
Assistência	-	-	-1	-1
Diversos	1 170	7	2 840	4 017
Total	577 879	17 664	87 770	683 313
Resseguro aceite	1 340	-	-607	733
Total Geral	579 219	17 664	87 163	684 046

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo é analisada e tem a seguinte evolução:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Vida				
Tradicionalis	9 022	10 523	3 352	3 227
Capitalização	53 876	73 042	5 636	1 582
Acidentes e Doença	368	201	167	201
Incêndio e Outros Danos	9	17	-8	17
Automóvel	323	273	50	273
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	9	-9	9
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	63 598	84 065	9 188	5 309

(milhares de euros)

	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	84 065	16 279
Dotação do ano	9 370	5 547
Pagamentos	-8 095	-2 632
Incorporação em provisão matemática	-873	-846
Variação da participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	-20 869	9 499
Efeito Fusão	-	56 218
Saldo em 31 de dezembro	63 598	84 065

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Tradicionais	3 266	3 477	956	475
Capitalização	15 228	19 057	1 547	299
Total	18 494	22 534	2 503	774

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo, em resultado do teste de adequação de responsabilidades, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Tradicionais	17 942	12 150	5 792	-3 322
Capitalização	18 096	18 983	-887	9 702
Total	36 038	31 133	4 905	6 380

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Tradicionais	656	263	393	11
Total	656	263	393	11

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Acidentes e Doença			-	-
Incêndio e Outros Danos	22 977	21 419	1 558	883
Automóvel		-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes		-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	1 305	1 305	-	-
Crédito e Caução	156	156	-	-89
Proteção Jurídica		-	-	-
Assistência		-	-	-
Diversos	241	230	11	-4
Total	24 679	23 110	1 569	790

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2021	2020	2021	2020
Acidentes e Doença	6 873	224	6 649	-2 812
Incêndio e Outros Danos	14	733	-719	-1 573
Automóvel	-	-	-	-4 987
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	6	-6	-280
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	6 887	963	5 924	-9 652

De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, em 2021 e 2020, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de procedimentos extraordinários, solicitados pela Companhia, e devidamente aprovados pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir, portanto, que a Companhia tem sido interveniente em diversos processos de concentração de empresas, cujo acréscimo de custos daí resultante, iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, em 2021, a Companhia considerou, numa ótica de 12 meses corridos, que o montante de 11.151 milhares de euros (2020: 10.625 milhares de euros), relativo a custos totais incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar para efeitos de cálculo desta provisão o montante imputado a Não-Vida, i.e., 9.704 milhares de euros (2020: 9.167 milhares de euros).

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas de Não-Vida correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

No âmbito do regime de Solvência II, a Companhia possui na sua estrutura e nos seus procedimentos as ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo Interno faz parte integrante da estrutura de Governação da Companhia e tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

Este Comité em conjunto com os outros comités corporativos, visa robustecer os sistemas de governo e gestão de risco da Companhia, reforçando a comunicação e os níveis de interação entre os Órgãos de Gestão e funções de controlo, de forma a contribuir para um constante conhecimento e gestão dos principais riscos inerentes à atividade.

Sendo suportado transversalmente por diferentes Direções, tem como principais atribuições:

- Políticas (ORSA) de identificação/ análise de riscos
- Controlo interno – financeiro e não financeiro
- *Compliance* e DPO
- Acompanhamento da função de gestão de reclamações

No âmbito do Sistema de Governação, a Companhia possui um Sistema de Regulamentos Internos que visa apoiar a governação da mesma, de uma forma sólida e eficaz. O mesmo promove uma abordagem coerente, homogênea e estruturada em relação aos regulamentos internos, introduzindo regras claras para a sua elaboração, validação, aprovação, comunicação, implementação, monitorização e reporte.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

A Companhia pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, a Companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Engenharia	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional & Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos (proteção retenção-catástrofes-top-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (2ª opinião)	Proporcional
Responsabilidade Civil <i>cyber risks</i>	Proporcional
Responsabilidade Civil Geral	Não Proporcional
Responsabilidade Civil Ambiental	Proporcional
Responsabilidade Civil Profissionais de Saúde	Proporcional
Responsabilidade Civil Administradores (art.º 396)	Proporcional
Responsabilidade Civil D&O	Proporcional
Responsabilidade Civil Intermediários de Crédito	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional & Não Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional & Não Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional & Não Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (Responsabilidade Civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Não Proporcional
Acidentes Pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Agro	Proporcional
GEB – Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde	Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida Profissionais de Saúde	Proporcional
Vida + Cool	Proporcional
Vida Catástrofes	Não Proporcional
Vida Proteção de Cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida Proteção aos Prémios	Proporcional
Vida Gestão de Tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização / PPR	Proporcional
Vida + Vencer	Proporcional
GEB – Vida	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2021	2020
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro (Não-Vida)	-32 977	-29 834
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro (Não-Vida)	-25 749	-26 711
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de Acid. de Trabalho	-14 678	-14 508
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo Vida	-2 364	-2 266

(milhares de euros)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas. De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de Vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

NATUREZA E EXTENSÃO DE OUTROS RISCOS

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual a Companhia dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

As políticas de investimento adotadas pela Companhia, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité de Investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2021	2020
Cambial	Valorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao Euro	-357	-594

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostas a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2021	2020
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-1 123	-646

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2021	2020
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-4 399	-971

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações e em fundos de obrigações ou similares.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo Vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2021	2020
Taxa de juro	Descida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Ativos	197 825	177 634
	Subida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Ativos	-197 825	-177 634

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2021	2020
Taxa de juro	Descida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Passivos	-119 955	-132 859
	Subida de 100 p.b. na curva de taxa de juro – Efeito nos Passivos	94 070	98 296

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate* embora as obrigações de emissores públicos sejam a maioria das obrigações.

(milhares de euros)

Rating	2021		2020	
	%	Valor	%	Valor
AAA	5%	116 332	9%	201 518
AA	17%	376 222	20%	428 416
A	17%	366 399	19%	397 492
BBB	55%	1 183 500	48%	1 021 858
BB	3%	69 627	3%	55 200
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	205	0%	1 820
Unrated	3%	54 976	1%	23 146
Total	100%	2 167 261	100%	2 129 450

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

Sector de Atividade*	(milhares de euros)			
	2021		2020	
	%	Valor Bruto	%	Valor Bruto
Recursos básicos	1,2%	28 771	3,4%	86 191
Comunicações	1,4%	33 958	1,4%	35 196
Bens consumíveis (cíclico)	3,5%	83 028	2,6%	66 057
Bens consumíveis (não-cíclico)	4,4%	104 970	3,7%	93 648
Energia	1,8%	42 765	1,6%	40 579
Financeiro	16,3%	391 409	12,9%	327 207
Fundos	9,8%	235 958	14,8%	375 439
Dívida pública	55,2%	1 329 027	53,5%	1 356 420
Industrial	1,6%	38 883	2,2%	55 952
Tecnologia	0,6%	15 016	0,7%	16 645
Serviços públicos/coletivos	3,4%	81 558	2,0%	51 779
Outros	0,9%	21 020	1,2%	29 849
Total	100%	2 406 363	100%	2 534 962

Fonte: Bloomberg

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Investimentos a deter até à maturidade, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário e qualquer exposição direta ou indireta com o risco imobiliário, por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores do seguro e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, é como segue:

2021	(milhares de euros)					
	< 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	165 457	82 799	463 294	1 670 156	259 626	2 641 332
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	121 011	88 525	271 292	342 319	112 592	935 739
Líquido	44 446	-5 726	192 002	1 327 837	147 034	1 705 593

2020	(milhares de euros)					
	< 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Sem maturidade	Total
Ativos financeiros	224 421	95 285	429 277	1 632 196	380 743	2 761 922
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	152 470	69 619	372 611	390 830	140 016	1 125 546
Líquido	71 951	25 666	56 666	1 241 366	240 727	1 636 376

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2021		2020	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	23%	25 000	89%	73 918
A	71%	76 800	0%	365
BBB	3%	3 249	4%	3 665
BB	0%	120	0%	227
B	0%	-	4%	3 079
CCC	2%	2 078	0%	-
Unrated	1%	650	2%	1 566
Total	100%	107 897	100%	82 820

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2021		2020	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	1%	61	44%	17 385
A	86%	8 176	47%	18 305
BBB	0%	-	7%	2 707
BB	0%	18	2%	686
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	13%	1 210	0%	80
Total	100%	9 465	100%	39 163

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas materiais resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio;
- Risco legal.

Risco estratégico

O risco estratégico é o risco resultante de decisões estratégicas. Definimos risco estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O risco estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco de reputação

O risco de reputação é o risco que decorre de possíveis danos à reputação das empresas como consequência da percepção negativa do público (por exemplo, entre clientes, parceiros de negócio, acionistas ou autoridades). Assim como o risco estratégico, o risco reputacional é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco intragrupo

O risco de a entidade estar dependente de transações intragrupo significativas que possam influenciar significativamente a solvência ou a posição de liquidez do Grupo ou de uma das entidades envolvidas nestas transações. Essas transações podem ser relacionadas com:

- Investimentos;
- Saldos entre empresas, incluindo empréstimos, recuperáveis e acordos para centralizar a gestão de ativos ou dinheiro;
- Garantias e compromissos, tais como cartas de crédito;
- Operações com derivativos;
- Dividendos, cupões e outros pagamentos de juros;
- Operações de resseguro;
- Prestação de serviços ou acordos de partilha de custos;
- Compra, venda ou arrendamento de bens.

Risco sistémico

Ao risco de destabilização do sistema financeiro ou mercado com consequências ao nível dos ativos, taxas de juro, câmbio, afetando a economia como um todo.

Riscos emergentes

Riscos existentes ou que possam surgir, de difícil quantificação e com potencial de perdas elevadas. Caracterizados por um elevado grau de incerteza, onde mesmo a informação básica, que suportaria uma avaliação adequada sobre a frequência e severidade de um determinado risco, é reduzida.

Medidas de mitigação

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência e forte dinamização do Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação e renovação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência e informação mais detalhada sobre a Gestão do Risco serão divulgados publicamente durante o mês de abril de 2022 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não-Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2021	2020
Rácio de sinistralidade ^(a)	63,5%	67,4%
Rácio de aquisição ^(b)	18,5%	19,4%
Rácio administrativo ^(c)	6,1%	6,1%
Rácio Combinado	88,1%	92,9%

(a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos

(b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos

(c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2021	2020
Sinistros/Prémios (IFRS 4)	216,1%	159,0%
Benefícios pagos/Depósitos recebidos (IAS 39)	1403,8%	24949,0%
Custos de aquisição/(prémios + depósitos recebidos)	19,7%	25,1%
Custos administrativos/(prémios + depósitos recebidos)	13,8%	18,8%

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Contas a receber	1 979	1 445
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-211	-353
Total Líquido	1 768	1 092

NOTA 5 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A decomposição da rubrica de Passivos financeiros por contratos de investimento pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Financieros Sem Participação nos Resultados	Unit Linked	PPR Unit Linked	OCA's Unit Linked	Total
Saldos a 31 de dezembro de 2019	98 504	5 432	19 818	137	123 891
Passivos adicionais do período, liq de comissões	380	236	140	-	756
Montantes pagos	-62 537	-814	-2 031	-11	-65 393
Juros técnicos	1 461	180	117	-	1 759
Outros movimentos	1 076	-	-	-	1 076
Saldos a 31 de dezembro de 2020	38 884	5 035	18 044	126	62 089
Passivos adicionais do período, liq de comissões	99	1 245	179	-	1 523
Montantes pagos	-24 301	-608	-1 536	-	-26 445
Juros técnicos	-19 148	905	-1 153	-	-19 396
Outros movimentos	19 507	-835	1 196	-10	19 858
Saldos a 31 de dezembro de 2021	15 041	5 743	16 730	116	37 628

Os valores dos passivos financeiros de contratos *Unit Linked*, no valor total de 22.472 milhares de euros (2020: 23.079 milhares de euros) correspondem ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos na IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2021			2020		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	2 122	-2 144	-22	6 013	-2 990	3 023
Capitalização	585	-608	-23	3 844	-958	2 886
PPR	1 537	-1 536	1	2 168	-2 031	137
Valorizados ao Custo Amortizado	26 731	-26 794	-63	69 159	-71 996	-2 837
Capitalização	24 789	-24 897	-108	59 655	-62 449	-2 794
PPR	1 942	-1 897	45	9 504	-9 547	-43
Total	28 853	-28 938	-85	75 171	-74 986	186

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	112 794	140 417
Passivos subordinados	10 000	10 000
Direito de uso de ativos (IFRS16)	25 133	15 307
Valor de Balanço	147 927	165 724

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os passivos subordinados correspondem a dois empréstimos subordinados, com prazo fixo (10 anos) e taxa de juro fixa, no valor de cinco milhões de euros cada, os quais foram subscritos em 2015 pelas seguintes entidades do Grupo Generali: (i) Generali Horizon e (ii) Participatie Maatschappij Graafschap Holland N.V.

Adicionalmente a Companhia constitui em 15 de dezembro de 2021 um empréstimo subordinado *on demand* no valor de 91,5 milhões de euros subscrito, e não realizado pelo acionista Assicurazioni Generali S.p.A., com prazo fixo (5 anos) e um fee fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito.

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. Os pagamentos mínimos futuros relativos aos contratos de locação operacionais não revogáveis, por maturidade são os seguintes:

(milhares de euros)

	2021	2020
Até 1 ano	5 565	5 784
1 ano até 5 anos	16 054	8 936
Mais de 5 anos	5 744	1 439
Total de Pagamentos Futuros	27 363	16 159
Custo de juro a periodificar em gastos financeiros	-2 230	-852
Total do Passivo IFRS16	25 133	15 307

O passivo de locação foi inicialmente mensurado a *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Ao abrigo desta norma foi registado ao longo de 2021 um custo de juros sobre a variação dos passivos financeiros no montante de 684 milhares de euros (2020: 442 milhares de euros).

NOTA 6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 411 809	2 486 375
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	25 000	1 412
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	9 733	9 722
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	879	12 487
Total Participações e Instrumentos Financeiros	2 447 421	2 509 996
Outros ativos financeiros	5 047	1 239
Total Ativos Financeiros	2 452 468	2 511 235

Os investimentos em filiais e associadas são analisados na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 225	1 272
De outros emissores	5 102	6 451
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3 406	1 999
Valor de Balanço	9 733	9 722
Valor de aquisição	9 465	9 176

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 1.483 milhares de euros (2020: 1.532 milhares de euros).

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo estruturados ou colateralizados no montante de 4.678 milhares de euros (2020: 6.003 milhares de euros). Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 343 901	1 393 280
De outros emissores	811 688	714 799
Ações	18 480	3 938
Outros títulos de rendimento variável	237 740	374 358
Valor de Balanço	2 411 809	2 486 375

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 175 211	16 934	201 135	-	1 393 280
De outros emissores	662 288	9 919	43 147	-555	714 799
Ações	5 074	-	270	-1 406	3 938
Outros títulos de rendimento variável	388 634	-	9 003	-23 279	374 358
Saldo a 31 de dezembro de 2020	2 231 207	26 853	253 555	-25 240	2 486 375
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 210 782	15 299	117 820	-	1 343 901
De outros emissores	778 273	10 494	23 504	-583	811 688
Ações	17 652	-	2 756	-1 928	18 480
Outros títulos de rendimento variável	266 070	-	12 350	-40 680	237 740
Saldo a 31 de dezembro de 2021	2 272 777	25 793	156 430	-43 191	2 411 809

Em 31 de dezembro de 2021, os Outros títulos de rendimento variável incluem 20.000 milhares de euros relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário (2020: 1.458 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	25 240	14 880
Efeito Fusão	-	871
Dotações do exercício	19 866	16 819
Anulações do exercício por venda de ativos	-1 877	-1 638
Reversões do exercício	-38	-5 692
Saldo em 31 de dezembro	43 191	25 240

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-29	-30
Ações e outros títulos de rendimento variável	-19 837	-16 789
Total	-19 866	-16 819

ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem nem ativos nem passivos classificados nesta categoria.

INVESTIMENTOS A DETERMINADA MATURIDADE

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	879	12 487
De outros emissores	-	-
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	879	12 487
Valor de mercado	1 659	13 648

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

	(milhares de euros)		
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	12 487	-	12 487
De outros emissores	-	-	-
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2020	12 487	-	12 487
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	879	-	879
De outros emissores	-	-	-
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	879	-	879

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos, conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Empréstimos a colaboradores	581	804
Empréstimo – Generali Europe Income Holding, S.A.	4 044	-
Prestações acessórias – Centro Novo Funchal	422	-
Depósitos junto de empresas cedentes	-	2
Outros	-	433
Total de Outros Ativos Financeiros	5 047	1 239

Em 2020, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros é como segue:

	(milhares de euros)		
	Custo de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	-	-	-
Empréstimos	15 804	-15 000	804
Outros	435	-	435
Saldo a 31 de dezembro de 2020	16 239	-15 000	1 239
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	422	-	422
Empréstimos	19 625	-15 000	4 625
Outros	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	20 047	-15 000	5 047

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A, sendo que em dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2021		2020	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	82 916	82 916	82 840	82 840
Empréstimos e contas a receber	30 047	30 047	2 651	2 651
Investimentos a deter até à maturidade	1 659	879	13 648	12 487
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	78 458	78 458	120 018	120 018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	193 080	192 300	219 157	217 996
Passivos financeiros de contratos de investimento	40 564	37 628	64 752	62 089
Outros passivos financeiros	147 927	147 927	165 724	165 724
Outros credores por operações de seguros e outras operações	100 333	100 333	128 314	128 314
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	288 824	285 888	358 790	356 127

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos na IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

Os instrumentos financeiros são estratificados de acordo com os níveis prescritos na IFRS 13, que representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis acima descritos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2 187 157	37 221	187 431	2 411 809
Títulos e unidades de participação	86 875	-	150 865	237 740
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 864	70	15 546	18 480
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 335 396	8 505	-	1 343 901
De outros emissores	762 022	28 646	21 020	811 688
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	9 602	131	-	9 733
Títulos e unidades de participação	3 275	131	-	3 406
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 225	-	-	1 225
De outros emissores	5 102	-	-	5 102
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade (a valores de mercado)	879	-	-	879
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	879	-	-	879
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	2 197 638	37 352	187 431	2 422 421

(milhares de euros)

	2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2 336 846	121 699	27 830	2 486 375
Títulos e unidades de participação	248 177	121 699	4 482	374 358
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 271	-	1 667	3 938
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 393 280	-	-	1 393 280
De outros emissores	693 118	-	21 681	714 799
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	8 624	1 098	-	9 722
Títulos e unidades de participação	1 946	53	-	1 999
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 272	-	-	1 272
De outros emissores	5 406	1 045	-	6 451
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade (a valores de mercado)	13 648	-	-	13 648
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	13 648	-	-	13 648
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	2 359 118	122 797	27 830	2 509 745

O valor em 2021 classificado como Nível 3 (2020: Nível 2), na rubrica de Títulos e Unidades de Participação, inclui cerca de 106 milhões de euros (2020: 122 milhões de euros) que dizem respeito a um investimento em 2 sub-fundos (2020: 2 sub-fundos) pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV, que é detido 100% pela Companhia.

A determinação do *fair value* destes ativos teve por base o seu valor patrimonial, que por sua vez é determinado com base em valores de mercado ou em informação de mercado disponível para valorização do ativo (curvas de risco, *spreads*, etc) tal como definidos pela IFRS 13. Adicionalmente este fundo é alvo de análise *look-through* por parte da Companhia tal como definido pelos requisitos de Solvência II.

Os valores de 2021 representam a última informação financeira não auditada recebida por parte de cada subsidiária ou associada, pelo que os valores oficiais definitivos poderão ser divergentes.

Em 2021 e 2020 não existiu qualquer variação do saldo desta rubrica.

De acordo com a IAS 36 e a política contabilística, a Companhia procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade ou o *fair value less cost to sell*, nos casos aplicáveis.

Em 2019, a Companhia chegou a uma base de entendimento para alienar as suas participações na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. No decorrer de 2020, a venda destas participações não se efetivou e desta forma a Companhia tem estado desde então a negociar alternativas para a conclusão deste processo, o que se concretizou em 2021, sobre a forma de cedência da carteira, estando neste momento apenas a aguardar as aprovações de todas as entidades competentes. Decorrente destes factos, a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 0,4 milhões de euros, totalizando desde final de 2020 um montante de 3,2 milhões de euros, pelo que estas participações estão registadas na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

Em 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 2,1 milhões de euros, totalizando agora um montante de 7,3 milhões de euros, pelo que estas participações estão registadas na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

Este acordo obteve em 2019 a aprovação do Banco Nacional de Angola, mas ao contrário do que eram as expectativas da Companhia, esta não conseguiu alienar a participação pela demora na obtenção da aprovação da Agência Angolana de Regulação e Supervisão, a única condição precedente que faltava cumprir. Não obstante, e em virtude desta situação o acordo existente celebrado com o Banco Económico ter expirado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia continua a ter uma forte intenção de venda deste ativo pelo que irá encetar diversas frentes de negociação tendo em vista esse objetivo.

Adicionalmente, a Companhia detém as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda (Nota 6), nas quais exerce controlo e que estão incluídas no perímetro de consolidação:

(milhares de euros)				
	Sede	Atividade	% Interesse económico	
			2021	2020
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%

Os fundos de investimento acima referidos são detidos através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV, representando em 31 de dezembro de 2021 um investimento total acumulado de 106 milhões de euros (2020: 122 milhões de euros).

NOTA 8 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2021	2020
Caixa	19	20
Depósitos em instituições de crédito	82 897	82 820
Total	82 916	82 840

NOTA 9 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo da IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
Propriedades de Investimento – Edifícios de Rendimento	2021	2020
Saldo Líquido a 1 de janeiro	2 985	46
Adições por aquisição	-	-
Transferências p/ ativos a descontinuar	-	-
Transferências de serviço próprio	-	-
Abates/Vendas	-	-
Variações justo valor	35	9
Efeito fusão	-	2 930
Saldo Líquido a 31 de dezembro	3 020	2 985

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo, portanto, imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	2 996	2 959
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	24	26
Total	3 020	2 985

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Rendimentos de Rendas	142	45
Custos Operacionais	23	18
em imóveis que geraram rendimentos de rendas	6	4
em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	17	15

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio em 2020 e 2021, e respetivo movimento ocorrido em ambos os exercícios, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2021	2020
Valor Bruto	29 296	21 451
Amortizações e imparidades acumuladas	-7 549	-8 754
Saldo Líquido a 31 de dezembro	21 747	12 697

(milhares de euros)		
Ativos Tangíveis – Edifícios de Serviço Próprio	2021	2020
Saldo Líquido a 1 de janeiro	12 697	16 010
Adições da IFRS16	15 973	12
Abates / Vendas	-	-
Abates / Vendas IFRS16	-3 573	-
Imparidades – [(Dotação) / Utilização]	-	-
Efeito fusão	-	900
Amortizações Imóveis IFRS16	-3 332	-4 220
Amortizações Imóveis Próprios	-19	-5
Saldo Líquido a 31 de dezembro	21 747	12 697

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2021	2020
Equipamento	53 427	51 770
Equipamento administrativo	6 020	6 042
Máquinas e ferramentas	2 314	2 307
Equipamento informático	27 181	25 937
Instalações interiores	4 554	4 554
Despesas edifícios arrendados	9 245	9 245
Material transporte	233	171
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – Material de transporte	3 104	2 738
Outras imobilizações corpóreas	776	776
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-48 953	-45 953
Equipamento	-46 613	-44 193
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – Material de transporte	-2 340	-1 760
Imparidades	-	-
	4 474	5 817

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de material de transporte e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Ativos sob Direito de Uso (IFRS16)	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 01 de dezembro de 2020	5 780	1 181	-	6 961
Adoção da IFRS16 (valor bruto)	761	52	-	813
Adições	-	-	-	-
Transferências	-2 183	-556	-	-2 739
Amortizações do exercício	-58	-	-	-58
Abates/Vendas	539	301	-	840
Saldo a 31 de dezembro de 2020	4 839	978	-	5 817
Adições	1 315	366	-	1 681
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	-2 444	-580	-	-3 024
Abates/Vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	3 710	764	-	4 474

NOTA 11 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	Edifícios - Rendimento	Edifícios - Uso Próprio	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Total
Saldo a 01 de janeiro de 2020	5 194	-	2 480	7 674
Transferências	-	-	-	-
Variações justo valor	-428	-	-2 480	-2 908
Abates/Vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	4 766	-	-	4 766
Transferências	-	-	-	-
Variações justo valor	145	-	-	145
Abates/Vendas	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	4 911	-	0	4 911

Os valores de Edifícios correspondem a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos, ou já se concretizaram em 2021, ou se perspetivam estarem concretizados em 2022, após a conclusão dos processos de licenciamento em curso, com a efetiva realização (Nota 9).

Em 2019, a Companhia chegou a uma base de entendimento para alienar as suas participações na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. e na Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. No decorrer de 2020, a venda destas participações não se efetivou e desta forma a Companhia tem estado desde então a negociar alternativas para a conclusão deste processo, o que se concretizou em 2021, sobre a forma de cedência da carteira, estando neste momento apenas a aguardar as aprovações de todas as entidades competentes. Decorrente destes factos, a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 0,4 milhões de euros, totalizando desde final de 2020 um montante de 3,2 milhões de euros, sendo que em 2019 já tinha procedido à transferência das participações de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7).

Em 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu em 2020 um reforço de imparidades no valor de 2,1 milhões de euros, totalizando agora um montante de 7,3 milhões de euros e procedeu em 2018 à transferência da participação de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7).

Este acordo obteve em 2019 a aprovação do Banco Nacional de Angola, mas ao contrário do que eram as expectativas da Companhia, esta não conseguiu alienar a participação pela demora na obtenção da aprovação da Agência Angolana de Regulação e Supervisão, a única condição precedente que faltava cumprir. Não obstante, e em virtude desta situação o acordo existente celebrado com o Banco Económico ter expirado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia continua a ter uma forte intenção de venda deste ativo pelo irá encetar diversas frentes de negociação tendo em vista esse objetivo.

NOTA 12 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65.981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A.

O *Goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e Vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (EIOPA) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

Em 2021 foi efetuado o teste de imparidade ao *Goodwill* tendo por base o seu valor recuperável, com base no qual não se obteve qualquer indicador de imparidade. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. A estimativa do valor recuperável teve por base o plano de negócios da Companhia e respetivas projeções de *cash-flows* descontadas a uma taxa de cerca de 6,8%.

Em 31 de dezembro de 2021, o VIF corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor líquido de amortizações e imparidades de 3.746 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.).

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB – Companhia de Seguros de Vida (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.), tendo concluído pela existência de uma perda por imparidade no valor de 11.196 milhares de euros.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Goodwill	65 981	65 981
Outros Intangíveis	174 305	168 989
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	81 263	79 914
Software	26 784	26 151
Intangíveis em curso	399	287
Value in force	56 836	56 836
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – software	9 023	5 801
Amortizações Acumuladas	-151 776	-144 640
Outros Intangíveis	-145 794	-141 037
Ativos sob direito de uso (IFRS16) – software	-5 982	-3 603
Imparidades	-11 196	-12 904
	77 314	77 426

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso dos bens e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O movimento ocorrido em ambos os exercícios, pode ser analisado como se segue:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill</i>	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	<i>Software</i>	Intangíveis em Curso	<i>Value in Force</i>	Ativos Sob Direito de Uso (IFRS16)	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2020	65 981	12 920	4 832	353	315	5 643	1 777	78 901
Adoção da IFRS16 (valor bruto)	-	538	-	538	-	-	-	538
Adições	-	4 599	187	128	1 789	-	2 495	4 599
Amortizações do exercício	-	-7 982	-2 294	-380	-	-3 234	-2 074	-7 982
Imparidades	-	1 781	-	-	-	1 781	-	1 781
Transferências	-	-411	1 406	-	-1 817	-	-	-411
Saldo a 31 de dezembro de 2020	65 981	11 445	4 131	639	287	4 190	2 198	77 426
Efeito fusão	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	5 475	499	633	1 121	-	3 222	5 475
Amortizações do exercício	-	-7 136	-2 220	-385	-	-2 152	-2 379	-7 136
Imparidades	-	1 708	-	-	-	1 708	-	1 708
Transferências	-	-159	850	-	-1 009	-	-	-159
Saldo a 31 de dezembro de 2021	65 981	11 333	3 260	887	399	3 746	3 041	77 314

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado como segue:

(milhares de euros)

	2022	2023	2024	2025	Após	Total
Amortização estimada	370	362	352	333	2 329	3 746

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	7 136	7 982
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-
Montantes pagos – Montantes brutos	928	1 038
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-
Custos de aquisição	2 426	3 033
Gastos administrativos	3 425	3 672
Gastos financeiros	-	-
Outros	357	239

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ativo Bruto	61 081	69 413
Tomadores do seguro		
Recibos por cobrar	41 855	50 865
Reembolsos de sinistros	3 490	4 052
Mediadores de seguro	7 909	9 199
Cosseguradoras	7 827	5 297
Ajustamentos	-8 308	-10 986
Recibos por cobrar	-6 204	-8 480
Créditos de cobrança duvidosa	-2 104	-2 506
Ativo Líquido	52 773	58 427

Os reembolsos brutos de imparidades e exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 1.979 milhares de euros (2020: 1.445 milhares de euros).

Em 2021, a rubrica recibos por cobrar inclui uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos negativos esperados do fim das moratórias de prazos de pagamentos de prémios, que só serão efetivamente conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 6,0 milhões de euros, e respeitante a diversos ramos.

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ativo Bruto	14 444	46 556
Resseguradores	9 465	39 163
Ressegurados	4 979	7 393
Ajustamentos	-5 082	-4 197
Créditos de cobrança duvidosa	-5 082	-4 197
Ativo Líquido	9 362	42 359

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Ressegurados” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 4,3 milhões de euros (2020: 7,0 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 4,3 milhões de euros (2020: 4,0 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Ressegurados” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias em Moçambique, no valor total de cerca de 0,5 milhões de euros (2020: 0,3 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,4 milhões de euros (2020: 0,2 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ativo Bruto	33 243	35 578
Entidades relacionadas	8 223	8 959
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	153	262
IFAP	9 028	11 448
FAT	1 469	1 819
Gestão por conta IDS e Representadas	7 514	5 603
Cauções	173	472
Planos de pagamento	2 535	2 782
Rendas e outros valores à cobrança	259	254
Pessoal	79	120
Clientes	288	307
Outros valores a receber	3 522	3 552
Ajustamentos	-16 920	-16 346
Créditos de cobrança duvidosa	-16 920	-16 346
Ativo Líquido	16 323	19 232

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 6,0 milhões de euros (2020: 5,8 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 6,0 milhões de euros (2020: 5,2 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias de Moçambique, no valor de cerca de 1,8 milhões de euros (2020: 1,6 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 1,3 milhões de euros (2020: 1,0 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de janeiro	8 480	3 585
Dotações do exercício	-	1 316
Reversões do exercício	-2 276	-
Efeito fusão	-	3 579
Saldo em 31 de dezembro	6 204	8 480
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de janeiro	23 049	15 428
Dotações do exercício	1 057	4 991
Reversões do exercício	-	-
Efeito fusão	-	2 630
Saldo em 31 de dezembro	24 106	23 049

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Acréscimos de Rendimentos	609	1 299
<i>Profit commission</i> de resseguro	277	257
Prestações de serviços	332	1 042
Gastos Diferidos	2 714	2 130
Seguros	102	65
Rendas	281	324
Outros serviços	2 331	1 741
Total	3 323	3 429

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo em 2021 no valor de 27.490 milhares de euros, (2020: 47.829 milhares de euros), diz respeito a contratos de investimento comercializados pela Companhia, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.).

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Tomadores do seguro (estornos a pagar)	8 592	24 201
Mediadores de seguro		
Comissões a pagar	196	192
Contas correntes	12 980	11 066
Cosseguradoras	4 998	3 609
Prémios recebidos antecipadamente	41 686	31 572
Total	68 452	70 640

Em 2020, a rubrica estornos a pagar inclui uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos negativos esperados do acerto dos prémios de Acidentes de Trabalho associados a apólices a prémios variáveis, que normalmente só são conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 13,4 milhões de euros. Esta estimativa foi calculada tendo em consideração a evolução da atividade económica em Portugal no decurso do ano de 2020, com uma granularidade suficiente em termos de sectores de atividade por forma a permitir que a mesma fosse corretamente aplicada à carteira de seguros da Companhia, procurando refletir da melhor forma, os impactos daí decorrentes, tendo sido integralmente revertida em 2021.

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Resseguradores	22 126	42 425
Ressegurados	100	75
Total	22 226	42 500

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Entidades relacionadas	25	463
Outros fornecedores de bens e serviços	436	3 824
IFAP	1 047	930
Pensões AT	1 162	1 415
Outros valores a pagar	6 985	8 542
Total	9 655	15 174

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Rendimentos Diferidos	78	26
Rendas	78	26
Acréscimo de Custos	66 198	71 107
Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	24 938	23 811
Custos de aquisição (incentivos e comissões)	24 505	29 874
Fornecimentos e serviços externos	16 610	17 273
Impostos	145	149
Total	66 276	71 133

Os valores de Acréscimos de Custos com pessoal incluem estimativas de custos reestruturação no montante de 8.785 milhares de euros (2020: 8.785 milhares de euros).

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Contingências fiscais e de segurança social	428	168
Contingências judiciais	469	430
Outras provisões	330	184
Total	1 227	782

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	782	860
Dotações do exercício	460	238
Utilizações do exercício	-15	-316
Saldo em 31 de dezembro	1 227	782

NOTA 14 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Vida						
Tradicionais	54 525	43 174	1 097	390	53 428	42 784
PPR e Capitalização com participação nos resultados	23 562	12 889	-	-	23 562	12 889
Não-Vida						
Acidentes e Doença	418 290	296 805	3 046	-4 418	415 244	301 223
Incêndio e Outros Danos	150 392	126 280	2 323	3 005	148 069	123 275
Automóvel	405 957	385 720	507	6 750	405 450	378 971
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 794	4 793	88	-225	4 706	5 018
Responsabilidade Civil Geral	22 002	19 248	164	227	21 838	19 021
Crédito e Caução	59	88	-17	13	76	75
Proteção Jurídica	8	7	-	-	8	8
Assistência	53 537	48 082	931	1 609	52 606	46 473
Diversos	3 557	2 977	58	6	3 499	2 972
Total	1 136 683	940 063	8 197	7 355	1 128 486	932 708

Em 2020, a rubrica prémios brutos emitidos inclui uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos negativos esperados do acerto dos prémios de Acidentes de Trabalho associados a apólices a prémios variáveis, que normalmente só são conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 13,4 milhões de euros. Esta estimativa foi calculada tendo em consideração a evolução da atividade económica em Portugal no decurso do ano de 2020, com uma granularidade suficiente em termos de sectores de atividade por forma a permitir que a mesma fosse corretamente aplicada à carteira de seguros da Companhia, procurando refletir da melhor forma, os impactos daí decorrentes, tendo sido integralmente revertida em 2021.

Por seu lado em 2021, a mesma rubrica inclui também uma estimativa efetuada pela Companhia relativa aos impactos negativos esperados do fim das moratórias de prazos de pagamentos de prémios, que só serão efetivamente conhecidos após a data do encerramento das contas, no montante de 6,0 milhões de euros, e respeitante a diversos ramos.

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Vida						
Tradicionais	16 856	9 431	-3	-5	16 859	9 436
PPR e Capitalização com participação nos resultados	6 335	-	-	-	6 335	-
Não-Vida						
Acidentes e Doença	25 581	6 430	1 288	-2 802	24 293	9 232
Incêndio e Outros Danos	55 754	47 105	1 297	1 706	54 457	45 400
Automóvel	2 364	2 121	-	-	2 364	2 121
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 684	1 952	-87	-117	1 771	2 069
Responsabilidade Civil Geral	3 107	2 377	-244	66	3 351	2 311
Crédito e Caução	-	7	-5	-8	5	15
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	29 760	29 310	-1 706	966	31 466	28 344
Diversos	3 056	2 838	-14	71	3 070	2 767
Total	144 497	101 571	526	-124	143 971	101 695

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não-Vida de 2021, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e Doença	417 018	413 907	271 201	92 866	-10 849
Incêndio e Outros Danos	150 033	147 724	101 143	42 549	-8 098
Automóvel					
Responsabilidade Civil	240 866	242 334	190 982	53 344	1 557
Outras Coberturas	165 000	163 027	71 634	45 374	-1 121
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 743	4 655	2 241	1 277	-487
Responsabilidade Civil Geral	21 988	21 818	13 297	6 459	-1 389
Crédito e Caução	59	77	-19	17	-16
Proteção Jurídica	8	8	2	5	-
Assistência	53 537	52 605	7	17 483	-31 439
Diversos	3 557	3 499	5 854	753	3 211
Total	1 056 809	1 049 654	656 342	260 127	-48 631
Resseguro aceite	1 787	1 842	505	681	-807
Total Geral	1 058 596	1 051 496	656 847	260 808	-49 438

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto e Resseguro Aceite	78 087	56 063
Relativos a contratos individuais	72 067	47 361
Relativos a contratos de grupo	6 020	8 702
	78 087	56 063
Periódicos	69 033	49 675
Não periódicos	9 054	6 388
	78 087	56 063
De contratos sem participação nos resultados	53 845	33 733
De contratos com participação nos resultados	24 242	22 330
	78 087	56 063
Saldo de Resseguro	-5 143	-2 160

NOTA 15 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordadas na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Juros	33 593	17 423
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 026	17 495
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	357	351
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	288	212
Depósitos, empréstimos e outros ativos	-78	-635
Rendas	142	45
Terrenos e edifícios	142	45
Dividendos	4 391	2 628
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	273	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 118	2 628
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Total	38 126	20 096

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	17 886	9 805
De outros emissores	15 785	8 253
Ações	390	112
Outros títulos de rendimento variável	4 002	2 516
Imóveis	142	45
Depósitos	-88	-589
Empréstimos e outros ativos	9	-46
Total	38 126	20 096

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Custos imputados à função investimentos	7 224	3 372
Custos diretos de funcionamento	22	19
Total	7 246	3 391

NOTA 17 – GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	2021			2020		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros – Não ao Justo Valor por Resultados	7 866	-2 484	5 382	3 717	-8 436	-4 719
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 866	-2 484	5 382	3 717	-8 436	-4 719
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Financeiros – ao Justo Valor por Resultados	2	-26	-24	237	-160	77
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2	-26	-24	237	-160	77
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos Não Correntes Classificados como Detidos para Venda	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios – Uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios – Rendimento	-	-	-	-	-	-
Total	7 868	-2 510	5 358	3 954	-8 596	-4 642

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.) respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -63 milhares de euros (2020: -2.837 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 18 – GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2021			2020		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros – ao Justo Valor	387	-393	-6	33	-344	-311
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Títulos de dívida	1	-331	-330	31	-130	-99
Ações, UP e outros títulos de rendimento variável	386	-62	324	2	-214	-212
Não Financeiros	69	-34	35	9	-	9
Terrenos e edifícios – Rendimento	69	-34	35	9	-	9
Terrenos e edifícios – Serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Ativos não correntes classificados como detidos para venda	145	-	145	45	-473	-428
Terrenos e edifícios – Rendimento	145	-	145	45	-473	-428
Terrenos e edifícios – Serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Total	601	-427	174	87	-817	-730

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida, S.A. (atual Gama Life – Companhia de Seguros de Vida, S.A.) respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de -22 milhares de euros (2020: 3.023 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 19 – GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2021			2020		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 152	-120	1 032	445	-1 757	-1 312
Ativos financeiros detidos para negociação	5 300	-6 641	-1 341	1 700	-763	937
Outros	2 043	-1 487	556	1 210	-2 921	-1 711
Total	8 495	-8 248	247	3 355	-5 441	-2 086

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Outros Rendimentos Técnicos	12 237	12 280
Comissões de gestão de cosseguro	107	109
Taxas de gestão de sinistros	53	1
Gestão por conta de sinistros	12 078	12 171
Outros Gastos Técnicos	15 281	16 655
Comissões de gestão de cosseguro	463	510
Gestão por conta de sinistros	17	10
Outros Gastos Técnicos	-	36
Gestão por conta de sinistros	14 800	16 100
Total	-3 044	-4 375

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Outros Rendimentos Não Técnicos	1 541	1 585
Restituição de impostos	113	157
Outros ganhos	1 085	1 163
Juros e outros ganhos financeiros	13	10
Serviços prestados	330	254
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	-	1
Outros Gastos Não Técnicos	2 716	1 067
Donativos	35	103
Mecenato	67	67
Ofertas a clientes	17	8
Multas	8	-
Quotizações	32	12
Dívidas incobráveis	553	320
Outros gastos	1 848	404
Serviços bancários e juros de mora	157	150
Gastos por alienação de ativos tangíveis	-	2
Total	-1 175	519

NOTA 21 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros – Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função é como segue:

(milhares de euros) (%)

2021	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	11 719	16%	23 474	33%	34 391	48%	2 382	3%	71 966	100%
Fornecimentos e serviços externos	6 265	12%	18 926	36%	26 465	51%	521	1%	52 177	100%
Impostos	-	0%	4 696	70%	2 013	30%	3	0%	6 712	100%
Amortizações	1 310	10%	3 082	23%	8 339	61%	779	6%	13 510	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	3 539	100%	3 539	100%
Total	19 294	13%	50 178	34%	71 208	48%	7 224	5%	147 904	100%

(milhares de euros) (%)

2020	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	10 556	17%	20 530	34%	28 061	45%	1 579	3%	60 726	100%
Fornecimentos e serviços externos	5 771	12%	21 548	45%	20 798	44%	-573	1%	47 544	100%
Impostos	-	0%	4 198	67%	2 102	33%	3	0%	6 303	100%
Amortizações	1 337	9%	3 105	21%	9 584	64%	931	6%	14 957	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	1 432	100%	1 432	100%
Total	17 664	13%	49 381	38%	60 545	46%	3 372	3%	130 962	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Eletricidade e água	280	298
Combustíveis	474	359
Material de escritório, impressos e outros	27	83
Artigos para oferta	198	218
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	1 402	452
Manutenção de equipamento informático	6 733	4 417
Rendas	1 772	-96
Aluquer operacional de viaturas e outros alugueres	631	654
Despesas de deslocação e representação	322	291
Comunicações telefónicas e redes	914	618
Correios	1 769	1 882
Seguros	316	349
Avenças e honorários	184	146
Publicidade e marketing	8 678	10 271
Limpeza, higiene e conforto	387	485
Vigilância e segurança	264	69
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	10 786	11 735
Serviços e desenvolvimentos informáticos	14 316	11 236
Quotizações APS	641	1 056
Cobrança de prémios	1 659	1 533
Formação de mediadores	127	93
Trabalho temporário	42	69
Outros serviços e fornecimentos diversos	255	1 326
Total	52 177	47 544

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2021	2020
Taxa para a ASF	2 563	2 204
Taxa para o FAT	1 974	2 070
Imposto municipal sobre imóveis	1	-
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	1 977	1 863
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	156	131
Outros impostos, taxas e licenças	41	35
Total	6 712	6 303

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	1 951	2 089
Software	385	380
Outros ativos intangíveis	2 421	3 438
Equipamento informático	724	486
Imóveis de Serviço Próprio	19	5
Equipamento administrativo e máquinas	238	239
Instalações interiores	118	83
Ativos sob direito de uso (IFRS16)	6 291	6 862
Outro equipamento	1 363	1 375
Total	13 510	14 957

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. Decorrente deste novo normativo a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação.

O ativo sob direito de uso é registado inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Juros de empréstimos	506	131
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	2 827	1 301
Total	3 539	1 432

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	131 194	109 350
Custos imputados	50 178	49 381
Outros custos de aquisição	28 247	31 199
Custos de aquisição diferidos (variação)	2 253	-4 029
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	4 338	3 900
Custos imputados	71 208	60 545
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-16 695	-12 043
Total	270 723	238 303

NOTA 22 – GASTOS COM PESSOAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2021	2020
Diretores/Gestão de Topo	24	26
Gestores/Gestão Intermédia	103	40
Coordenadores/Gestão Operacional	103	164
Técnicos	283	275
Especialistas/Operacionais	570	607
Auxiliares	2	2
Total	1 085	1 114

De realçar que decorrente da fusão efetuada a 1 de outubro de 2020 foram incorporados 295 trabalhadores das sociedades Generali – Companhia de Seguros, S.A. e Generali Vida – Companhia de Seguros, S.A.

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Remunerações – Órgãos sociais	698	766
Remunerações – Pessoal	47 282	38 524
Encargos sobre remunerações – Órgãos Sociais	117	121
Encargos sobre remunerações – Pessoal	9 798	8 948
Planos de contribuição definida	979	913
Benefícios pós-emprego – Planos de pensões de benefícios definidos	7 168	72
Benefícios de cessação de emprego	4 000	8 173
Seguros obrigatórios	672	506
Gastos de ação social	796	1 556
Formação	298	428
Outros gastos com pessoal	159	719
Total	71 966	60 726

Os valores de Benefícios de cessação de emprego de 2020 e 2021 englobam os montantes tanto já incorridos como os ainda estimados relativos ao processo de reorganização aprovado pelo Conselho de Gestão Executivo, no seguimento dos processos de alteração acionista e de fusão ocorridos em 2020.

Os custos com pessoal incluem em 2021 um custo com planos individuais de reforma de 979 milhares de euros (2020: 913 milhares de euros), dos quais 49 milhares de euros (2020: 49 milhares de euros) dizem respeito aos órgãos sociais.

Os custos com pessoal incluem ainda em 2021 um custo com planos de pagamentos de ações de 449 milhares de euros (2020: 142 milhares de euros), dos quais 266 milhares de euros (2020: 46 milhares de euros) dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral, dos Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de Funções-Chave e Colaboradores com Outras Funções Relevantes são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2021, excluindo despesas e imposto sobre o valor acrescentado, ascendem a 445 milhares de euros, dos quais 390 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 55 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente no âmbito de Solvência II e dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e política antifraude.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assume a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, a Companhia declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo, ex-empregados e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este Contrato Coletivo de Trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Entretanto, a Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 o primeiro Acordo de Empresa (AE) conjunto com os representantes dos diversos sindicatos do setor, Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal e STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2019 e substituiu os anteriores IRCT aplicados na Companhia. No caso das entidades que foram incorporadas em 2020, a celebração do acordo foi em 8 de março de 2019 e a sua publicação ocorreu no BTE, n.º 13 de 8 de abril de 2019.

As condições e clausulados previstos neste novo AE vieram alterar um conjunto de Benefícios atribuídos aos empregados da Companhia, nomeadamente:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores estão abrangidos por um plano de contribuição definida, ao abrigo do qual a Companhia fará anualmente contribuições de 3,25% sobre a retribuição base anual do trabalhador. Sem prejuízo, os trabalhadores pré-reformados ou reformados antes de 1 de janeiro de 2019, continuarão abrangidos pelos sistemas previstos nos instrumentos de regulamentação coletivo aplicáveis à data em que se pré-reformaram ou reformaram;
- ii) o prémio anual de carreira equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos). Este prémio prevê ainda a atribuição de dias de licença, por alternativa ao prémio pecuniário e/ou por idade e antiguidade.

O ano de 2021 foi marcado pela vigência simultânea de dois IRCT na Companhia, por um lado o AE da fusionada Seguradoras Unidas, S.A. e por outro, o ACT da fusionada Generali Seguros, S.A. Foi por isso imperativo negociar um único Acordo de Empresa, de forma a regular as mesmas relações de trabalho e benefícios para todos os trabalhadores da empresa. Já no decurso do mês de outubro de 2021, foi assinado por todas as partes envolvidas, o novo Acordo de Empresa (AE) para os próximos 3 anos, ficando a sua entrada em vigor sujeita à publicação no BTE, a ocorrer no início de 2022.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Companhia é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2021.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados pertencentes ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, são os seguintes:

	2021	2020
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	0,50%
Taxa de desconto	0,60%	0,35%
Probabilidade de passagem à pré-reforma	0,00%	1,00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	Project Unit Credit Method

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores da Global Seguros, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2021	2020
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de desconto	1,00%	0,60%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	GKF 95	GKF 95
Mulheres	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores das sociedades Generali – Companhia de Seguros e Generali Vida – Companhia de Seguros, do Fundo de Pensões Generali, são as seguintes:

	2021	2020
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de desconto	1,00%	0,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	GKF 95	SIM 2010
Mulheres	GKF 95	SIF 2010
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	<i>Project Unit Credit Method</i>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

O número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2021	2020
Ativos	22	47
Reformados	231	247
Total	253	294

As responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2021			2020		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-16 608	-7 203	-23 811	-20 411	-94	-20 505
Saldo do fundo em 31 de dezembro	25 167	-	25 167	25 433	-	25 433
Ativos/(Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de dezembro	8 559	-7 203	1 356	5 022	-94	4 928

(milhares de euros)

Em 2021 a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo inclui as responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 626 milhares de euros (2020: 658 milhares de euros) e as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 173 milhares de euros (2020: 134 milhares de euros).

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelo Fundo para a Companhia através da aquisição de apólices de seguros de Vida (Rendas) junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas ocorreu em 30 de dezembro de 2016).

O número de pensionistas (rendeiros) coberto por essas apólices ascende a 210 (2020: 241), e o valor total da responsabilidade ascende a 3.885 milhares de euros (2020: 4.314 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades com pensões em pagamento da Companhia encontravam-se integralmente financiadas. Os planos de pensões em questão são não contributivos e independente da segurança social, sendo financiados pelos fundos de pensões da Companhia.

A *duration* das responsabilidades da Companhia apresenta uma duração de cerca de 6 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 9 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	2021			2020		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	20 411	94	20 505	24 429	187	24 616
Settlement de benefícios	-	7 151	7 151	-	-	-
Custo do serviço corrente	13	-	13	28	-	28
Custo dos juros	124	-	124	164	3	167
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-1 465	-12	-1 477	-1 678	-48	-1 726
Pensões pagas pelo Fundo	-2 335	-	-2 335	-2 800	-	-2 800
Benefícios pagos pela Companhia	-	-30	-30	-	-48	-48
Curtailment	-141	-	-141	-	-	-
Efeito Fusão	-	-	-	268	-	268
Responsabilidades em 31 de dezembro	16 608	7 203	23 811	20 411	94	20 505

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	2021			2020		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de janeiro	25 433	-	25 433	27 013	-	27 013
Settlement de benefícios	-209	-	-209	-	-	-
Rendimento real do fundo						
Rendimentos de juros	120	-	120	123	-	123
Ganhos e perdas atuariais	1 136	-	1 136	166	-	166
Pensões pagas pelo fundo	-2 335	-	-2 335	-2 800	-	-2 800
Asset ceiling	1 022	-	1 022	-1 432	-	-1 432
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-	-	-
Efeito Fusão	-	-	-	2 363	-	2 363
Saldo do Fundo em 31 de dezembro	25 167	-	25 167	25 433	-	25 433

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2021			2020		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de janeiro	-7 366	165	-7 201	-6 955	213	-6 742
(Ganhos) e perdas atuariais						
nas responsabilidades	-1 465	-12	-1 477	-1 678	-48	-1 726
nos ativos do plano	-1 136	-	-1 136	-166	-	-166
Asset ceiling	-1 022	-	-1 022	1 432	-	1 432
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-	-	-
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de dezembro	-10 989	153	-10 836	-7 366	165	-7 201

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2021			2020		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos) / Passivos a Receber ou Entregar em 1 de janeiro	-5 022	94	-4 928	-2 584	187	-2 397
Alteração do plano	-	7 151	7 151	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-1 465	-12	-1 477	-1 678	-48	-1 726
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-1 136	-	-1 136	-166	-	-166
Encargos do ano:						
Custo do serviço corrente	13	-	13	28	-	28
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	4	-	4	41	3	44
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-30	-30	-	-48	-48
Asset ceiling	-1 022	-	-1 022	1 432	-	1 432
Transferências para outros fundos de pensões	68	-	68	-	-	-
Efeito Fusão	-	-	-	-2 095	-	-2 095
(Ativos) / Passivos a Receber ou Entregar em 31 de dezembro	-8 559	7 203	-1 356	-5 022	94	-4 928

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2021			2020		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	137	-	137	192	3	195
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	-120	-	-120	-123	-	-123
Curtailment	-	7 151	7 151	-	-	-
Custos do Exercício	17	7 151	7 168	69	3	72

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2021		2020	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	- 310	322	- 410	427
Variação na evolução das pensões	363	- 352	429	- 416
Variação na evolução dos salários	70	- 67	154	- 178

Tendo em atenção que coexistem três fundos, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 3 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados, e que não incluem qualquer ativo no Grupo, representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 595	1 513
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	12 335	12 519
Imobiliário	-	130
Liquidez	1 024	2 593
Subscrições e resgates em processamento	-	-
Outros ativos	222	10
Total	15 176	16 765

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva n.º 2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos, que não incluem qualquer ativo no Grupo, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 171	6 355
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	11 859	7 963
Imobiliário	1 122	1 533
Liquidez	1 352	1 629
Subscrições e resgates em processamento	-317	-
Outros ativos	1 388	10
Total	17 575	17 490

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões Generali e podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Ações e outros títulos de rendimento variável	448	41
Títulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	8 017	11 204
Imobiliário	-	-
Liquidez	2 120	147
Subscrições e resgates em processamento	-	-
Outros ativos	-	-579
Total	10 585	10 813

Do valor total dos ativos dos 3 fundos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, Fundo de Pensões Açoreana Seguros e Fundo de Pensões Generali) cerca de 17% dizem respeito a ativos a cobrir os planos de contribuição definida. O valor total dos ativos dos 3 fundos estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 6, é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Nível 1	40 880	42 681
Nível 2	1	1 010
Nível 3	2 455	1 377
Total	43 336	45 068

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
1 de janeiro	1 377	1 530
Correção Imóveis	1 008	-
1 de janeiro ajustado	2 385	1 530
Compras	672	458
Alienações	-653	-377
Varição de justo valor	50	-234
31 de dezembro	2 454	1 377

O nível 3 é representado essencialmente por fundos imobiliários fechados e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 245 milhares de euros (2020: 138 milhares de euros).

NOTA 24 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo que em 2020 se registou um prejuízo fiscal, o cálculo do imposto corrente do exercício de 2021 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5%, que corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2018 e genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspeccionadas. Não obstante, já depois de ter inspeccionado os exercícios de 2015 e 2016, a Autoridade Tributária decidiu proceder, em 2018, à inspeção sobre o exercício de 2014, exercício este que já tinha sido alvo de análise aquando do requerimento de manutenção de prejuízos fiscais solicitado pela Companhia em 2015 com decisão favorável da Autoridade Tributária no mesmo ano.

Desta inspeção ao exercício de 2014 resultaram divergências, maioritariamente relativas à aceitação de menos-valias sobre a venda de títulos, com impacto negativo nos resultados de 2018 no valor de 24,9 milhões de euros (0,5 milhões de euros de insuficiência de estimativa de imposto e 24,4 milhões de euros de reversão de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais), sendo que estas divergências foram impugnadas judicialmente pela Companhia.

De uma forma geral e referentes a questões fiscais de IRC, IVA, IMT e Imposto do selo, a Companhia já submeteu ou está a preparar a submissão de processos de impugnação judicial no valor total de cerca de 46,9 milhões de euros relativos a impostos e juros pagos ou à não aceitação de prejuízos fiscais, atinentes fundamentalmente a IRC dos exercícios de 2006 e 2014, no valor de 15,6 e 24,9 milhões de euros, respetivamente. No caso de as decisões judiciais serem favoráveis os respetivos valores serão considerados proveitos nos exercícios em que essas decisões sejam conhecidas e irrevogáveis, limitado, nos casos de IRC, à limitação temporal de utilização de reporte fiscal.

Os exercícios ainda não inspeccionados estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

As entidades fusionadas na Companhia apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

	(milhares de euros)				
Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Adequação do Reporte	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2014	2 944	890	-	2 054	2028
2015	30 600	11 701	-	18 898	2029
2016	104 845	829	-	104 016	2030
2017	13 590	13 590	-	-	2024
2018	12 753	12 753	-	-	2025
2019	26 245	8 509	-	17 735	2026
2020	7 593	7 593	-	-	2032
Total	198 570	55 866	0	142 704	

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, a Companhia realizou um teste de recuperabilidade do total dos prejuízos fiscais das 6 entidades fusionadas face ao plano de negócio aprovado pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável (80% para os prejuízos gerados em 2020 e 2021), não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Em 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirido pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido igualmente a aprovação prévia da ASF.

Tendo em atenção esta alteração da titularidade de mais de 50% do capital social a dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do artigo 52.º do Código do IRC, fica limitada. No entanto, esta condicionante pode ser evitada se for apresentado um requerimento de pedido de autorização para manutenção dos mesmos e a Autoridade Tributária permitir o uso dos ditos, se reconhecer interesse económico da operação, conforme n.º 12 do artigo 52.º do Código do IRC.

Dado o exposto, e considerando que a situação subjacente se enquadra também no âmbito da incerteza sobre tratamentos de imposto de rendimento, torna-se necessário determinar se este ativo de imposto deve ser reconhecido aplicando os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, e em conformidade com a interpretação definida na IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos, que foi aplicada para os exercícios que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

Esta interpretação acima referida veio clarificar que pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria em causa.

Dado que o requerimento foi apresentado de maneira pontual e oportuna à Autoridade Tributária, em 28 de janeiro, e dentro dos prazos estabelecidos pela lei (condição formal), e o interesse económico reconhecido da operação (condição material) é evidente e de conhecimento público, sendo minuciosamente detalhado no requerimento, é entendimento da Companhia poder reconhecer o ativo fiscal decorrente dos prejuízos fiscais existentes à data de 31 de dezembro de 2019, no montante de 41.424 milhares de euros, dado entender ser provável que o requerimento sobre os mesmos seja aceite.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados explicam-se como segue:

	(milhares de euros)			
	2021		2020	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	11 215	7 339	1 000	7 688
Retenção de imposto na fonte	30	1 541	1	1 936
Imposto sobre o valor acrescentado	82	356	82	284
Outros impostos e taxas	2 539	17 089	1 683	16 894
Contribuições para a segurança social	55	970	24	1 188
Total	13 922	27 294	2 790	27 991

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço pelo seu líquido podem ser analisados como segue:

Rubricas	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Investimentos	37 026	30 595	-26 877	-41 801	10 148	-11 207
Benefícios pós-emprego	4 611	2 429	-	-	4 611	2 429
Provisões não aceites	2 083	2 527	-	-	2 083	2 527
Prejuízos fiscais	29 968	41 700	-	-	29 968	41 700
Imóveis	554	560	-	-	554	560
Value in force	3 165	3 374	-	-18	3 165	3 357
Provisões técnicas	12 158	12 438	-	-	12 158	12 438
Outras diferenças temporárias	929	821	-	-	929	821
Total	90 494	94 444	-26 877	-41 819	63 617	52 625

Em 2021, e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 19.469 milhares de euros (2020: 18.009 milhares de euros) decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A.

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2021, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 192 milhares de euros (2020: 207 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2021, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2022 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspetiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 26,15% para 28,27% (aumento de cerca de 4.539 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)			
2021	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	1 544	-14 300	-12 756
Estimativa de IRC	1 544	-13 842	-12 298
Imposto autónomo	-	-458	-458
Imposto Diferido	16 450	-5 458	10 992
Investimentos	14 924	6 431	21 355
Benefícios pós-emprego	-	2 182	2 182
Provisões não aceites	-	-444	-444
Prejuízos fiscais	1 526	-13 258	-11 732
Imóveis	-	-6	-6
Value in force	-	-192	-192
Provisões técnicas	-	-280	-280
Outras diferenças temporárias	-	109	109
Total	17 994	-19 758	-1 764

(milhares de euros)					
2020	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Efeito fusão Resultados Transitados	Efeito fusão Reserva impostos	Total
Imposto Corrente	-1 548	-6 019	-	-1 248	-8 815
Estimativa de IRC	-1 548	-5 415	-	-1 248	-8 211
Imposto autónomo	-	-603	-	-	-603
Imposto Diferido	-23 789	-1 694	8 652	-6 728	-23 559
Investimentos	-22 121	3 534	221	-6 728	-25 094
Benefícios pós-emprego	-	-253	28	-	-225
Provisões não aceites	-	1 831	518	-	2 349
Prejuízos fiscais	-1 667	-6 081	7 871	-	123
Imóveis	-	30	-118	-	-88
Value in force	-	-83	-	-	-83
Provisões técnicas	-	-791	-	-	-791
Outras diferenças temporárias	-	119	132	-	251
Total	-25 337	-7 713	8 652	-7 975	-32 373

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2021	2020
Resultado antes de impostos	73 814	26 608
Taxa de imposto nominal	29,30%	26,8%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-21 628	-7 131
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-1 299	-499
Prejuízos fiscais desreconhecidos/Reporte de prejuízos fiscais não considerados	425	-250
Outros proveitos e custos excluídos de tributação/diferença de taxa ID	3 077	548
Imposto Autónomo	-458	-603
Imóveis	-6	30
Dividendos excluídos da tributação	-	1
Benefícios fiscais	130	189
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-	2
Imposto Reconhecido nos Resultados	-19 758	-7 713
Taxa de Imposto Efetiva	26,8%	29,0%

NOTA 25 – CAPITAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, encontrando-se todos visíveis no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social ascendia a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, e encontrava-se realizado em 84 milhões de euros, pelo seu anterior acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. A essa data, o capital não realizado, no valor de 98 milhões de euros, poderia ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

Em 2016, o anterior acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

A 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, sendo que os valores e condições atrás referidos de capital realizado, capital não realizado e prestações acessórias se mantiveram todos em vigor até 15 de dezembro de 2021, altura em que ocorreram as seguintes operações:

- a) realização parcial do capital não realizado, no valor de 6,5 milhões de euros
- b) redução, por não realização, do restante capital não realizado, no valor de 91,5 milhões de euros
- c) constituição de um empréstimo subordinado *on demand*, não realizado, no valor de 91,5 milhões de euros, com prazo fixo (5 anos) e um fee fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito

Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social ascende a 90,5 milhões de euros, representado por 90,5 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Os resultados dos exercícios de 2020 e de 2019 foram aplicados em 2021 e 2020, respetivamente, conforme indicado:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Resultados transitados	17 006	-40 132
Pagamento de dividendos	-	-
Reserva legal	1 889	-
Total	18 895	-40 132

NOTA 26 – RESERVAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por Impostos Diferidos e Correntes

Os impostos diferidos e correntes reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas Livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva Desvios Atuariais

De acordo com a IAS 19 – Benefícios a empregados, a Companhia reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Reservas de justo valor de ativos financeiros	109 762	184 832
Reserva por impostos diferidos	-30 831	-48 825
Outras reservas	155 374	149 400
Reserva legal	51 792	49 903
Reserva desvios atuariais	10 836	7 201
Reservas livres	3 672	3 342
Outras reservas	89 074	88 954
Reservas	234 305	285 407

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Títulos de rendimento fixo	141 116	244 070
Títulos de rendimento variável	15 106	9 274
Shadow accounting	-46 460	-68 512
Reservas de Justo Valor	109 762	184 832

A reserva de justo valor líquida explica-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	2 298 570	2 258 060
Imparidade	-43 191	-25 240
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	2 255 379	2 232 820
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	2 411 809	2 486 375
Reserva de reavaliação bruta (justo valor – custo)	156 430	253 555
Reserva de reavaliação dos títulos reclassificados – Investimentos detidos até à maturidade	-208	-211
Impostos diferidos e correntes	-30 831	-48 825
Shadow Accounting	-46 460	-68 512
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	78 931	136 007

O movimento da reserva de justo valor líquida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2021	2020
Saldo a 1 de janeiro	136 007	45 324
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-77 256	201 320
Imparidade reconhecida no ano	-19 866	-19 295
Variações do Shadow Accounting	22 052	-58 029
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	17 994	-33 313
Saldo a 31 de dezembro	78 931	136 007

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O resultado por ação nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	54 056	18 895
Número de ações (final do exercício)	90 500 000	182 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,60	0,10

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Assicurazioni Generali S.p.A, à qual não foi pago qualquer dividendo nos exercícios de 2020 e 2021.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia: as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões, os membros do Conselho de Administração e do Comité de Gestão Executiva.

Para além dos membros dos órgãos sociais atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhe são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

Dado que a 8 de janeiro de 2020, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Assicurazioni Generali S.p.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF, são consideradas entidades relacionadas da Companhia, em 2020 e 2021, todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Generali, ao qual pertence o atual acionista.

À data de 31 de dezembro de 2021, os membros dos órgãos sociais são os seguintes: (i) Conselho de Administração (Jaime Anchústegui Melgarejo, João Vieira de Almeida, Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, Riccardo Candoni e Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo); (ii) Comité de Gestão Executiva (Pedro Luís Francisco Carvalho, Stefano Flori, João Carlos Dores Candeias Barata e José António Correia Dias Nogueira da Silva) e (iii) Conselho Fiscal (Nelson Manuel Marques Fontan, Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento, Dinora Clara Feijão Margalho Botelho e Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier).

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria);
- Associadas (resseguro e consultadoria);
- Outras entidades relacionadas (gestão de seguros do ramo Saúde, seguros Vida e Não-Vida, consultadoria, gestão de ativos e serviços médicos).

O montante global dos ativos e passivos da Companhia referente a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, incluindo provisões técnicas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2021				2020			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	1 752	14 159	286	-	2 936	8 067	284
CLOSE TO CUSTOMERS, A.C.E.	10	-	5 561	120	10	-	4 712	120
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	-	-	-	25	25	-
ESUMÉDICA	-	-	120	-	-	-	96	-
TRQ ANGOLA	-	-	1 012	2 121	3 605	-	2 132	782
TRQ MOÇAMBIQUE Não-Vida	352	-	550	1 159	492	-	150	889
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	198	-	11	316	274	-	3	262
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT (*)	-	-	-	-	-	-	-	429
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND (*)	-	-	-	-	-	-	4 905	-
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	69 870	-	-	-	81 061	-	-	555
AAME FINANCIAL BOND FUND (*)	-	-	-	-	-	-	1 246	-
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	35 942	-	-	600	40 638	-	-	289
AACHENER UND MUNCHENER VERSICHERUNG AG	-	-	-	-	-	4	-	-
ASSICURAZIONI GENERALI, S.P.A.	154 304	122 107	124 517	102 996	159 386	144 354	3 316	4 938
EUROP ASSISTANCE	21	3 300	31 786	-	15 816	3 726	31 404	-
GENERALI ESPAÑA, S.A.	4 292	1 411	11 718	12 789	14 486	1 148	1 332	494
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS S.A.	2 680	-	-	-	502	-	-	-
GENERALI FRANCE S.A.	-	-	-	-	83	-	-	3
GENERALI HOLDING VIENNA AG	-	-	-	-	12	20	-	-
GENERALI HORIZON B.V.	-	5 000	223	-	-	5 000	66	-
GENERALI IARD S.A.	186	52	79	29	460	24	-	-
GENERALI INSURANCE ASSET MANAGEMENT S.P.A.	-	-	560	-	-	770	998	-
GRUPO GENERALI ESPAÑA AGRUPACIÓN DE INTERÉS ECONÓMICO	2	-	-	-	2	-	-	-
GSS – GENERALI SHARED SERVICES, SCARL (ALEMANHA) (*)	-	-	-	-	21	-	507	-
GENERALI PARTICIPATIONS NETHERLANDS N.V.	-	5 000	223	-	-	5 000	66	-
GENERALI BELGIUM S.A.	-	-	-	-	13	-	-	-
GENERALI VERSICHERUNG AG (SUIÇA)	-	-	-	-	144	-	-	-
GENERALI SCHADEVERZEKERING MIJ	-	-	-	-	15	-	-	-
GENERALI ALLGEMEINE VERSICHERUNG	-	-	-	-	10	-	-	-
GENERALI DEUTSCHLAND VERSICHERUNG AG	19	59	-	-	-	4	-	-
GENERALI PROVIDENCIA BIZTOSITO	-	-	-	-	2	-	-	-
GENERALI POJIST'OVNA A S	-	1	-	-	2	-	-	-
GENERALI SLOVENSKO POJIST'OVANA	-	-	-	-	-	1	-	-
GENERALI ROMANIA ASIGURARE REA	-	-	-	-	19	-	-	-
GENERALI TOWARZYSTWO UBEZPIECZ	-	-	-	-	6	-	-	-
GENERALI CESKA POJIST'OVNA A.S	6	13	-	-	-	16	-	-
GENERALI EUROPE INCOME HOLDING S.A.	16 176	-	-	159	-	-	-	-
GENERALI REAL ESTATE LOGISTICS FUND S.C.S. SICAV-RAIF	20 000	-	-	114	-	-	-	-
GENERALI VERSICHERUNG AG (AUSTRIA)	72	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI ASSURANCES GÉNÉRALES SA	20	-	-	-	-	-	-	-
L'EQUITÉ S.A. CIE D'ASSURANCES ET RÉASS.	71	1	-	-	-	-	-	-
EURÓPAI UTAZÁSI BIZTOSÍTÓ ZRT.	8	-	-	-	-	-	-	-
GENERTEL S.P.A.	8	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI BUSINESS SOLUTIONS S.C.P.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
GENERALI ITALIA S.P.A.	79	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO PENSÕES GENERALI	-	-	-	-	564	37	-	-
	304 318	138 697	190 519	120 689	317 621	163 065	59 025	9 046

* Entidade alienada em 2020

Em 2020 foi registado um reforço da imparidade sobre a participação financeira detidas sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. no valor total de 2,1 milhões de euros, valor este que acresce à imparidade registada em 2018 por 5,2 milhões de euros. Em 2020 foi registado também um reforço da imparidade sobre as participações financeiras detidas sobre as 2 subsidiárias de Moçambique no valor total de 0,4 milhões de euros, valor este que acresce às imparidades registadas em 2019 de 1,3 milhões de euros e em 2017 de 1,5 milhões de euros.

Em 2021 foi ainda registado um reforço de imparidade de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. de 0,8 milhões de euros (2020: redução de 0,1 milhões de euros) e um reforço de imparidade sobre as 2 subsidiárias de Moçambique de 0,4 milhões de euros (2020: redução de 0,5 milhões de euros).

Em 2021, a Companhia constitui um empréstimo subordinado *on demand* no valor de 91,5 milhões de euros subscrito, e não realizado pelo acionista Assicurazioni Generali S.p.A., com prazo fixo (5 anos) e um fee fixo, que de acordo com a IAS 32 não carece de registo no balanço por se tratar de um compromisso em forma de linha de crédito.

Em 2021 foi registado um custo com um seguro de Responsabilidade Civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 134 milhares de euros (2020: 61 milhares de euros).

Em 2021 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração no valor de 49 milhares de euros (2020: 49 milhares de euros).

Em 2021 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 266 milhares de euros (2020: 46 milhares de euros).

Em 2021 e 2020 não foram registados quaisquer custos com rescisões contratuais e respetivos encargos relativos a membros do Conselho de Administração.

Em 2021 e 2020 não foram feitas quaisquer transferências para os fundos de pensões de benefício definido.

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver adicionalmente informação divulgada na nota 22 e nas Políticas de Remuneração.

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 – COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia detinha uma opção de compra de 2% do capital social da Tranquilidade Corporação Angolana de Seguros S.A., opção essa válida até 31.12.2020. Tendo em conta a atual conjuntura da pandemia mundial, bem como a situação económica em Angola, o Conselho de Administração considerou não ser do interesse da Companhia exercer a referida opção de compra.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Covid 19 – Concessões de rendas (alteração à IFRS 16)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido. A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

Em 2021, o IASB estendeu o expediente prático por 12 meses – ou seja, permitindo que os locatários o apliquem a concessões de renda para as quais qualquer redução nos pagamentos da locação afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

As alterações de 2021 são efetivas para períodos de relatório anuais com início em ou após 1 de abril de 2021. Os locatários podem aplicá-las antecipadamente. As alterações de 2021 são aplicadas retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido em resultados transitados. Os requisitos de divulgação do Parágrafo 28 (f) 1 da IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros não se aplicam na aplicação inicial.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros – Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios. As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018. A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato (alterações à IAS 37)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRS: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 17 – Contratos de seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurada e apresentada a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras em conjunto com os impactos decorrentes da introdução da IFRS 9.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Companhia

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (i) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação; (iii) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (iv) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de *feedback* obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as entidades a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS *Practice Statement* 2 – Efetuando julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: (i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, (ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e (iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS *Practice Statement* 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:

“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas, das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relato anual ao qual a entidade aplica as alterações.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 – 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021. As alterações exigem que as entidades reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as entidades reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as entidades são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa

O IASB emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 – Contratos de Seguro, proporcionando às empresas de seguros uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma. A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.

A IFRS 17 e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas empresas de seguros, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.

A alteração ajudará as empresas de seguros a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.

A IFRS 17, incluindo esta alteração, é efetiva para os períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, SUBSIDIÁRIAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em subsidiárias							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	0,00	0,00
TRQ MOÇAMBIQUE CS	99 996			13,61	1 361 259,95	0,00	0,00
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	117 596			15,39	1 810 331,96	0,00	0,00
subtotal	220 044				10 489 491,01		2,00
Total	220 044				10 489 491,01		2,00
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
BANCO ESPIRITO SANTO-REG (BES PL)	243 000			0,72	175 670,10	0,00	0,24
BANIF SGPS	6 954 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
BPG SA	10 472			2,09	21 905,33	0,35	3 703,00
CENTRONOVOFUNCHAL, S.A.	42 233			10,72	452 741,10	10,72	452 741,14
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	0,00	0,00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA (EDP PL)	5 428			5,04	27 341,31	4,83	26 228,10
ENTIGERE	23 200			0,00	0,00	0,00	0,23
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	0,00	0,00
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
FINPRO SCR SA	2 284 652			0,00	0,00	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
IMOVALOR	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
NOS ACORES	13 936			24,65	343 497,32	2,26	31 439,00
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	12,12	209 862,99
Portugal Capital Ventures I. SOC S.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	0,00	0,03
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA SA	7 500			0,00	0,00	0,00	0,08
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SONAGI SA (SNG PL)	55 600			0,44	24 293,86	4,14	230 184,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	4,76	35 689,00
subtotal	6 957 465 711				2 555 136,57		989 848,81
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			0,01	37,02	4,50	15 733,27
ESPIRITO SANTO VENTURES III	201 403 854			0,01	1 874 109,29	0,02	3 667 564,18
EXPLORER II	80			10 101,43	812 442,22	4 822,29	387 849,17
FUNDO DE COMPENSAÇÃO SEGURADORAS UNIDAS	112 942			1,17	131 630,65	1,16	131 190,61
SC1 Classe A Fundo Capital Risco	1 000 000			0,58	582 633,31	0,58	584 000,00
subtotal	202 520 377				3 400 852,49		4 786 337,23
subtotal	7 159 986 088				5 955 989,06		5 776 186,04
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
INFRAESTRUTURAS 4.675 10/16/24	2 150 000,00		113,83%	100,0%	2 150 000,00	114,8%	2 468 201,52
PORTUGUESE OT'S 0.3 10/17/31	97 858 000,00		98,43%	98,8%	96 716 437,30	98,5%	96 383 915,80
PORTUGUESE OT'S 0.475 10/18/30	67 100 000,00		101,60%	98,9%	66 385 660,62	101,7%	68 241 321,62
PORTUGUESE OT'S 0.9 10/12/35	27 619 041,10		101,77%	101,7%	28 089 508,07	102,0%	28 162 520,67
PORTUGUESE OT'S 1.04/12/52	80 645,16		90,83%	99,4%	80 172,58	91,7%	73 969,34
PORTUGUESE OT'S 1.95 06/15/29	13 550 000,00		113,35%	102,7%	13 910 401,50	114,4%	15 502 326,91
PORTUGUESE OT'S 2.125 10/17/28	11 453 846,15		113,98%	101,8%	11 660 213,92	114,4%	13 105 526,48
PORTUGUESE OT'S 2.2 10/17/22	10 445 000,00		102,32%	101,7%	10 621 736,73	102,8%	10 734 148,81
PORTUGUESE OT'S 2.25 04/18/34	36 950 000,00		118,83%	112,8%	41 665 224,50	120,4%	44 493 028,27
PORTUGUESE OT'S 2.875 07/21/26	2 225 000,00		114,33%	99,1%	2 204 514,50	115,6%	2 572 350,00
PORTUGUESE OT'S 2.875 10/15/25	11 615 000,00		112,34%	103,1%	11 974 981,05	112,9%	13 119 097,30
PORTUGUESE OT'S 3.875 02/15/30	30 940 000,00		129,58%	120,5%	37 296 251,90	133,0%	41 139 805,65
PORTUGUESE OT'S 4.1 02/15/45	10 815 000,00		161,93%	123,1%	13 314 372,20	165,5%	17 899 854,09
PORTUGUESE OT'S 4.1 04/15/37	37 700 000,00		145,83%	100,6%	37 942 058,50	148,8%	56 078 959,81
PORTUGUESE OT'S 4.125 04/14/27	8 415 000,00		122,68%	117,2%	9 861 773,95	125,6%	10 572 061,94
PORTUGUESE OT'S 4.95 10/25/23	17 480 000,00		110,25%	106,3%	18 578 956,68	111,2%	19 430 258,14
PORTUGUESE OT'S 5.65 02/15/24	34 340 000,00		113,31%	114,7%	39 387 770,06	118,3%	40 607 885,58
subtotal	420 736 532,41				441 840 034,06		480 585 231,93

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.2.3 - De outros emissores							
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		10 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANCO COM ACORES 10/23/16		1 800 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANIF BANCO FUN 06/30/19		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BRISA CONCESSAO 1.875 04/30/25		1 600 000,00	104,94%	102,4%	1 638 917,44	106,2%	1 699 179,57
C.P.COBRÉ/90		8 000 000,00	0,00%	0,0%	39,90	0,0%	0,00
EDP FINANCE BV 1.625 01/26/26		1 200 000,00	105,84%	99,7%	1 196 472,00	107,4%	1 288 237,65
EDP FINANCE BV 2.625 01/18/22		1 900 000,00	100,12%	107,0%	2 033 843,07	102,6%	1 949 653,55
EDP SA 04/30/79		4 500 000,00	106,85%	109,5%	4 927 050,00	109,9%	4 944 247,25
EMPRESTIMO ES FINANCIAL PORTUGAL 1		15 000 000,00	0,00%	100,0%	15 000 000,00	0,0%	0,00
FNAC INVEST 22/05/1995		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
REN FINANCE BV 2.5 02/12/25		750 000,00	107,33%	106,2%	796 349,65	109,5%	821 506,46
RENTGLOBO SGPS 0% 17-200626		401 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTGLOBO SGPS 0% 200626		2 006 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTGLOBO SGPS 1,5% 17-200626		551 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	252,83
SUPPLEMENTARY PAYMENTS CENTRONOVOFUNCHAL		421 622,70	100,00%	100,0%	421 622,70	100,0%	421 622,70
TEXTIL LUIS CORREIA 0 15/12/1994		50 000,00	0,00%	0,0%	0,25	0,0%	0,00
TEXTIL LUIS CORREIA 17 15/12/1994		400 000,00	0,00%	0,0%	2,00	0,0%	0,00
		subtotal			26 014 297,01		11 124 700,01
		subtotal			464 331 655,11		491 709 931,94
		Total	7 159 986 088		473 810 320,13		497 486 117,98
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
ADIDAS AG (ADS GY)	121			278,79	33 733,68	253,20	30 637,20
ADYEN NV (ADYEN NA)	12			2 158,02	25 896,27	2 311,50	27 738,00
AIRBUS SE (AIR FP)	511			118,04	60 317,03	112,36	57 415,96
AKZO NOBEL N.V. (AKZA NA)	266			59,14	15 731,54	96,50	25 669,00
ALLIANZ SE-REG (ALV GY)	103			210,96	21 728,97	207,65	21 387,95
AMUNDI SA (AMUN FP)	387			71,17	27 541,00	72,55	28 076,85
ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV (ABI BB)	383			51,41	19 691,57	53,17	20 364,11
ARCELORMITTAL (MT NA)	1 089			19,18	20 890,81	28,15	30 649,91
ASM INTERNATIONAL NV (ASM NA)	66			417,41	27 549,10	388,70	25 654,20
ASML HOLDING NV (ASML NA)	143			479,56	68 577,20	706,70	101 058,10
ASTRAZENECA PLC (AZN LN)	544			91,92	50 001,90	103,36	56 227,16
AUDATEX PORTUGAL PERITAGENS (9444326Z PL)	225			284,11	63 925,27	301,47	67 830,75
AXA SA (CS FP)	1 831			23,12	42 327,01	26,19	47 944,74
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTA (BBVA SQ)	7 267			5,52	40 130,07	5,25	38 151,75
BANCO SANTANDER SA (SAN SQ)	13 131			3,43	45 039,08	2,94	38 611,71
BASF SE (BAS GY)	564			67,42	38 027,65	61,78	34 843,92
BNP PARIBAS (BNP FP)	830			50,56	41 963,15	60,77	50 439,10
BOUYGUES SA (EN FP)	730			36,15	26 389,21	31,49	22 987,70
CAPGEMINI SE (CAP FP)	773			157,35	42 956,68	215,50	58 831,50
CARREFOUR SA (CA FP)	2 462			15,83	38 980,11	16,11	39 650,51
CELLNEX TELECOM SA (CLNX SM)	319			41,75	13 317,48	51,18	16 326,42
COMPAGNIE DE SAINT GOBAIN (SGO FP)	1 041			46,34	48 244,11	61,87	64 406,67
DAIMLER AG-REGISTERED SHARES (DAI GY)	523			50,01	26 153,62	67,59	35 349,57
DAIMLER TRUCK HOLDING AG (DTG GY)	261			19,16	5 002,06	32,29	8 427,69
DAIMLER TRUCK HOL-TEILRECHTE (1947979D GR)	261			19,16	5 002,06	19,16	5 002,06
DEUTSCHE POST AG-REG (DPW GY)	1 070			34,47	36 881,78	56,54	60 497,80
DEUTSCHE TELEKOM AG-REG (DTE GY)	2 498			16,90	42 220,42	16,30	40 717,40
ENEL SPA (ENEL IM)	5 703			8,33	47 515,16	7,05	40 183,34
ENI SPA (ENI IM)	3 872			12,23	47 372,44	12,22	47 315,84
ESSILORLUXOTTICA (EL FP)	321			128,10	41 119,01	187,24	60 104,04
FAURECIA (EO FP)	350			39,78	13 921,67	41,83	14 640,50
FRESENIUS SE & CO KGAA (FRE GY)	718			37,91	27 216,67	35,40	25 417,20
GENERALI EUR.IN.HOLD.S.A-CL A EUR DIS	1 126 495			10,77	12 132 351,15	10,77	12 132 351,15
GENERALI EUROPEAN REAL ESTATE INVESTMENTS SA	26 912			18,66	502 154,60	99,59	2 680 276,00
GRUPO GENERALI ESPANA AIE	2			1 000,00	2 000,00	1 048,00	2 096,00
IBERDROLA SA (IBE SQ)	4 544			11,08	50 338,78	10,41	47 303,04
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL (ITX SQ)	1 083			28,17	30 511,87	28,53	30 897,99
INFINEON TECHNOLOGIES AG (IFX GY)	1 766			36,61	64 655,84	40,76	71 982,16
ING GROEP NV (INGA NA)	3 814			10,55	40 239,37	12,24	46 690,99
INTERCONTINENTAL HOTELS GROU (IHG LN)	108			60,12	6 492,83	56,94	6 149,93
INTESA SANPAOLO (ISP IM)	16 910			2,35	39 697,52	2,27	38 453,34

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
KERING (KER FP)	81			549,30	44 493,42	706,90	57 258,90
KORIAN (KORI FP)	708			31,10	22 020,64	27,84	19 710,72
LINDE PLC (LIN GY)	212			184,33	39 078,69	306,00	64 872,00
L'OREAL (OR FP)	111			383,98	42 621,28	416,95	46 281,45
LVMH MOET HENNESSY LOUIS VUI (MC FP)	143			508,86	72 766,52	727,00	103 961,00
MERCK KGAA (MRK GY)	208			207,65	43 190,96	227,00	47 216,00
NCG BANCO SA-B SHARES (0852019D SM)	185 838			0,50	92 919,00	0,00	0,02
NESTLE SA-REG (NESN SE)	367			120,16	44 098,01	122,99	45 138,72
NEXI SPA (NEXI IM)	776			17,36	13 473,96	13,99	10 856,24
NN GROUP NV (NN NA)	695			36,31	25 236,83	47,61	33 088,95
NOKIA OYJ (NOKIA FH)	4 930			3,71	18 308,05	5,57	27 479,82
PERNOD RICARD SA (RI FP)	176			163,83	28 833,30	211,50	37 224,00
POSTE ITALIANE SPA (PST IM)	2 547			10,18	25 920,91	11,54	29 392,38
PROSUS NV (PRX NA)	475			72,56	34 464,92	73,53	34 926,75
SANOFI (SAN FP)	728			82,17	59 819,25	88,58	64 486,24
SAP SE (SAP GY)	667			119,30	79 572,29	124,90	83 308,30
SCHNEIDER ELECTRIC SE (SU FP)	507			138,24	70 089,19	172,46	87 437,22
SIEMENS AG-REG (SIE GY)	452			125,94	56 925,76	152,68	69 011,36
STELLANTIS NV (STLA IM)	2 782			14,45	40 194,60	16,69	46 420,45
TOTALENERGIES SE (TTE FP)	2 093			43,57	91 201,26	44,63	93 410,59
UNIVERSAL MUSIC GROUP NV (UMG NA)	1 298			25,25	32 774,50	24,78	32 164,44
VEOLIA ENVIRONNEMENT (VIE FP)	1 295			23,86	30 898,17	32,26	41 776,70
VINCI SA (DG FP)	630			87,55	55 154,98	92,91	58 533,30
VIVENDI SE (VIV FP)	1 741			11,38	19 818,00	11,89	20 700,49
VONOVIA SE (VNA GY)	769			51,25	39 409,55	48,50	37 296,50
subtotal	1 439 738				15 097 089,78		17 490 711,79
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	1 002 032			100,90	101 105 841,07	69,73	69 869 973,42
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	32 547			1 009,63	32 860 504,96	1 104,33	35 942 486,31
EURAZEO PRIVATE DEBT VI SCSP SICAV-RAIF UNLEVERED	75 000			100,00	7 500 000,00	100,00	7 500 000,00
FIDELITY FDS-TARG 2040-A ACC (FI2040A LX)	9 700			20,72	200 961,19	48,01	465 697,00
FIDELITY FDS-TARGET 2025 E-AC (FI2025A LX)	98 000			13,63	1 336 064,26	18,84	1 846 320,00
FIDELITY FDS-TARGET 2030 E-AC (FI2030A LX)	19 000			10,47	198 903,21	20,87	396 530,00
FIDELITY FDS-TARGET 2050-AA (FIDAAEU LX)	240			14,43	3 463,83	20,21	4 850,40
FIDELITY FD-TARGET 2035 E-AC (FI2035A LX)	5 800			21,23	123 109,91	46,47	269 526,00
FIDELITY TARGET 2045 EUR-AA (FT45EAA LX)	160			14,70	2 352,73	20,22	3 235,20
GENERALI INV-INC PAR AS DB-A (GIPASBA LX)	215 626			91,09	19 641 777,65	87,80	18 932 363,41
GENERALI REAL ESTATE LOGISTICS FUND SCS SICAV-RAIF	1 661			12 037,98	20 000 000,00	12 037,98	20 000 000,00
GENERALI SMT-GE NEXT PRT-DXE (GSPNDXE LX)	2 702			97,72	264 023,13	97,83	264 316,58
GENERALI-LO ASIA IG-BEURHDIS (GACBEHD LX)	140 202			99,86	13 999 999,39	96,61	13 545 613,33
GEN-UMB ALG CRDT FD-AEURDIS (GUACAED LX)	300 000			100,00	30 000 000,00	97,25	29 175 900,00
GIP PRIVATE DEBT FUND-OF-FUNDS ITA	127			99 999,88	12 692 984,42	101 613,58	12 897 811,46
LO ASIA VALUE BOND-SHE X1 ID (LOAVEX1 LX)	274 199			91,17	24 999 999,94	91,98	25 220 701,72
MULTIFACTOR GL EQ FD-A A EUR (ASBGAAE LX)	1 000			17,56	17 560,52	23,92	23 916,70
subtotal	2 177 997				264 947 546,21		236 359 241,53
subtotal	3 617 735				280 044 635,99		253 849 953,32
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
AUSTRIA REP OF 07/28/25		1 000 000,00	105,38%	106,5%	1 064 600,00	105,8%	1 058 062,24
BELGIAN 0304 5 03/28/35		5 035 000,00	160,40%	160,6%	8 086 285,01	164,2%	8 267 861,19
BELGIAN 0308 4 03/28/22		2 300 000,00	101,13%	120,5%	2 772 000,38	104,2%	2 396 156,42
BELGIAN 0320 4.25 03/28/41		2 700 000,00	164,72%	120,0%	3 240 994,00	168,0%	4 534 821,38
BELGIAN 0324 4.5 03/28/26		70 000,00	121,38%	99,8%	69 825,70	124,8%	87 363,27
BELGIAN 0325 4.25 09/28/22		1 650 000,00	103,68%	114,8%	1 893 943,47	104,8%	1 728 687,87
BELGIAN 0326 4 03/28/32		900 000,00	139,57%	109,7%	987 390,00	142,6%	1 283 559,74
BELGIAN 0335 1 06/22/31		5 660 000,00	108,32%	100,2%	5 670 748,10	108,8%	6 160 464,69
BELGIAN 0337 1 06/22/26		11 810 500,00	106,28%	103,8%	12 259 429,17	106,8%	12 614 064,86
BELGIAN 0338 1.6 06/22/47		34 000 000,00	116,66%	96,8%	32 919 800,00	117,5%	39 951 335,12
BELGIAN 0348 1.7 06/22/50		17 000 000,00	119,39%	125,6%	21 358 120,00	120,3%	20 447 858,50
BGARIA-FLIRB-REG 1.375 09/23/50		1 118 000,00	95,65%	97,6%	1 090 787,88	96,0%	1 073 544,61
BTPS 0.35 02/01/25		20 000,00	100,77%	101,0%	20 199,87	100,9%	20 182,66
BTPS 2 12/01/25		1 650 000,00	106,80%	106,9%	1 764 094,68	107,0%	1 764 991,42
BTPS 3.75 09/01/24		3 775 000,00	109,90%	119,0%	4 490 966,72	111,1%	4 195 886,27
BTPS 4.5 03/01/24		1 800 000,00	109,87%	123,1%	2 215 103,31	111,4%	2 004 814,94

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BTPS 4.5 03/01/26		282 000,00	117,45%	127,3%	359 008,21	119,0%	335 445,65
BTPS 4.5 05/01/23		2 400 000,00	106,56%	121,4%	2 912 681,18	107,3%	2 575 446,54
BTPS 5 03/01/25		7 507 000,00	115,41%	128,9%	9 674 342,42	117,1%	8 789 347,08
BTPS 5.5 11/01/22		2 880 000,00	104,93%	125,0%	3 600 653,71	105,8%	3 048 148,32
BTPS 6.5 11/01/27		800 000,20	133,96%	117,5%	940 141,88	135,0%	1 080 316,91
CHILE 0.83 07/02/31		2 425 000,00	99,86%	101,4%	2 459 920,00	100,3%	2 431 523,17
CHILE 1.3 07/26/36		3 000 000,00	98,06%	98,4%	2 952 000,00	98,6%	2 958 673,04
CHILE 1.44 02/01/29		12 000 000,00	105,11%	105,3%	12 630 000,00	106,4%	12 770 507,57
CHILE 1.75 01/20/26		1 900 000,00	106,16%	98,3%	1 866 857,16	107,8%	2 048 484,01
CHINA (PEOPLE'S) 0.625 11/25/35		800 000,00	95,59%	99,4%	795 560,00	95,6%	765 176,30
CROATIA 1.125 03/04/33		4 000 000,00	99,17%	98,4%	3 935 000,00	100,1%	4 003 895,97
CROATIA 1.5 06/17/31		400 000,00	103,47%	103,8%	415 200,00	104,3%	417 114,47
DEUTSCHLAND REP 0 08/15/26		7 659 900,00	102,31%	97,5%	7 468 367,54	102,3%	7 836 927,03
DEUTSCHLAND REP 4 01/04/37		17 006 400,00	162,10%	159,5%	27 122 361,69	166,1%	28 240 157,86
DEUTSCHLAND REP 4.75 07/04/28		2 550 000,00	134,43%	153,5%	3 915 146,73	136,8%	3 487 643,21
DEUTSCHLAND REP 4.75 07/04/34		15 200 000,00	162,65%	164,1%	24 945 292,63	165,0%	25 078 431,79
DEUTSCHLAND REP 5.5 01/04/31		440 324,12	153,37%	167,9%	739 136,87	158,8%	699 271,99
FRANCE O.A.T. 0 05/25/22		50 000,00	100,28%	101,2%	50 587,00	100,3%	50 142,26
FRANCE O.A.T. 0.25 11/25/26		23 383 700,00	102,82%	95,8%	22 403 326,32	102,8%	24 049 802,37
FRANCE O.A.T. 0.5 05/25/25		1 500 000,00	103,28%	94,4%	1 416 210,00	103,6%	1 553 701,14
FRANCE O.A.T. 1 11/25/25		5 700 000,00	105,51%	99,9%	5 693 331,00	105,6%	6 019 883,09
FRANCE O.A.T. 1.25 05/25/36		33 578 800,00	110,86%	98,8%	33 161 409,86	111,6%	37 478 210,24
FRANCE O.A.T. 1.5 05/25/31		28 780 000,00	112,82%	106,2%	30 550 063,11	113,7%	32 729 819,46
FRANCE O.A.T. 1.75 06/25/39		75 000,00	120,76%	101,5%	76 094,25	121,7%	91 250,08
FRANCE O.A.T. 2 05/25/48		5 150 000,00	128,56%	105,7%	5 443 835,00	129,8%	6 683 007,64
FRANCE O.A.T. 3.25 05/25/45		700 000,00	154,30%	100,6%	704 347,00	156,3%	1 093 806,30
FRANCE O.A.T. 3.5 04/25/26		1 430 000,00	116,89%	125,4%	1 793 634,70	119,3%	1 705 755,52
FRANCE O.A.T. 4 04/25/55		6 000 000,00	188,14%	165,2%	9 914 032,28	190,9%	11 452 951,68
FRANCE O.A.T. 4 10/25/38		900 000,00	156,79%	113,8%	1 024 415,00	157,5%	1 417 760,87
FRANCE O.A.T. 4.25 10/25/23		20 000,00	108,93%	109,3%	21 863,80	109,7%	21 941,50
FRANCE O.A.T. 5.75 10/25/32		1 980 000,00	159,71%	178,3%	3 531 182,22	160,8%	3 183 157,24
FRANCE O.A.T./L 1.1 07/25/22		500 000,00	121,76%	98,0%	489 891,23	122,3%	611 619,30
HUNGARY 0.5 11/18/30		814 000,00	98,08%	98,6%	802 913,32	98,1%	798 832,73
HUNGARY 1.5 11/17/50		1 242 000,00	94,62%	96,4%	1 196 766,36	94,8%	1 177 387,54
HUNGARY 1.625 04/28/32		3 000 000,00	104,78%	107,4%	3 221 250,00	105,9%	3 176 396,24
HUNGARY 1.75 06/05/35		600 000,00	104,25%	97,3%	583 992,00	105,2%	631 491,33
HUNGARY 1.75 10/10/27		7 000 000,00	108,82%	105,6%	7 393 750,00	109,2%	7 645 009,73
INDONESIA (REP) 0.9 02/14/27		2 000 000,00	100,03%	99,1%	1 982 500,00	100,8%	2 016 470,66
INDONESIA (REP) 1 07/28/29		1 470 000,00	98,30%	99,5%	1 462 370,70	98,7%	1 451 257,75
INDONESIA (REP) 1.1 03/12/33		500 000,00	96,48%	97,9%	489 500,00	97,5%	487 701,76
INDONESIA (REP) 1.4 10/30/31		16 800 000,00	100,28%	94,0%	15 784 275,00	100,5%	16 887 118,27
INDONESIA (REP) 1.45 09/18/26		3 000 000,00	103,41%	99,7%	2 991 000,00	103,8%	3 114 681,83
INDONESIA (REP) 1.75 04/24/25		2 400 000,00	104,12%	104,6%	2 510 400,00	105,3%	2 527 690,49
INDONESIA (REP) 3.75 06/14/28		7 000 000,00	116,16%	111,2%	7 785 000,00	118,2%	8 275 226,36
IRISH GOVT 1 05/15/26		1 325 000,00	105,95%	102,4%	1 357 423,50	106,6%	1 412 175,50
IRISH GOVT 1.7 05/15/37		1 200 000,00	117,02%	95,1%	1 140 663,00	118,1%	1 417 053,38
IRISH GOVT 2.4 05/15/30		4 325 000,00	119,66%	116,3%	5 028 152,99	121,2%	5 240 588,09
IRISH GOVT 5.92 05/20/42		5 139 831,41	168,80%	157,6%	8 099 343,74	172,5%	8 863 811,97
KAZAKHSTAN 1.5 09/30/34		3 000 000,00	99,85%	92,3%	2 769 450,00	100,2%	3 006 896,92
KAZAKHSTAN 1.55 11/09/23		1 800 000,00	102,28%	103,1%	1 856 250,00	102,5%	1 844 952,72
LITHUANIA 1.625 06/19/49		838 000,00	119,95%	97,5%	817 158,94	120,8%	1 012 475,80
NETHERLANDS GOVT 0.5 07/15/26		3 564 700,00	104,34%	100,6%	3 587 863,39	104,6%	3 727 643,86
NETHERLANDS GOVT 2.5 01/15/33		6 617 900,00	127,47%	127,9%	8 464 822,89	129,9%	8 594 459,34
NETHERLANDS GOVT 3.75 01/15/23		4 000 000,00	104,65%	122,7%	4 906 811,65	108,2%	4 329 903,53
NETHERLANDS GOVT 4 01/15/37		4 826 000,00	158,16%	157,8%	7 617 343,88	162,0%	7 817 721,87
PHILIPPINES(REP) 1.2 04/28/33		7 767 000,00	99,35%	99,4%	7 720 959,56	100,2%	7 779 469,58
REP OF AUSTRIA 0.75 10/20/26		6 782 000,00	105,39%	102,5%	6 954 712,18	105,5%	7 157 258,65
REP OF AUSTRIA 1.5 02/20/47		16 000 000,00	121,64%	111,0%	17 767 680,00	122,9%	19 668 973,27
REP OF AUSTRIA 2.4 05/23/34		2 610 000,00	126,89%	124,2%	3 242 088,68	128,4%	3 350 023,69
REP OF AUSTRIA 4.15 03/15/37		2 700 000,00	157,52%	155,8%	4 207 735,49	160,8%	4 342 340,72
REP OF AUSTRIA 6.25 07/15/27		1 350 000,00	137,00%	161,6%	2 182 208,55	139,9%	1 888 553,46
REP OF CYPRUS 0.625 01/21/30		5 600 000,00	99,87%	100,2%	5 609 003,80	100,5%	5 625 844,41
REP OF CYPRUS 2.375 09/25/28		7 050 000,00	112,93%	105,2%	7 414 558,00	113,6%	8 006 119,75
REP OF CYPRUS 2.75 02/26/34		5 500 000,00	122,05%	106,1%	5 838 000,00	124,4%	6 840 408,19

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
REP OF LATVIA 1.375 05/16/36		1 027 000,00	111,21%	94,7%	972 846,29	112,1%	1 150 984,66
REP OF LATVIA 2.25 02/15/47		800 000,00	136,36%	104,1%	832 796,00	138,3%	1 106 593,35
REP OF POLAND 3 01/15/24		1 700 000,00	106,70%	100,1%	1 701 062,50	109,6%	1 862 766,15
REP OF POLAND 3.75 01/19/23		920 000,00	104,33%	99,8%	918 252,00	107,9%	992 547,48
REP OF POLAND 5.25 01/20/25		700 000,00	116,03%	120,8%	845 250,00	121,0%	846 956,67
REP OF SLOVENIA 1.25 03/22/27		800 000,00	107,57%	98,3%	786 722,00	108,5%	868 307,10
REP OF SLOVENIA 1.5 03/25/35		3 245 000,00	110,72%	93,4%	3 029 838,56	111,9%	3 630 248,86
REP OF SLOVENIA 1.75 11/03/40		5 800 000,00	115,81%	96,6%	5 605 500,78	116,1%	6 733 168,51
REP OF SLOVENIA 2.125 07/28/25		575 000,00	109,14%	113,6%	652 975,71	110,0%	632 749,97
REP OF SLOVENIA 2.25 03/30/32		5 950 000,00	118,85%	102,3%	6 086 291,60	120,7%	7 182 708,16
REP OF SLOVENIA 3.125 08/07/45		500 000,00	146,31%	129,3%	646 529,00	147,6%	737 824,08
REP OF SLOVENIA 4.625 09/09/24		2 000 000,00	114,19%	125,4%	2 508 136,51	115,6%	2 312 487,79
REP OF SLOVENIA 5.125 03/30/26		950 000,00	123,37%	137,8%	1 308 916,00	127,2%	1 208 861,06
REPUBLIC OF PERU 2.75 01/30/26		500 000,00	110,18%	109,5%	547 337,11	112,7%	563 500,79
REPUBLIC OF PERU 3.75 03/01/30		4 600 000,00	118,62%	119,4%	5 491 020,00	121,8%	5 600 706,20
ROMANIA 2 01/28/32		1 500 000,00	92,79%	86,1%	1 291 875,00	94,6%	1 419 585,05
ROMANIA 2.124 07/16/31		2 250 000,00	95,23%	88,0%	1 980 000,00	96,2%	2 164 600,78
ROMANIA 2.375 04/19/27		2 300 000,00	105,92%	100,5%	2 310 735,00	107,6%	2 474 402,24
ROMANIA 2.5 02/08/30		500 000,00	100,85%	97,0%	484 875,00	103,1%	515 408,66
ROMANIA 2.75 10/29/25		675 000,00	107,85%	105,0%	708 750,00	108,3%	731 201,95
ROMANIA 2.875 03/11/29		800 000,00	106,34%	111,0%	888 000,00	108,7%	869 302,50
ROMANIA 2.875 05/26/28		4 850 000,00	107,80%	103,9%	5 038 091,00	109,5%	5 311 748,91
ROMANIA 3.875 10/29/35		2 600 000,00	108,32%	101,5%	2 639 495,00	109,0%	2 833 646,43
ROMANIA 4.125 03/11/39		2 200 000,00	106,99%	100,4%	2 208 250,00	110,3%	2 427 162,62
SAUDI INT BOND 0.75 07/09/27		3 100 000,00	102,30%	102,0%	3 162 375,00	102,7%	3 182 304,30
SAUDI INT BOND 2 07/09/39		7 289 000,00	105,55%	93,8%	6 838 945,24	106,5%	7 763 104,85
SLOVAKIA GOVT 1 05/14/32		382 609,00	108,83%	99,4%	380 206,22	109,5%	418 802,90
SLOVAKIA GOVT 1.375 01/21/27		600 000,00	109,05%	102,3%	613 908,00	110,3%	662 055,11
SLOVAKIA GOVT 1.625 01/21/31		1 200 000,00	115,24%	102,3%	1 227 200,00	116,8%	1 401 279,65
SLOVAKIA GOVT 1.875 03/09/37		1 300 000,00	117,82%	122,3%	1 590 433,00	119,3%	1 551 434,69
SLOVAKIA GOVT 2 10/17/47		500 000,00	126,87%	99,4%	497 245,69	127,3%	636 405,67
SLOVAKIA GOVT 3.625 01/16/29		800 000,00	127,27%	125,0%	1 000 096,00	130,7%	1 045 907,71
SPANISH GOV'T 0.35 07/30/23		50 000,00	101,50%	101,9%	50 946,40	101,6%	50 821,63
SPANISH GOV'T 0.5 10/31/31		18 200 000,00	99,38%	99,7%	18 141 866,00	99,5%	18 102 520,74
SPANISH GOV'T 1.4 04/30/28		350 000,00	108,16%	99,8%	349 275,50	109,1%	381 835,26
SPANISH GOV'T 1.45 04/30/29		250 000,00	108,90%	103,3%	258 135,00	109,9%	274 683,88
SPANISH GOV'T 1.45 10/31/27		500 000,00	108,19%	98,4%	491 890,00	108,4%	542 142,25
SPANISH GOV'T 1.5 04/30/27		3 900 000,00	108,34%	98,2%	3 829 140,00	109,3%	4 264 456,08
SPANISH GOV'T 1.85 07/30/35		4 000 000,00	112,81%	113,8%	4 550 560,00	113,6%	4 543 571,32
SPANISH GOV'T 1.95 07/30/30		7 460 000,00	113,26%	103,9%	7 752 758,63	114,1%	8 510 837,91
SPANISH GOV'T 2.15 10/31/25		3 900 000,00	109,29%	106,1%	4 138 302,47	109,7%	4 276 489,86
SPANISH GOV'T 2.35 07/30/33		2 100 000,00	118,73%	104,3%	2 190 219,75	119,7%	2 514 114,04
SPANISH GOV'T 2.7 10/31/48		1 100 000,00	131,21%	125,5%	1 379 965,50	131,7%	1 448 244,76
SPANISH GOV'T 2.75 10/31/24		3 740 000,00	109,23%	111,1%	4 153 486,63	109,7%	4 102 334,43
SPANISH GOV'T 2.9 10/31/46		900 000,00	134,97%	125,9%	1 132 776,00	135,5%	1 219 085,04
SPANISH GOV'T 3.45 07/30/66		1 150 000,00	150,27%	142,4%	1 637 471,50	151,7%	1 744 882,01
SPANISH GOV'T 4.2 01/31/37		1 276 000,00	147,09%	123,4%	1 574 545,01	150,9%	1 925 858,86
SPANISH GOV'T 4.4 10/31/23		7 830 000,00	109,19%	122,9%	9 622 830,48	109,9%	8 606 943,53
SPANISH GOV'T 4.7 07/30/41		870 000,00	164,09%	145,6%	1 266 644,10	166,1%	1 444 828,49
SPANISH GOV'T 4.9 07/30/40		6 275 000,00	166,13%	148,9%	9 341 493,31	168,2%	10 554 268,39
SPANISH GOV'T 5.15 10/31/28		2 585 000,00	134,09%	138,2%	3 571 395,30	135,0%	3 488 533,94
SPANISH GOV'T 5.15 10/31/44		300 000,00	180,06%	154,2%	462 727,41	180,9%	542 763,86
SPANISH GOV'T 5.4 01/31/23		1 550 000,00	106,51%	126,5%	1 960 580,62	111,5%	1 727 548,40
SPANISH GOV'T 5.75 07/30/32		5 535 000,00	153,65%	149,6%	8 280 935,35	156,1%	8 639 006,77
SPANISH GOV'T 5.85 01/31/22		8 000 000,00	100,50%	124,6%	9 965 036,81	105,9%	8 468 387,50
SPANISH GOV'T 5.9 07/30/26		3 545 000,00	127,77%	137,5%	4 873 908,89	130,3%	4 617 605,07
SPANISH GOV'T 6 01/31/29		6 913 000,00	141,53%	142,9%	9 879 660,92	147,0%	10 163 825,67
UNITED MEXICAN 1.125 01/17/30		13 300 000,00	96,97%	85,1%	11 318 000,00	98,0%	13 040 293,80
UNITED MEXICAN 1.625 03/06/24		440 000,00	103,09%	99,6%	438 423,68	104,4%	459 466,41
UNITED MEXICAN 1.625 04/08/26		1 600 000,00	104,11%	99,0%	1 583 690,00	105,3%	1 684 857,80
UNITED MEXICAN 1.75 04/17/28		600 000,00	103,50%	92,4%	554 100,00	104,7%	628 407,18
UNITED MEXICAN 2.875 04/08/39		11 198 000,00	100,89%	90,8%	10 162 863,10	103,0%	11 532 849,12
UNITED MEXICAN 3.625 04/09/29		2 300 000,00	115,80%	113,6%	2 612 450,00	118,4%	2 724 064,01
subtotal		603 938 664,73			678 016 161,27		715 479 207,03

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
BASQUE GOVT 1.125 04/30/29		700 000,00	105,80%	99,8%	698 607,00	106,6%	745 859,44
BNG BANK NV 4.125 01/13/25		950 000,00	112,90%	99,4%	944 471,00	116,9%	1 110 372,84
CAISSE AMORT DET 4 12/15/25		300 000,00	116,83%	103,6%	310 683,00	117,0%	351 003,66
COMM FRANC BELG 2.1 06/30/67		20 000 000,00	119,18%	99,5%	19 901 800,00	120,2%	24 047 623,19
COMUNIDAD MADRID 0.419 04/30/30		1 600 000,00	99,95%	101,6%	1 625 600,00	100,2%	1 603 760,81
COMUNIDAD MADRID 3.25 05/03/46		2 500 000,00	138,05%	108,6%	2 714 125,00	140,2%	3 505 004,09
COMUNIDAD MADRID 4.125 05/21/24		3 000 000,00	110,63%	120,2%	3 605 855,38	113,2%	3 394 989,81
CORES 1.75 11/24/27		500 000,00	108,73%	100,1%	500 450,00	108,9%	544 561,35
EFSF 1.7 02/13/43		20 000 000,00	123,00%	111,0%	22 192 000,00	124,5%	24 899 799,30
EFSF 1.8 07/10/48		10 000 000,00	129,76%	103,8%	10 382 000,00	130,6%	13 061 850,72
EFSF 2 02/28/56		20 000 000,00	140,99%	107,3%	21 454 000,00	142,7%	28 533 135,67
ESM 1.85 12/01/55		15 000 000,00	138,81%	105,0%	15 747 000,00	139,0%	20 844 050,52
EUROPEAN INV T BK 5.625 02/15/28		595 200,00	134,09%	99,3%	591 117,52	139,0%	827 383,83
HOPITAUX DE PARI 1.75 11/27/41		7 500 000,00	113,23%	101,7%	7 628 425,00	113,4%	8 504 676,20
NORDRHEIN-WEST 1 10/16/46		10 000 000,00	109,03%	85,5%	8 545 000,00	109,2%	10 923 936,32
RESEAU FERRE FRA 3.3 12/18/42		800 000,00	143,50%	101,9%	815 048,00	143,6%	1 148 935,97
RESEAU FERRE FRA 4.375 06/02/22		1 350 000,00	101,99%	100,6%	1 358 061,50	104,5%	1 411 224,35
SAGESS 3.125 10/21/22		900 000,00	102,78%	99,7%	897 075,00	103,4%	930 453,41
SNCF SA 4.375 04/15/26		500 000,00	118,61%	98,9%	494 515,00	121,7%	608 634,62
VILLE DE MARSEIL 4 07/18/24		2 000 000,00	105,56%	100,0%	2 000 000,00	107,4%	2 147 487,85
VNESHECONOMBANK 4.032 02/21/23		750 000,00	102,72%	98,0%	734 791,87	106,2%	796 320,30
		subtotal			123 140 625,27		149 941 064,25
2.2.2.3 - De outros emissores							
CASH POOLING 000		6 000 000,00	100,00%	100,0%	6 000 000,00	100,0%	6 000 000,00
CASH POOLING 001		1 000 000,00	100,00%	100,0%	1 000 000,00	100,0%	1 000 000,00
CASH POOLING 800		5 600 000,00	100,00%	100,0%	5 600 000,00	100,0%	5 600 000,00
CASH POOLING 801		3 650 000,00	100,00%	100,0%	3 650 000,00	100,0%	3 650 000,00
CASH POOLING 802		100 000,00	100,00%	100,0%	100 000,00	100,0%	100 000,00
CASH POOLING 803		400 000,00	100,00%	100,0%	400 000,00	100,0%	400 000,00
CASH POOLING 804		200 000,00	100,00%	100,0%	200 000,00	100,0%	200 000,00
CASH POOLING 805		4 000 000,00	100,00%	100,0%	4 000 000,00	100,0%	4 000 000,00
CASH POOLING 807		150 000,00	100,00%	100,0%	150 000,00	100,0%	150 000,00
CASH POOLING 808		2 750 000,00	100,00%	100,0%	2 750 000,00	100,0%	2 750 000,00
CASH POOLING 809		200 000,00	100,00%	100,0%	200 000,00	100,0%	200 000,00
CASH POOLING 811		50 000,00	100,00%	100,0%	50 000,00	100,0%	50 000,00
CASH POOLING 910 INV_AUTON		100 000,00	100,00%	100,0%	100 000,00	100,0%	100 000,00
CASH POOLING 920 PPR_E		200 000,00	100,00%	100,0%	200 000,00	100,0%	200 000,00
CASH POOLING 930 CAPIT		400 000,00	100,00%	100,0%	400 000,00	100,0%	400 000,00
CASH POOLING 940 UNIVIDA		50 000,00	100,00%	100,0%	50 000,00	100,0%	50 000,00
CASH POOLING 950 RENDAS		100 000,00	100,00%	100,0%	100 000,00	100,0%	100 000,00
CASH POOLING 990 PAR_NO_RES		50 000,00	100,00%	100,0%	50 000,00	100,0%	50 000,00
3M CO 2.875 10/15/27		790 000,00	93,74%	99,9%	789 532,50	94,3%	744 782,73
AB INBEV SA/NV 2 01/23/35		500 000,00	109,83%	98,4%	492 160,00	111,7%	558 543,58
AB INBEV SA/NV 2.125 12/02/27		320 000,00	109,54%	106,5%	340 672,98	109,7%	351 064,35
AB INBEV SA/NV 2.75 03/17/36		800 000,00	118,28%	104,0%	832 220,84	120,5%	963 685,08
AB INBEV SA/NV 3.25 01/24/33		1 800 000,00	123,82%	98,9%	1 780 236,00	126,9%	2 283 488,22
AB INBEV SA/NV 3.7 04/02/40		6 000 000,00	133,01%	112,1%	6 723 000,00	135,8%	8 146 863,68
ABERTI 2.375 09/27/27		5 000 000,00	108,69%	95,4%	4 770 000,00	109,3%	5 465 645,03
ABN AMRO BANK NV 03/27/28		400 000,00	90,80%	93,9%	375 414,08	91,8%	367 193,84
ABN AMRO BANK NV 7.125 07/06/22		800 000,00	103,62%	125,4%	1 002 880,00	107,1%	856 758,54
ACCOR 2.5 01/25/24		6 000 000,00	104,21%	94,5%	5 670 000,00	106,5%	6 392 250,61
ACCOR 3.625 09/17/23		2 000 000,00	105,90%	99,0%	1 979 000,00	106,9%	2 138 927,56
AEGON NV 4 04/25/44		2 096 000,00	107,42%	102,1%	2 140 025,78	110,2%	2 309 024,31
AEROPORT PARIS 1.5 07/02/32		4 200 000,00	104,96%	105,2%	4 420 080,00	105,7%	4 439 787,88
AEROPORT PARIS 2.75 04/02/30		1 300 000,00	116,05%	115,7%	1 504 711,00	118,1%	1 535 421,98
AIB GROUP PLC 2.25 07/03/25		200 000,00	106,79%	100,2%	200 335,04	107,9%	215 820,38
AIR LIQUIDE FIN 1 03/08/27		100 000,00	104,54%	104,8%	104 790,88	105,4%	105 359,78
AIR LIQUIDE FIN 1.375 04/02/30		100 000,00	108,52%	107,3%	107 322,53	109,5%	109 545,92
AIR PROD & CHEM 1 02/12/25		330 000,00	103,00%	99,6%	328 651,80	103,9%	342 799,56
AKELIUS RESIDENT 0.75 02/22/30		8 000 000,00	94,61%	98,2%	7 859 890,00	95,3%	7 620 009,92
AKELIUS RESIDENT 10/05/78		500 000,00	104,30%	98,8%	493 896,15	105,2%	526 130,81
AKER BP ASA 1.125 05/12/29		4 000 000,00	99,35%	99,5%	3 979 120,00	100,1%	4 002 882,06
ALLIANZ FINANCE 1.375 04/21/31		500 000,00	108,69%	106,6%	533 000,10	109,6%	548 210,20

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
ALLIANZ SE 1.301 09/25/49		600 000,00	99,65%	95,3%	571 556,58	100,0%	599 998,10
ALLIANZ SE 4.75 PERP		600 000,00	107,77%	106,8%	640 960,00	108,7%	651 947,56
ALTAREA 1.875 01/17/28		3 800 000,00	100,77%	103,7%	3 938 966,00	102,6%	3 897 084,55
ALTRIA GROUP INC 1.7 06/15/25		1 500 000,00	103,91%	101,9%	1 528 680,00	104,8%	1 572 545,74
ALTRIA GROUP INC 2.2 06/15/27		450 000,00	106,39%	108,4%	487 620,00	107,6%	484 155,12
ALTRIA GROUP INC 3.125 06/15/31		900 000,00	111,09%	116,2%	1 045 404,00	112,8%	1 015 144,37
AMER INTL GROUP 1.875 06/21/27		2 000 000,00	106,20%	98,4%	1 967 477,00	107,2%	2 143 734,35
AMERICA MOVIL SA 09/06/73		400 000,00	109,81%	115,7%	462 682,69	111,8%	447 364,01
AMERICA MOVIL SA 2.125 03/10/28		1 500 000,00	109,24%	98,2%	1 473 367,50	111,0%	1 664 471,99
AMGEN INC 4.563 06/15/48		500 000,00	108,89%	114,4%	572 239,75	109,1%	545 343,60
APPLE INC 2.75 01/13/25		610 000,00	91,94%	99,1%	604 527,89	93,1%	567 692,45
APPLE INC 3.2 05/11/27		170 000,00	94,87%	102,3%	173 959,83	95,3%	161 942,51
APPLE INC 3.35 02/09/27		465 000,00	95,57%	102,7%	477 376,18	96,7%	449 787,85
APT PIPELINES 1.25 03/15/33		8 500 000,00	96,94%	100,1%	8 505 170,00	97,9%	8 324 327,91
APT PIPELINES 2 07/15/30		7 260 000,00	105,84%	107,9%	7 836 714,00	106,8%	7 750 915,41
APTIV PLC 1.5 03/10/25		16 150 000,00	103,62%	94,1%	15 201 840,54	104,8%	16 931 264,39
ARCELORMITTAL 1 05/19/23		716 000,00	101,13%	99,9%	715 176,60	101,7%	728 518,56
ARCELORMITTAL 3.125 01/14/22		1 400 000,00	100,10%	99,2%	1 389 010,69	103,1%	1 443 406,35
AROUNDTOWN SA PERP		300 000,00	103,28%	93,4%	280 064,40	103,4%	310 056,18
AROUNDTOWN SA PERP		100 000,00	123,59%	106,8%	106 754,14	126,5%	126 519,63
ASSURANCE CREDIT 4.625 06/04/24		500 000,00	105,22%	100,0%	500 000,00	107,9%	539 380,65
AT&T INC 1.05 09/05/23		600 000,00	101,92%	100,3%	601 540,80	102,3%	613 544,85
AT&T INC 1.3 09/05/23		600 000,00	102,04%	101,4%	608 351,81	102,5%	614 744,93
AURIZON NETWORK 3.125 06/01/26		5 100 000,00	110,88%	109,6%	5 590 314,68	112,7%	5 748 005,96
AUSNET SERVICES 03/11/81		3 000 000,00	100,08%	102,1%	3 062 700,00	100,6%	3 017 368,41
AUSTRALIA PACI 1.75 10/15/24		500 000,00	103,67%	99,3%	496 420,45	104,0%	520 179,23
AUTOROUTES DU SU 2.875 01/18/23		600 000,00	103,32%	99,3%	595 740,00	106,1%	636 348,30
AUTOROUTES DU SU 5.625 07/04/22		1 000 000,00	103,05%	105,2%	1 051 734,00	105,8%	1 058 245,60
AUTOSTRAD PER L 4.375 09/16/25		500 000,00	112,68%	109,3%	546 250,00	113,9%	569 748,10
AVIVA PLC 0.625 10/27/23		1 536 000,00	101,51%	99,5%	1 527 585,18	101,6%	1 560 945,40
AVIVA PLC 07/03/44		800 000,00	108,15%	100,7%	805 992,00	110,1%	880 542,02
AVIVA PLC 3.375 12/04/45		660 000,00	109,48%	99,1%	653 743,20	109,7%	724 187,46
AXA SA 5.125 07/04/43		1 400 000,00	107,46%	110,9%	1 552 605,11	110,0%	1 539 782,89
BANCO BILBAO VIZ 02/22/29		13 800 000,00	103,90%	102,3%	14 120 850,00	106,1%	14 641 368,60
BANCO BILBAO VIZ 3.5 02/10/27		4 300 000,00	112,50%	113,1%	4 861 580,00	115,6%	4 970 928,80
BANCO SABADELL 0.625 11/07/25		5 000 000,00	100,38%	90,5%	4 526 830,00	100,5%	5 023 629,20
BANCO SABADELL 0.875 03/05/23		1 500 000,00	101,01%	97,5%	1 462 245,00	101,7%	1 526 008,90
BANCO SABADELL 0.875 07/22/25		11 800 000,00	101,02%	94,4%	11 139 163,00	101,4%	11 966 602,57
BANCO SANTANDER 1.375 01/05/26		300 000,00	103,85%	99,6%	298 839,00	105,2%	315 607,89
BANCO SANTANDER 2.125 02/08/28		18 500 000,00	105,65%	100,4%	18 571 535,00	107,6%	19 897 132,43
BANIF FIN LTD 3 12/31/19		200 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANK OF AMER CRP 1.379 02/07/25		400 000,00	102,81%	101,4%	405 771,04	104,0%	416 198,07
BANK OF AMER CRP 3.648 03/31/29		270 000,00	117,88%	116,4%	314 383,27	120,6%	325 694,34
BANQ FED CRD MUT 1.25 12/05/25		500 000,00	117,88%	109,3%	546 571,64	118,0%	589 918,37
BANQ FED CRD MUT 1.875 06/18/29		200 000,00	105,57%	99,7%	199 368,00	106,6%	213 152,46
BANQ FED CRD MUT 2.625 03/18/24		900 000,00	105,93%	99,0%	890 820,00	108,0%	972 018,84
BANQ FED CRD MUT 3 05/21/24		1 000 000,00	106,65%	99,7%	996 896,72	108,5%	1 084 934,92
BANQ FED CRD MUT 3 11/28/23		400 000,00	106,08%	100,8%	403 100,00	106,3%	425 389,18
BARCLAYS BK PLC 6.625 03/30/22		600 000,00	101,55%	118,2%	708 928,54	106,6%	639 331,84
BARCLAYS PLC 02/07/28		13 100 000,00	101,80%	97,4%	12 753 260,00	103,6%	13 570 627,56
BARCLAYS PLC 03/22/31		5 400 000,00	99,86%	100,1%	5 404 566,00	100,7%	5 439 648,06
BARCLAYS PLC 3.125 01/17/24		500 000,00	122,81%	113,8%	568 999,33	126,4%	631 810,40
BARCLAYS PLC 3.375 04/02/25		4 900 000,00	107,24%	108,7%	5 324 251,54	109,8%	5 378 642,81
BAT INTL FINANCE 2.25 01/16/30		20 900 000,00	104,15%	100,7%	21 049 700,00	106,3%	22 217 642,37
BAT NETHERLANDS 3.125 04/07/28		370 000,00	111,17%	106,4%	393 703,13	113,5%	419 821,56
BECTON DICKINSON 1.213 02/12/36		1 253 000,00	97,66%	102,3%	1 281 260,00	98,7%	1 237 097,29
BERKSHIRE HATHWAY 1.125 03/16/27		880 000,00	104,58%	99,0%	871 203,33	105,5%	928 188,70
BERTELSMANN SE 04/23/75		600 000,00	102,39%	100,0%	600 000,00	104,5%	626 740,18
BERTELSMANN SE 2 04/01/28		200 000,00	109,38%	104,7%	209 456,68	110,9%	221 757,00
BHP BILLITON FIN 3.125 04/29/33		1 000 000,00	121,05%	98,5%	985 430,00	123,2%	1 231 566,45
BL TOKYO-MIT UFJ 0.875 03/11/22		650 000,00	100,25%	99,7%	648 152,61	101,0%	656 232,34
BLACKROCK INC 1.25 05/06/25		980 000,00	104,13%	99,6%	976 034,51	105,0%	1 028 543,53
BMW FINANCE NV 0.375 09/24/27		360 000,00	101,15%	94,5%	340 089,49	101,2%	364 484,57
BMW INTL INV BV 1.875 09/11/23		270 000,00	120,63%	110,4%	298 146,68	121,3%	327 544,92

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BNP PARIBAS 0.5 06/04/26		200 000,00	100,87%	97,1%	194 108,34	101,2%	202 323,46
BNP PARIBAS 1.875 12/14/27		500 000,00	119,26%	107,6%	537 873,51	119,4%	596 798,30
BNP PARIBAS 2.125 01/23/27		200 000,00	106,64%	105,1%	210 199,70	108,6%	217 260,90
BNP PARIBAS 3.375 01/09/25		436 000,00	92,46%	95,6%	416 893,48	93,9%	409 257,39
BNP PARIBAS 4.032 PERP		1 500 000,00	111,82%	100,1%	1 501 875,00	112,2%	1 683 212,38
BORGWARNER INC 1 05/19/31		6 100 000,00	98,37%	99,7%	6 082 520,00	99,0%	6 038 380,86
BP CAPITAL PLC 1.104 11/15/34		500 000,00	98,10%	86,7%	433 675,00	98,2%	491 212,98
BP CAPITAL PLC 1.231 05/08/31		2 330 000,00	103,36%	106,7%	2 486 599,30	104,2%	2 426 879,00
BP CAPITAL PLC 1.637 06/26/29		600 000,00	106,41%	100,1%	600 504,00	107,2%	643 492,36
BPCE 0.625 01/15/30		600 000,00	99,91%	98,3%	589 778,34	100,5%	603 051,83
BPCE 0.875 01/31/24		400 000,00	101,87%	99,4%	397 633,91	102,7%	410 699,30
BRISTOL-MYERS 3.875 08/15/25		800 000,00	95,20%	103,1%	824 737,22	96,5%	771 901,06
BRIT SKY BROADCA 2.5 09/15/26		220 000,00	110,60%	110,6%	243 213,85	111,3%	244 936,39
CAIXABANK 1.375 06/19/26		1 000 000,00	103,39%	102,4%	1 023 530,00	104,1%	1 041 247,52
CARMILA SA 1.625 05/30/27		8 500 000,00	102,59%	101,1%	8 592 135,00	103,6%	8 801 864,31
CARMILA SA 2.125 03/07/28		700 000,00	105,20%	101,4%	709 709,00	106,9%	748 593,52
CARREFOUR SA 1.25 06/03/25		500 000,00	103,15%	99,6%	498 073,48	103,9%	519 369,43
CARREFOUR SA 1.75 07/15/22		500 000,00	100,60%	99,6%	497 904,09	101,4%	507 053,21
CARREFOUR SA 2.625 12/15/27		200 000,00	111,79%	110,1%	220 264,44	111,9%	223 808,40
CEZ AS 4.875 04/16/25		300 000,00	115,56%	99,7%	299 154,00	119,0%	357 046,31
CHUBB INA HLDGS 0.3 12/15/24		270 000,00	100,61%	96,9%	261 739,15	100,6%	271 673,52
CHUBB INA HLDGS 1.4 06/15/31		1 000 000,00	105,02%	102,0%	1 020 010,00	105,8%	1 057 847,58
CHUBB INA HLDGS 1.55 03/15/28		1 000 000,00	105,87%	100,0%	999 896,40	107,1%	1 071 086,26
CHUBB INA HLDGS 2.5 03/15/38		1 500 000,00	116,80%	103,1%	1 546 254,02	118,8%	1 781 906,92
CIE DE ST GOBAIN 2.375 10/04/27		200 000,00	111,25%	105,6%	211 228,26	111,8%	223 639,92
CIE FINANC RICHE 1 03/26/26		700 000,00	103,15%	103,0%	720 930,94	103,9%	727 392,90
CITIGROUP INC 1.5 07/24/26		200 000,00	104,30%	101,0%	201 926,34	105,0%	209 906,52
CITIGROUP INC 3.668 07/24/28		490 000,00	94,84%	98,3%	481 865,09	96,3%	471 627,35
CITIGROUP INC 4.25 02/25/30		3 500 000,00	111,91%	113,7%	3 979 080,80	115,5%	4 042 626,78
CK HUTCHISON 1.125 10/17/28		670 000,00	101,45%	97,0%	649 657,70	101,7%	681 291,54
CK HUTCHISON 1.5 10/17/31		2 200 000,00	101,51%	99,1%	2 179 523,00	101,8%	2 239 913,41
CLOVERIE PLC 6.625 09/01/42		4 392 000,00	104,31%	121,8%	5 348 051,83	106,5%	4 677 623,34
CNH IND FIN 1.625 07/03/29		6 580 000,00	104,82%	103,7%	6 823 664,00	105,6%	6 950 483,26
COCA-COLA CO/THE 1 03/09/41		200 000,00	96,66%	99,3%	198 526,00	97,5%	194 951,96
COCA-COLA CO/THE 1.125 03/09/27		880 000,00	104,57%	99,2%	873 328,92	105,5%	928 284,01
COFACE SA 4.125 03/27/24		1 300 000,00	108,68%	101,1%	1 314 176,00	111,8%	1 453 782,22
COMCAST CORP 0.25 05/20/27		550 000,00	99,26%	96,3%	529 772,49	99,4%	546 770,01
COMCAST CORP 4.25 10/15/30		455 000,00	101,49%	109,4%	497 905,65	102,3%	465 380,06
COMMERZBANK AG 12/29/31		1 700 000,00	98,02%	99,5%	1 691 500,00	98,0%	1 666 523,17
COMMERZBANK AG 4 03/23/26		2 900 000,00	110,50%	110,7%	3 209 720,00	113,6%	3 294 472,56
CONTI-GUMMI FIN 2.125 11/27/23		537 000,00	103,88%	99,6%	534 631,83	104,1%	558 913,79
CONTINENTAL AG 2.5 08/27/26		6 820 000,00	109,57%	102,8%	7 011 631,62	110,4%	7 531 436,52
CRD MUTUEL ARKEA 3.375 03/11/31		2 500 000,00	117,72%	118,6%	2 965 180,00	120,4%	3 011 234,35
CRDT AGR ASSR 01/29/48		1 700 000,00	106,67%	98,6%	1 676 776,57	109,1%	1 854 499,10
CRDT AGR ASSR 2 07/17/30		6 400 000,00	103,27%	104,8%	6 707 391,00	104,2%	6 667 919,40
CRED AGRICOLE SA 0.875 01/14/32		400 000,00	100,26%	94,2%	376 648,75	101,1%	404 392,07
CRED AGRICOLE SA 2 03/25/29		500 000,00	106,28%	107,0%	535 160,00	107,8%	539 122,70
CRED MUTUEL HOME 4.125 01/16/23		1 200 000,00	104,82%	99,2%	1 190 200,00	108,8%	1 305 118,78
CREDIT SUISSE 3.25 04/02/26		200 000,00	108,77%	107,7%	215 412,54	111,2%	222 392,78
CREDIT SUISSE 4.282 01/09/28		700 000,00	95,65%	98,6%	690 320,13	97,4%	682 046,96
CRITERIA CAIXA 0.875 10/28/27		4 200 000,00	100,68%	99,8%	4 191 401,00	100,8%	4 235 062,50
CRITERIA CAIXA 1.375 04/10/24		2 200 000,00	102,83%	100,4%	2 209 261,00	103,8%	2 284 228,01
DAIMLER AG 1.5 03/09/26		1 069 000,00	105,99%	99,5%	1 063 306,80	107,2%	1 146 029,29
DAIMLER AG 1.875 07/08/24		440 000,00	105,05%	105,7%	465 105,36	106,0%	466 215,39
DANAHER CORP 2.1 09/30/26		230 000,00	108,28%	106,5%	245 041,76	108,8%	250 267,46
DANSKE BANK A/S 05/15/31		3 500 000,00	99,46%	99,9%	3 496 150,00	100,1%	3 503 276,02
DEUTSCH BAHN FIN PERP		2 500 000,00	99,89%	101,6%	2 541 000,00	100,2%	2 505 476,58
DEUTSCHE TELEKOM 1.375 07/05/34		700 000,00	105,81%	100,0%	699 762,03	106,5%	745 414,76
DEUTSCHE WOHNEN 1 04/30/25		100 000,00	101,99%	99,8%	99 808,40	102,7%	102 657,83
DH EUROPE 0.75 09/18/31		600 000,00	99,54%	94,3%	566 023,02	99,8%	598 512,23
DIAGEO FIN PLC 1.875 03/27/27		430 000,00	108,22%	106,8%	459 437,22	109,7%	471 505,93
DIGITAL DUTCH 1.5 03/15/30		900 000,00	103,73%	100,4%	903 818,56	104,9%	944 365,05
DIGITAL EURO FIN 2.625 04/15/24		1 000 000,00	105,34%	107,7%	1 077 200,00	107,2%	1 072 112,03
DOW CHEMICAL CO 1.125 03/15/32		3 700 000,00	99,99%	100,2%	3 707 141,00	100,9%	3 732 946,34

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
DOW CHEMICAL CO 1.875 03/15/40		2 090 000,00	104,90%	100,0%	2 090 824,59	106,4%	2 223 685,52
DP WORLD PLC 2.375 09/25/26		2 700 000,00	106,00%	106,7%	2 882 210,00	106,6%	2 878 972,45
E.ON SE 1 10/07/25		160 000,00	103,19%	102,2%	163 532,61	103,4%	165 471,43
EDENRED 1.375 03/10/25		900 000,00	103,67%	99,2%	892 866,24	104,8%	943 060,76
ELEC DE FRANCE 2 12/09/49		400 000,00	106,24%	94,7%	378 985,87	106,4%	425 445,59
ELEC DE FRANCE 4.625 04/26/30		2 000 000,00	131,82%	98,6%	1 972 459,00	135,0%	2 699 534,66
ELEC DE FRANCE 5.625 02/21/33		700 000,00	148,38%	132,3%	926 100,00	153,2%	1 072 401,17
ELEC DE FRANCE PERP		1 100 000,00	100,15%	95,0%	1 045 369,98	104,0%	1 144 295,14
ELEC DE FRANCE PERP		2 000 000,00	110,61%	94,4%	1 888 094,51	115,3%	2 306 113,52
ELEC DE FRANCE PERP		400 000,00	106,00%	98,9%	395 534,43	107,0%	427 857,53
ELIA TRANS BE 3.25 04/04/28		600 000,00	118,03%	102,5%	615 210,00	120,4%	722 677,92
ELO SACA 2.25 04/06/23		500 000,00	102,87%	101,9%	509 465,00	104,5%	522 648,39
ELO SACA 2.625 01/30/24		2 200 000,00	104,47%	99,9%	2 198 232,00	106,9%	2 351 277,56
EMIRATES TELECOM 0.875 05/17/33		500 000,00	99,47%	99,1%	495 345,00	100,0%	500 100,76
ENAGAS FIN SA 1 03/25/23		500 000,00	101,53%	99,8%	498 993,08	102,3%	511 509,53
ENAGAS FIN SA 1.25 02/06/25		700 000,00	103,63%	99,3%	695 217,95	104,8%	733 302,24
ENBW 0.625 04/17/25		400 000,00	101,59%	100,8%	403 214,76	102,0%	408 116,54
ENBW 6.125 07/07/39		560 000,00	179,29%	145,4%	814 328,82	182,3%	1 020 634,97
ENEL (ENTNZENEL) 5.25 05/20/24		3 000 000,00	112,73%	133,0%	3 989 448,22	116,0%	3 479 133,13
ENEL FIN INTL NV 0 06/17/24		390 000,00	99,94%	97,1%	378 548,82	99,9%	389 762,51
ENEL FIN INTL NV 4.45 04/23/25		1 500 000,00	112,46%	100,0%	1 500 000,00	115,5%	1 733 001,99
ENEL FIN INTL NV 4.875 04/17/23		1 000 000,00	106,74%	125,8%	1 258 337,40	110,2%	1 101 903,74
ENEL SPA 5.625 06/21/27		500 000,00	127,39%	114,7%	573 310,00	130,4%	651 828,65
ENERGIE OBEROEST 4.5 03/04/25		1 695 000,00	113,34%	124,9%	2 117 359,78	117,1%	1 984 141,19
ENGIE 1.375 03/27/25		200 000,00	103,98%	103,9%	207 746,38	105,0%	210 062,28
ENGIE 1.75 03/27/28		200 000,00	107,82%	107,0%	213 918,04	109,2%	218 306,74
ENGIE 2.125 03/30/32		100 000,00	112,87%	112,3%	112 289,54	114,5%	114 474,20
ENGIE PERP		2 500 000,00	99,59%	100,9%	2 523 250,00	99,7%	2 493 028,98
ENI SPA 3.25 07/10/23		572 000,00	105,14%	98,8%	565 204,64	106,7%	610 280,84
EQUINIX INC 1 03/15/33		375 000,00	96,06%	98,8%	370 383,75	96,9%	363 262,43
ERSTE GROUP 7.125 10/10/22		4 000 000,00	105,42%	115,2%	4 606 381,61	107,0%	4 280 850,12
ESB FINANCE DAC 2.125 11/05/33		500 000,00	113,45%	110,4%	551 983,03	113,8%	568 886,31
ESSILORLUXOTTICA 0 05/27/23		100 000,00	100,36%	98,9%	98 903,95	100,4%	100 356,98
EUROFINS SCIEN 0.875 05/19/31		300 000,00	98,23%	98,7%	296 094,00	98,8%	296 304,08
EUTELSAT SA 2.25 07/13/27		900 000,00	104,14%	106,6%	959 256,00	105,2%	946 758,04
EVONIK 1 01/23/23		500 000,00	101,05%	99,5%	497 730,90	102,0%	509 945,06
FAURECIA 2.375 06/15/27		600 000,00	100,25%	101,0%	606 240,00	100,3%	602 093,75
FCA BANK IE 0.25 02/28/23		290 000,00	100,41%	93,7%	271 644,45	100,6%	291 799,68
FCA BANK IE 0.5 09/13/24		7 000 000,00	100,87%	94,9%	6 639 500,00	101,0%	7 071 328,67
FCE BANK PLC 1.134 02/10/22		500 000,00	100,08%	100,0%	500 065,76	101,1%	505 434,99
FERROVIAL EMISIO 2.5 07/15/24		1 000 000,00	106,17%	107,2%	1 071 822,13	107,3%	1 073 285,56
FIAT CHRYSLER 4.75 07/15/22		225 000,00	102,64%	108,0%	242 971,15	104,8%	235 887,75
FIDELITY NATL IN 2 05/21/30		525 000,00	108,56%	99,8%	523 971,00	109,8%	576 384,48
FINMECCANICA SPA 5.25 01/21/22		2 580 000,00	100,24%	116,0%	2 991 894,50	105,2%	2 713 885,55
FONCIERE MURS 2.218 05/29/23		1 500 000,00	102,28%	100,0%	1 500 000,00	103,6%	1 553 954,90
FRANCE TELECOM 3.375 09/16/22		100 000,00	102,68%	92,3%	92 293,00	103,7%	103 661,00
FRESENIUS SE & C 4 02/01/24		1 200 000,00	108,27%	117,0%	1 404 578,21	109,9%	1 319 150,59
GAS NAT FENOSA F 2.875 03/11/24		600 000,00	106,40%	99,9%	599 229,38	108,7%	652 332,49
GAS NAT FENOSA F PERP		2 400 000,00	103,38%	101,8%	2 443 362,70	103,9%	2 492 767,60
GDF SUEZ 1 03/13/26		1 700 000,00	103,36%	99,4%	1 690 055,58	104,2%	1 770 705,72
GDF SUEZ PERP		500 000,00	107,77%	99,0%	494 930,00	110,0%	550 109,20
GE CAP EUR FUND 3.65 08/23/32		1 000 000,00	127,60%	106,6%	1 065 720,00	128,9%	1 288 988,37
GE CAPITAL UK 5.875 01/18/33		230 000,00	160,34%	131,3%	302 086,16	167,0%	384 072,63
GECINA 2.875 05/30/23		100 000,00	104,10%	96,4%	96 352,00	105,8%	105 794,14
GEIH - GENERALI EUROPE INCOME HOLDING SA		4 044 117,65	100,00%	100,0%	4 044 117,65	100,0%	4 044 117,65
GEN ELEC CAP CRP 4.125 09/19/35		1 100 000,00	135,99%	128,3%	1 411 358,56	137,2%	1 508 693,60
GEN MOTORS FIN 2.2 04/01/24		1 000 000,00	104,66%	100,0%	999 650,00	106,3%	1 063 071,76
GIVAUDAN FIN EUR 1 04/22/27		100 000,00	104,04%	102,1%	102 144,49	104,7%	104 737,03
GIVAUDAN FIN EUR 1.625 04/22/32		100 000,00	108,34%	104,5%	104 545,93	109,5%	109 466,49
GOLDMAN SACHS GP 0.125 08/19/24		280 000,00	100,17%	95,7%	267 915,41	100,2%	280 591,54
GOLDMAN SACHS GP 04/21/23		510 000,00	100,11%	97,3%	496 381,98	100,1%	510 558,23
GOLDMAN SACHS GP 1.375 07/26/22		1 050 000,00	101,03%	99,5%	1 044 783,33	101,6%	1 067 026,56
GOLDMAN SACHS GP 2 11/01/28		680 000,00	108,60%	104,0%	707 229,24	108,9%	740 708,26
GOLDMAN SACHS GP 2.875 06/03/26		100 000,00	111,28%	99,0%	98 964,00	112,9%	112 939,13

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
GOLDMAN SACHS GP 3.25 02/01/23		1 585 000,00	103,76%	112,7%	1 786 436,82	106,7%	1 691 597,12
GOLDMAN SACHS GP 3.375 03/27/25		190 000,00	110,20%	109,6%	208 323,65	112,8%	214 276,88
GROUPAMA SA 6 01/23/27		3 100 000,00	122,85%	103,0%	3 191 937,91	128,5%	3 982 755,06
HANNOVER FINANCE 5 06/30/43		700 000,00	107,15%	111,4%	779 710,47	109,7%	767 703,96
HANNOVER RUECKV 1.125 04/18/28		700 000,00	105,69%	104,2%	729 447,50	106,5%	745 357,89
HANNOVER RUECKV 1.375 06/30/42		1 800 000,00	98,21%	99,4%	1 789 803,00	98,9%	1 780 240,84
HBOS PLC 4.5 03/18/30		3 005 000,00	112,15%	108,4%	3 258 621,34	115,7%	3 476 769,84
HEINEKEN NV 1.75 05/07/40		500 000,00	105,21%	104,3%	521 450,00	106,4%	531 752,72
HEINEKEN NV 2.25 03/30/30		100 000,00	112,98%	110,3%	110 299,67	114,7%	114 682,75
HEINEKEN NV 3.5 03/19/24		400 000,00	108,01%	111,0%	444 128,45	110,8%	443 065,88
HENKEL AG & CO 1 09/30/22		600 000,00	119,29%	111,8%	671 030,99	119,6%	717 530,74
HSBC HLDGS PLC 6.75 09/11/28		600 000,00	150,06%	142,9%	857 224,10	152,5%	915 048,23
HSBC HOLDINGS 3 06/30/25		500 000,00	108,89%	99,1%	495 743,51	110,4%	552 010,46
HSBC HOLDINGS 4.95 03/31/30		200 000,00	103,11%	108,5%	217 034,99	104,2%	208 401,91
HSBC HOLDINGS PERP		1 000 000,00	103,25%	95,8%	957 736,36	104,8%	1 047 860,92
IBERDROLA INTL 2.5 10/24/22		600 000,00	102,37%	99,8%	598 895,90	102,8%	617 030,20
IBERDROLA INTL PERP		4 500 000,00	101,94%	102,8%	4 626 000,00	103,5%	4 655 746,98
IBM CORP 1.125 09/06/24		1 059 000,00	103,10%	99,4%	1 052 635,41	103,5%	1 095 616,44
IBM CORP 1.2 02/11/40		500 000,00	100,85%	99,6%	497 982,64	101,9%	509 538,30
IBM CORP 1.25 05/26/23		880 000,00	102,00%	99,9%	878 790,21	102,8%	904 208,94
ICADE SANTE SAS 0.875 11/04/29		12 000 000,00	99,40%	92,5%	11 095 200,00	99,5%	11 944 581,34
IMPERIAL BRANDS 1.125 08/14/23		500 000,00	101,43%	100,0%	499 780,00	101,9%	509 272,70
IMPERIAL BRANDS 2.125 02/12/27		600 000,00	104,94%	104,8%	628 680,00	106,8%	640 858,82
INFINEON TECH 2 06/24/32		9 000 000,00	109,09%	101,2%	9 104 000,00	110,1%	9 912 048,92
INTESA SANPAOLO 1 11/19/26		640 000,00	101,72%	93,8%	600 074,27	101,8%	651 720,69
INTESA SANPAOLO 1.125 03/04/22		500 000,00	100,27%	99,8%	498 890,39	101,2%	506 016,22
INTESA SANPAOLO 3.125 02/05/24		340 000,00	107,22%	99,9%	339 826,60	110,0%	374 124,44
INTESA SANPAOLO 3.625 12/05/22		400 000,00	103,82%	99,0%	396 120,00	104,1%	416 300,80
INTESA SANPAOLO 6.625 09/13/23		1 085 000,00	110,10%	117,3%	1 272 444,56	112,1%	1 216 059,42
IXIS CIB 5.375 11/29/27		1 900 000,00	118,16%	113,4%	2 154 092,33	118,6%	2 254 009,53
JOHNSON&JOHNSON 3.625 03/03/37		260 000,00	101,24%	106,4%	276 741,95	102,3%	265 948,21
JPMORGAN CHASE 1.047 11/04/32		850 000,00	100,97%	95,8%	813 981,25	101,1%	859 656,22
JPMORGAN CHASE 1.5 01/27/25		1 000 000,00	104,48%	100,0%	999 567,11	105,9%	1 058 676,48
JPMORGAN CHASE 2.875 05/24/28		300 000,00	115,72%	98,9%	296 556,00	117,5%	352 394,77
JPMORGAN CHASE 3.559 04/23/24		370 000,00	90,83%	96,7%	357 863,16	91,4%	338 244,20
KELLOGG CO 1.25 03/10/25		1 380 000,00	103,36%	100,0%	1 379 650,93	104,4%	1 440 397,95
KENNEDY WILSON E 3.25 11/12/25		1 300 000,00	105,48%	103,8%	1 348 954,33	105,9%	1 376 952,10
KINDER MORGAN 1.5 03/16/22		1 000 000,00	100,37%	99,4%	994 030,00	101,6%	1 015 639,77
KLEPI 1.75 11/06/24		300 000,00	104,29%	98,0%	293 868,00	104,6%	313 671,23
KOJAMO OYJ 1.875 05/27/27		1 029 000,00	105,33%	99,2%	1 020 613,65	106,5%	1 095 388,55
KPN NV 5.625 09/30/24		1 125 000,00	115,47%	133,7%	1 504 451,27	116,9%	1 315 033,37
LA BANQUE POSTAL 08/02/32		2 100 000,00	96,70%	98,3%	2 065 077,00	97,0%	2 037 247,25
LA MONDIALE 0.75 04/20/26		600 000,00	99,89%	99,4%	596 412,00	100,4%	602 484,26
LA POSTE SA 4.375 06/26/23		1 500 000,00	107,13%	123,9%	1 858 082,94	109,4%	1 640 689,98
LANDESBK SACHSEN 6.195 05/21/31		400 000,00	140,74%	143,6%	574 201,14	144,5%	578 025,44
LEGRAND SA 1.875 07/06/32		500 000,00	112,79%	110,0%	549 933,38	113,7%	568 509,10
LEHMAN BROS HLDG 6,375 05/10/11		500 000,00	0,48%	49,0%	244 913,54	0,5%	2 405,16
LIBERTY MUTUAL 2.75 05/04/26		1 100 000,00	109,35%	107,0%	1 176 736,00	111,2%	1 222 842,36
LIBERTY MUTUAL E 1.75 03/27/24		1 500 000,00	103,57%	101,1%	1 516 734,15	104,9%	1 573 543,17
LLOYDS BANK 0.375 01/28/25		320 000,00	100,89%	95,4%	305 357,20	101,2%	323 962,11
LLOYDS BK GR PLC 3.5 04/01/26		4 330 000,00	110,46%	112,6%	4 876 084,35	113,1%	4 896 859,75
LLOYDS BK GR PLC 4.5 03/18/30		900 000,00	112,13%	114,2%	1 027 800,00	115,7%	1 041 158,77
LONZA FINANCE IN 1.625 04/21/27		220 000,00	106,53%	103,6%	227 949,65	107,7%	236 863,25
LVMH MOET HENNES 0.125 02/11/28		600 000,00	99,51%	96,2%	577 456,71	99,6%	597 744,79
LVMH MOET HENNES 0.375 02/11/31		300 000,00	99,59%	95,5%	286 584,26	99,9%	299 752,31
MACQUARIE GROUP 0.95 05/21/31		6 000 000,00	99,50%	99,4%	5 961 420,00	100,1%	6 005 176,83
MAHLE GMBH 2.375 05/14/28		4 000 000,00	97,19%	99,5%	3 979 300,00	98,7%	3 947 827,44
MAPFRE 1.625 05/19/26		1 500 000,00	106,70%	103,4%	1 551 431,18	107,7%	1 615 552,18
MASTERCARD INC 3.3 03/26/27		227 000,00	95,10%	102,5%	232 568,37	95,9%	217 607,80
MDGH GMTN RSC 1 03/10/34		7 000 000,00	99,30%	99,2%	6 946 750,00	100,1%	7 007 587,16
MERCK 09/09/80		2 000 000,00	102,21%	102,0%	2 040 000,00	102,7%	2 054 212,04
MET LIFE GLOB 0.375 04/09/24		220 000,00	101,06%	98,3%	216 169,49	101,3%	222 935,74
METRO WHOLESALE 1.5 03/19/25		500 000,00	103,88%	99,9%	499 369,63	105,1%	525 282,65
MICHELIN 2.5 09/03/38		1 000 000,00	125,44%	100,2%	1 002 108,00	126,3%	1 262 549,87

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
MICROSOFT CORP 2.625 05/02/33		400 000,00	122,81%	125,3%	501 212,02	124,6%	498 230,68
MMS USA INV INC 1.25 06/13/28		300 000,00	103,80%	92,6%	277 658,09	104,5%	313 458,92
MOL HUNGARIAN 1.5 10/08/27		3 000 000,00	101,66%	102,6%	3 078 750,00	102,0%	3 060 143,14
MONDI FINANCE 2.375 04/01/28		200 000,00	110,28%	101,4%	202 883,74	112,1%	224 119,22
MONDI FINANCE PL 1.625 04/27/26		1 000 000,00	105,24%	101,7%	1 016 990,00	106,3%	1 063 394,78
MOODY'S CORP 1.75 03/09/27		500 000,00	106,84%	98,3%	491 699,36	108,3%	541 311,81
MORGAN STANLEY 0.637 07/26/24		290 000,00	101,16%	98,7%	286 152,86	101,4%	294 150,36
MORGAN STANLEY 1.75 01/30/25		1 000 000,00	105,00%	99,9%	998 634,79	106,6%	1 066 040,76
MORGAN STANLEY 1.75 03/11/24		700 000,00	103,90%	97,8%	684 775,00	105,3%	737 233,31
MORGAN STANLEY 3.591 07/22/28		400 000,00	94,86%	99,3%	397 159,43	96,3%	385 000,85
MUNICH RE 6.25 05/26/42		400 000,00	102,39%	122,0%	488 000,00	106,1%	424 579,65
NATIONWIDE BLDG 07/25/29		500 000,00	103,64%	97,5%	487 253,90	104,5%	522 552,02
NATIONWIDE BLDG 1.25 03/03/25		880 000,00	103,75%	100,0%	879 587,78	104,8%	922 115,47
NATIONWIDE BLDG 10/18/32		500 000,00	93,92%	92,6%	462 987,17	94,6%	473 216,10
NATIONWIDE BLDG 2 01/27/23		1 100 000,00	89,11%	92,3%	1 015 834,70	89,9%	988 377,50
NATL GRID NA INC 0.75 02/11/22		200 000,00	100,12%	99,6%	199 150,47	100,8%	201 572,54
NATWEST MARKETS 2.75 04/02/25		4 270 000,00	108,38%	109,0%	4 654 163,61	110,4%	4 715 665,28
NE PROPERTY 2.625 05/22/23		1 700 000,00	103,13%	102,0%	1 734 153,00	104,7%	1 780 484,00
NESTLE FIN INTL 1.125 04/01/26		34 000,00	104,35%	105,1%	35 719,26	105,2%	35 766,76
NESTLE FIN INTL 1.5 04/01/30		70 000,00	109,11%	108,9%	76 231,42	110,2%	77 166,30
NESTLE HOLDINGS 2.375 01/18/22		700 000,00	88,00%	93,5%	654 513,40	90,0%	629 902,26
NIBC BANK NV 2 04/09/24		2 500 000,00	104,10%	100,5%	2 511 517,00	105,6%	2 638 967,01
NN GROUP NV 4.625 04/08/44		1 400 000,00	108,96%	107,5%	1 504 886,25	112,3%	1 572 740,87
NOVARTIS CAPITAL 3.1 05/17/27		670 000,00	94,06%	101,6%	680 719,17	94,4%	632 426,91
OBRASCON HUART 4,75% 14-150322		200 000,00	100,85%	74,3%	148 662,48	102,3%	204 504,15
ORANGE 1.25 07/07/27		100 000,00	105,04%	103,5%	103 479,33	105,6%	105 648,83
ORANGE PERP		3 100 000,00	102,08%	102,3%	3 170 380,00	103,5%	3 207 104,35
ORANGE PERP		2 200 000,00	109,61%	110,8%	2 437 572,48	114,3%	2 514 963,44
PEPSICO INC 1.05 10/09/50		900 000,00	97,10%	100,9%	908 018,50	97,3%	876 026,35
PETROLEOS MEXICA 3.75 04/16/26		1 028 000,00	99,94%	100,9%	1 037 561,84	102,6%	1 054 743,62
PETROLEOS MEXICA 5.125 03/15/23		850 000,00	103,78%	114,5%	973 080,00	107,9%	916 871,31
PHILIP MORRIS IN 0.8 08/01/31		3 400 000,00	96,26%	98,6%	3 351 196,00	96,6%	3 284 109,76
PHILIP MORRIS IN 1.45 08/01/39		1 200 000,00	92,59%	99,9%	1 198 932,00	93,2%	1 118 344,50
PHILIP MORRIS IN 3.125 06/03/33		4 110 000,00	116,88%	125,0%	5 138 619,80	118,7%	4 877 835,45
POHJOLA BANK PLC 0.75 03/03/22		500 000,00	100,20%	99,8%	498 903,48	100,8%	504 117,34
PORTUGAL TEL FIN 0 06/16/25		1 700 000,00	0,05%	20,7%	351 050,00	0,1%	850,00
PPG INDUSTRIES 1.4 03/13/27		880 000,00	105,51%	98,9%	870 428,65	106,6%	938 394,50
PROCTER & GAMBLE 1.875 10/30/38		200 000,00	114,66%	117,3%	234 602,10	115,0%	229 961,46
PROXIMUS SADP 1.875 10/01/25		400 000,00	106,18%	98,8%	395 364,00	106,6%	426 575,50
PSA TRESORERIE 6 09/19/33		800 000,00	144,70%	121,5%	971 985,68	146,4%	1 171 184,32
PURPLE PROTECTED ASSET		20 308 118,13	103,51%	100,5%	20 404 641,54	103,5%	21 020 384,76
RABOBANK 1.375 02/03/27		500 000,00	106,28%	94,0%	469 980,00	107,5%	537 619,24
RABOBANK 4.125 07/14/25		1 010 000,00	114,69%	97,2%	981 611,70	116,6%	1 177 800,72
RAIFFEISEN BK IN 06/17/33		3 000 000,00	99,22%	99,7%	2 991 060,00	100,0%	2 998 733,62
RICHEMONT INT 1.625 05/26/40		878 000,00	107,13%	98,4%	863 837,86	108,1%	949 186,90
RTE RESEAU DE TR 1.125 09/09/49		1 000 000,00	96,59%	95,6%	956 400,00	96,9%	969 394,84
SAGAX EURO MTN 1 05/17/29		5 600 000,00	97,22%	99,6%	5 577 000,00	97,8%	5 479 371,17
SAIPEM FIN INTL 3.125 03/31/28		1 501 000,00	98,74%	100,0%	1 501 000,00	101,1%	1 517 489,83
SAIPEM FIN INTL 3.375 07/15/26		2 000 000,00	99,95%	103,3%	2 065 000,00	101,5%	2 030 207,06
SAIPEM FIN INTL 3.75 09/08/23		3 000 000,00	103,19%	105,6%	3 167 500,00	104,4%	3 130 967,64
SAMHALLSBYGG 1.125 09/04/26		2 200 000,00	100,80%	99,3%	2 185 495,40	101,2%	2 225 652,15
SAMVARDHANA MOTH 3.7 06/18/25		900 000,00	97,71%	100,0%	900 000,00	99,7%	897 275,12
SANDVIK AB 4.1 07/02/27		600 000,00	119,49%	100,0%	600 000,00	121,5%	729 197,30
SANOFI 1.125 04/05/28		100 000,00	105,60%	106,3%	106 329,95	106,4%	106 435,16
SANTANDER ISSUAN 3.125 01/19/27		500 000,00	110,66%	108,0%	540 000,00	113,6%	568 090,62
SBB TREASURY OYJ 0.75 12/14/28		2 500 000,00	95,50%	96,3%	2 407 000,00	95,5%	2 388 449,55
SCA HYGIENE AB 1.125 03/05/25		1 000 000,00	103,14%	99,8%	998 368,67	104,1%	1 040 727,22
SCENTRE GROUP TR 1.45 03/28/29		8 400 000,00	104,36%	91,9%	7 721 060,00	105,5%	8 858 767,14
SCENTRE GROUP TR 1.75 04/11/28		1 000 000,00	106,49%	99,8%	998 360,00	107,8%	1 077 523,80
SCHAEFFLER AG 1.875 03/26/24		1 000 000,00	102,61%	102,6%	1 025 930,00	104,1%	1 040 529,99
SCHAEFFLER AG 2.875 03/26/27		1 400 000,00	108,35%	101,7%	1 423 800,00	110,6%	1 547 788,09
SCOR SE 06/05/47		1 300 000,00	112,01%	99,3%	1 291 400,00	113,9%	1 480 276,57
SCOR SE 06/08/46		1 400 000,00	109,43%	107,5%	1 504 654,69	111,1%	1 555 780,00
SES 2 07/02/28		1 000 000,00	105,27%	99,6%	995 800,00	106,3%	1 062 663,52

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
SHELL INTL FIN 1.875 09/15/25		1 800 000,00	106,52%	98,8%	1 777 680,00	107,1%	1 927 284,15
SILVERBACK FIN 3.1261 02/25/37		995 780,57	103,61%	100,0%	995 780,63	103,9%	1 034 760,21
SOC GENERALE SCF 4.25 02/03/23		1 000 000,00	105,18%	100,2%	1 002 200,00	109,0%	1 090 349,83
SOCIETE GENERALE 0.875 09/24/29		600 000,00	100,29%	92,9%	557 696,49	100,5%	603 143,96
SOCIETE GENERALE 1.25 02/15/24		700 000,00	102,66%	99,8%	698 523,00	103,8%	726 277,95
SOCIETE GENERALE 4 06/07/23		3 600 000,00	105,57%	108,4%	3 901 696,56	107,8%	3 882 035,27
SPIRE SA 10/12/35		30 000 000,00	93,74%	100,0%	30 000 000,00	94,8%	28 438 689,82
SSE PLC 1.75 04/16/30		780 000,00	107,81%	102,8%	801 688,80	109,1%	850 606,24
STANDARD CHART 07/02/27		100 000,00	101,82%	101,7%	101 700,00	102,3%	102 271,33
STANDARD CHART 09/09/30		7 680 000,00	104,79%	105,3%	8 083 768,80	105,6%	8 107 060,73
STANDARD CHART 3.625 11/23/22		500 000,00	103,20%	105,1%	525 575,10	103,6%	517 899,77
STATE GRID EUR 1.5 01/26/22		1 000 000,00	100,08%	99,8%	998 476,15	101,5%	1 014 735,77
STATE GRID EUR 2.45 01/26/27		1 000 000,00	108,80%	98,8%	987 500,00	111,1%	1 110 713,38
STATE GRID OSEAS 0.797 08/05/26		820 000,00	101,47%	100,0%	820 000,00	101,8%	834 688,80
STATE GRID OSEAS 1.303 08/05/32		2 450 000,00	102,57%	102,6%	2 513 802,50	103,1%	2 525 834,21
STATOIL ASA 0.875 02/17/23		700 000,00	101,02%	96,3%	674 030,00	101,8%	712 445,40
STORA ENSO OYJ 0.625 12/02/30		100 000,00	98,36%	99,2%	99 211,00	98,4%	98 410,49
STYROLUTION 2.25 01/16/27		4 000 000,00	97,34%	99,1%	3 964 200,00	98,4%	3 934 760,45
SUEZ 1.25 04/02/27		200 000,00	104,81%	103,4%	206 757,66	105,7%	211 488,90
SUEZ ENVIRON 1.25 05/19/28		1 000 000,00	105,26%	104,4%	1 043 596,77	106,0%	1 060 341,69
SUEZ ENVIRON PERP		500 000,00	100,05%	99,5%	497 625,00	100,1%	500 256,56
SYNGENTA FINANCE 3.375 04/16/26		10 500 000,00	109,16%	100,8%	10 587 803,75	111,6%	11 713 685,58
TALANX AG 3.125 02/13/23		1 300 000,00	103,72%	100,0%	1 299 454,00	106,5%	1 384 131,50
TECHNIPFMC 4 06/15/27		2 000 000,00	116,33%	100,1%	2 001 001,00	118,5%	2 370 225,87
TELECOM IT FIN 7.75 01/24/33		100 000,00	133,21%	134,9%	134 917,80	140,4%	140 446,94
TELECOM ITALIA 3.25 01/16/23		400 000,00	102,88%	107,5%	429 964,22	106,0%	423 947,08
TELECOM ITALIA 5.25 02/10/22		3 600 000,00	100,63%	110,4%	3 973 943,15	105,3%	3 790 342,11
TELEFONICA EMIS 2.318 10/17/28		1 200 000,00	112,22%	102,7%	1 231 800,00	112,7%	1 352 391,72
TELEFONICA EMIS 3.987 01/23/23		800 000,00	104,61%	108,8%	870 646,24	108,3%	866 730,27
TELEKOM FINANZ 4 04/04/22		1 400 000,00	101,08%	117,2%	1 640 843,51	104,1%	1 456 709,77
TELIA CO AB 05/11/81		2 000 000,00	101,15%	101,0%	2 019 400,00	102,0%	2 040 554,98
TELIASONERA AB 3.5 09/05/33		500 000,00	128,72%	102,4%	512 185,00	129,8%	649 212,87
TELSTRA CORP LTD 2.5 09/15/23		150 000,00	104,55%	98,9%	148 353,00	105,3%	157 920,56
TEOLLISUUDEN VOI 2.125 02/04/25		1 500 000,00	104,02%	99,5%	1 492 407,33	105,9%	1 589 069,37
TERNA RETE 4.9 10/28/24		3 100 000,00	113,89%	134,8%	4 178 403,00	114,7%	3 557 208,56
THERMO FISHER 1.75 04/15/27		110 000,00	107,33%	104,9%	115 416,33	108,6%	119 436,46
THERMO FISHER 2.875 07/24/37		600 000,00	121,17%	117,9%	707 158,80	122,4%	734 590,83
TOTAL CAP INTL 1.491 04/08/27		200 000,00	106,08%	105,3%	210 641,52	107,2%	214 346,10
TOTALENERGIES SE PERP		4 215 000,00	104,61%	98,1%	4 135 089,89	106,8%	4 502 531,34
TOTALENERGIES SE PERP		7 000 000,00	98,48%	101,6%	7 113 750,00	99,1%	6 939 191,17
TOYOTA MTR CRED 2.15 02/13/30		1 100 000,00	88,38%	90,3%	993 290,80	89,1%	980 181,03
TYCO INTL FINANC 1.375 02/25/25		500 000,00	100,08%	99,9%	499 356,96	101,2%	506 244,65
UBS GROUP FUNDIN 1.5 11/30/24		600 000,00	102,97%	101,8%	610 672,29	103,1%	618 590,50
UNIBAIL-RODAMCO 1 03/14/25		440 000,00	102,44%	99,7%	438 883,89	103,2%	454 260,59
UNIBAIL-RODAMCO 1.75 02/27/34		500 000,00	103,72%	89,3%	446 719,88	105,2%	525 939,34
UNICREDIT SPA 1.8 01/20/30		1 500 000,00	102,57%	99,6%	1 494 300,00	104,3%	1 564 037,88
UNICREDIT SPA 5.25 04/30/23		1 900 000,00	107,57%	100,0%	1 899 125,00	111,1%	2 110 847,37
UNICREDIT SPA 6.95 10/31/22		980 000,00	105,52%	110,9%	1 086 525,25	106,7%	1 045 512,38
UNILEVER FINANCE 1.75 03/25/30		160 000,00	110,26%	111,6%	178 483,84	111,6%	178 567,09
UNILEVER PLC 1.5 06/11/39		200 000,00	108,29%	109,6%	219 219,48	109,1%	218 254,88
UNIQA INSURANCE 6 07/27/46		1 600 000,00	122,29%	101,9%	1 630 000,00	124,9%	1 998 006,14
UNIV POLI VALENC 6.6 12/15/22		498 839,96	105,34%	113,5%	566 198,00	105,6%	526 932,66
UPJOHN FINANCE 1.908 06/23/32		9 400 000,00	104,63%	105,5%	9 921 620,00	105,6%	9 929 492,77
URW 1.375 03/09/26		148 000,00	104,18%	98,9%	146 306,88	105,3%	155 836,19
URW 2.625 04/09/30		500 000,00	113,65%	100,5%	502 264,40	115,6%	577 830,96
UTAH ACQUISITION 3.125 11/22/28		800 000,00	113,68%	108,2%	865 272,00	114,0%	912 092,46
VATTENFALL AB 03/19/77		2 000 000,00	106,53%	87,8%	1 755 009,39	108,9%	2 177 786,56
VATTENFALL AB 5.375 04/29/24		700 000,00	112,74%	118,3%	827 791,12	116,4%	814 566,41
VEOLIA ENVRNMT 5.125 05/24/22		200 000,00	102,13%	101,5%	203 039,00	105,2%	210 464,13
VIENNA INSURANCE 5.5 10/09/43		1 400 000,00	108,86%	109,5%	1 533 215,81	110,1%	1 541 584,95
VOLKSWAGEN FIN 1.5 10/01/24		800 000,00	103,67%	96,8%	774 032,00	104,0%	832 362,49
VOLKSWAGEN FIN 2.75 07/10/23		200 000,00	121,63%	112,1%	224 205,82	123,2%	246 377,58
VOLKSWAGEN FIN 3.375 04/06/28		2 100 000,00	116,23%	114,4%	2 402 857,50	118,7%	2 493 067,29
VOLKSWAGEN INTFN 3.25 11/18/30		5 200 000,00	119,69%	115,1%	5 986 028,30	120,1%	6 243 978,55

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
VOLKSWAGEN INTFN 3.3 03/22/33		300 000,00	123,04%	98,6%	295 698,00	125,6%	376 826,55
VOLKSWAGEN INTFN PERP		3 000 000,00	106,97%	105,4%	3 161 574,50	108,6%	3 258 657,57
VOLKSWAGEN LEAS 1.625 08/15/25		320 000,00	104,59%	98,0%	313 450,27	105,2%	336 650,61
VOLVO CAR AB 2 01/24/25		2 000 000,00	103,97%	102,5%	2 050 000,00	105,8%	2 116 699,10
VOLVO CAR AB 2.5 10/07/27		2 000 000,00	107,76%	105,0%	2 100 000,00	108,3%	2 166 796,28
VOLVO TREAS AB 03/10/78		2 100 000,00	104,96%	103,2%	2 166 457,56	108,9%	2 286 790,01
VONOVIA BV 2.125 07/09/22		280 000,00	101,27%	99,7%	279 035,38	102,3%	286 406,56
VONOVIA BV 2.75 03/22/38		500 000,00	115,49%	109,5%	547 574,18	117,6%	588 132,12
WALGREENS BOOTS 2.125 11/20/26		500 000,00	107,03%	105,2%	526 115,00	107,3%	536 335,93
WASH MUT BANK NV 0 01/17/17		5 000 000,00	0,06%	0,0%	0,00	0,1%	3 032,40
WELLS FARGO CO 0.625 08/14/30		1 030 000,00	97,71%	90,7%	934 446,90	97,9%	1 008 882,69
WELLS FARGO CO 1.338 05/04/25		400 000,00	102,86%	100,1%	400 304,00	103,7%	414 961,12
WELLS FARGO CO 1.5 05/24/27		4 270 000,00	104,29%	105,3%	4 495 883,00	105,2%	4 491 932,33
WELLS FARGO CO 1.5 09/12/22		700 000,00	101,36%	103,3%	723 002,00	101,8%	712 692,49
WENDEL SA 2.75 10/02/24		100 000,00	106,70%	99,6%	99 611,08	107,4%	107 378,51
WINTERSHALL FIN 1.823 09/25/31		4 000 000,00	102,68%	105,0%	4 200 000,00	103,2%	4 126 626,02
WMG ACQUISITION 2.75 07/15/28		1 000 000,00	102,66%	102,5%	1 024 600,00	103,9%	1 039 154,20
WPC EUROBOND 0.95 06/01/30		13 300 000,00	96,84%	99,2%	13 187 057,00	97,4%	12 952 968,51
WPP FINANCE 2.375 05/19/27		3 000 000,00	110,37%	103,7%	3 109 620,00	111,8%	3 355 132,35
ZF FINANCE GMBH 2.25 05/03/28		3 000 000,00	99,66%	99,2%	2 977 188,00	100,0%	3 000 423,96
ZUERCHER KBK 06/15/27		2 008 000,00	101,18%	99,5%	1 998 839,76	102,6%	2 060 462,31
	subtotal	798 070 856,31			809 874 800,08		835 131 021,99
	subtotal	1 520 954 721,04			1 611 031 586,62		1 700 551 293,27
	Total	3 617 735	1 520 954 721,04		1 891 076 222,61		1 954 401 246,59
2.3 - Derivados de Negociação							
EURO FX CURR FUT Mar22		12 500 000,00					0,00
EURO/GBP FUTURE Mar22		4 625 000,00					0,00
	Total	17 125 000,00			0,00		0,00
	Total	7 163 603 823	2 002 411 376,15		2 364 886 542,74		2 451 887 364,57
3 - TOTAL GERAL		7 163 823 867	2 002 411 376,15		2 375 376 033,75		2 451 887 366,57

09

**DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO**

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba:

- Informação sobre a Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia, Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de Funções-Chave e Colaboradores com Outras Funções Relevantes;
- Quadro com remunerações pagas durante o ano de 2021 aos membros dos Órgãos Sociais;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF.

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 64.º do RJAS, sob proposta da Comissão de Remunerações, após aprovação prévia do Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Política de Remuneração é igualmente revista anualmente e submetida a uma avaliação interna independente executada pelas Funções-Chave da Companhia em articulação entre si, sendo objeto de divulgação no seu Portal Interno e nos documentos de prestações de contas anuais.

9.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA GENERALI SEGUROS, S.A.

A Política de Remunerações, que engloba os membros dos Órgãos Sociais, Funções-Chave e Outras Funções Relevantes, foi aprovada para o ano de 2021 previamente pelo Conselho de Administração de 22/12/2021 (Ata 1075) e será posteriormente apreciada e aprovada em reunião de Assembleia Geral a realizar.

A Política de Remunerações da Generali Seguros é aplicável à população-alvo seguinte:

- A.** aos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia;
- B.** aos Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de Funções-Chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem uma atividade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, nomeadamente Risco, Compliance, Auditoria Interna e função Atuarial;
- C.** a todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1.º nível / Diretores de Topo e equiparáveis, incluindo o Comité de Gestão Executivo ou outros Colaboradores, independentemente da área em que exerçam atividade, na medida em que desenvolvem uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da Companhia, entendendo-se como tal todos aqueles que tenham um acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Companhia (“Outras Funções Relevantes”).

A Política de Remuneração obedece aos **seguintes princípios**:

Princípios transversais aplicáveis à População-Alvo:

- a) A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia:
 - i) sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz;
 - ii) evitando uma excessiva exposição ao risco;
 - iii) evitando potenciais conflitos de interesses; e
 - iv) sendo coerente com os objetivos, valores e interesses da Companhia a longo prazo;
- b) A Política de Remuneração promove uma gestão de risco sólida e eficaz e não deve incentivar a assunção de riscos que excedam os limites de tolerância face ao risco da empresa;
- c) A Política de Remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão, natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade;
- d) A Política de Remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

Princípios aplicáveis à remuneração dos Órgãos de Administração, nos termos previstos na Política do Grupo:

- A remuneração fixa e variável deve ser equilibrada de forma que a remuneração fixa represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total para garantir uma flexibilidade total na componente variável;
- O valor total da remuneração variável tem por base uma combinação da avaliação do desempenho global individual, empresarial e de grupo;
- Uma parte substancial da remuneração variável deve ser diferida: o período de diferimento não deve ser inferior a três anos e deve ser compatível com a natureza do negócio, os seus riscos e a atividade dos trabalhadores em causa;
- Na avaliação de desempenho devem ser levados em consideração critérios financeiros e não financeiros;

- A medição de desempenho deve incluir um ajuste para baixo (*malus* e *clawback*) para a exposição aos riscos atuais e futuros, levando em consideração o perfil de risco e o custo de capital;
- As estratégias de *hedging* pessoal ou seguro de remuneração e responsabilidade (que prejudicariam os efeitos de alinhamento de risco subjacentes ao cálculo da remuneração) são proibidas;
- É definido um limite máximo para todos os componentes variáveis a pagar;
- Os dados de mercado devem ser considerados para todas as decisões de remuneração;
- A compensação eventualmente acordada com os membros do Órgão de Administração, para casos de destituição sem justa causa, não é devida se a cessação de funções resultar de um inadequado desempenho do membro cessante, não devendo ser paga.

Nenhuma pessoa incluída na população-alvo pode receber remuneração e/ou comissões de assiduidade por outros cargos que lhe sejam atribuídos em subsidiárias e outras entidades associadas do Grupo Generali, salvo se houver exceção específica, devidamente justificada, formalizada e autorizada pelos Órgãos Sociais relevantes.

A política de remuneração compreende previsões específicas relativamente às Funções-Chave, sendo a sua retribuição definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

A remuneração variável das Funções-Chave é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controle.

A Política de Remuneração obedece aos seguintes critérios de remuneração:

Considerandos

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais elege a competência e a dedicação como características determinantes do bom desempenho. Tem igualmente por objetivo o alinhamento dos contributos individuais com os objetivos estratégicos da Generali Seguros, S.A. reforçando o foco da política retributiva na remuneração do desempenho.

As remunerações abaixo consideradas devem obedecer aos princípios enunciados no capítulo 5, nomeadamente, o de que nenhuma pessoa incluída na população-alvo pode receber remuneração e/ou comissões de assiduidade por outros cargos que lhe sejam atribuídos em subsidiárias e outras entidades associadas do Grupo Generali, salvo se houver exceção específica, devidamente justificada, formalizada e autorizada pelos Órgãos Sociais relevantes.

A. Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia

• Conselho de Administração

• Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa anual (paga em 12 meses).

• Administradores-Executivos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integra uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente, uma componente variável.

O pacote de remuneração *target* é definido com o propósito de manter um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

– Componente Fixa da Remuneração

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

A esta componente poderão ser ainda adicionadas outras componentes de carácter monetário em linha com a prática do setor segurador.

Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente em sede de Assembleia Geral, devendo a mesma representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total de forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável.

Caso o montante da remuneração variável ultrapasse 50% da remuneração anual global, a parte excedente deverá ser deferida por período não inferior a 3 anos.

– Componente Variável da Remuneração

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e diferidos (LTI) com base em indicadores de desempenho individuais e de Grupo ajustados ao risco, que incorporam também os requisitos de sustentabilidade face aos riscos assumidos, com base nas metas definidas no Plano estratégico (“Generali 2021”) e estratégia para as alterações climáticas (“Generali Group Strategy on Climate Change”) do Grupo Generali.

A Generali Seguros S.A. adotou o modelo em linha do que está previsto na Política de Remunerações do Grupo:

1 – Critério de Atribuição Remuneração Variável de Curto prazo (ST)

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável de curto prazo dos membros executivos do Conselho de Administração, que se encontre dependente de um processo de avaliação, segue os termos definidos na política de remuneração do Grupo, com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios financeiros e não financeiros.

No que diz respeito aos critérios não financeiros, pelo menos 20% da remuneração variável definida deverá estar ligada às metas ESG e KPIs relacionados com: (i) Pessoas (por exemplo, índice de Diversidade e Inclusão), (ii) Marca e Parceiros de Negócio – “Lifetime Partners” (por exemplo, Net Promoter System) e (iii) Compromisso com a Sustentabilidade (por exemplo, % de crescimento de investimentos verdes e sustentáveis; % de crescimento de produtos verdes e sociais, implementação da estratégia de clima, etc. Estes critérios não financeiros refletem assim os principais capacitadores da estratégia e do Compromisso de Sustentabilidade da Generali; a sua avaliação é baseada em KPIs específicos e na avaliação das evidências gerais dos resultados.

Na eventualidade de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Companhia no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, poderão ser introduzidas limitações necessárias e adequadas, incluindo o eventual não pagamento de qualquer componente variável, com a vista a preservar o seu equilíbrio financeiro e o cumprimento dos demais rácios de solvabilidade impostos legalmente.

2 – Critério de Atribuição Remuneração Variável de longo prazo (LTI)

Por designação e aprovação do Grupo Generali, os Administradores executivos podem ser elegíveis para participar num programa de remuneração variável diferida, que assume a forma de planos plurianuais e que são aprovados periodicamente pelos órgãos apropriados do Grupo Generali.

Nos termos definidos na Política do Grupo Generali, o plano assenta num período global de desempenho de três anos associado ao cumprimento de objetivos e em períodos de diferimento adicionais de bloqueio das ações concedidas.

A Generali Seguros S.A. aplica as regras e procedimentos previstos no Plano.

3 – Natureza da Componente Variável / Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bônus de performance, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

4 – Outras Remunerações Extraordinárias

Quando houver lugar a pagamento extraordinário a todos os colaboradores da empresa relativos a sucesso de conclusão de projetos especiais (acordos de empresa, transações, etc), estes benefícios serão aplicados aos membros executivos do Conselho de Administração.

5 – Celebração de contratos

Ao abrigo da presente Política fica desde já vedada aos membros do Conselho de Administração a utilização de quaisquer estratégias pessoais de cobertura ou seguros de remuneração (hedge) que possam alterar ou minar os efeitos de alinhamento de risco subjacentes aos mecanismos de remuneração variável.

• Membros do Conselho de Administração Sem Funções Executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Assembleia Geral que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

• Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, composto por um Presidente e dois Vogais designados, juntamente com um suplente, pela Assembleia Geral de acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados através do pagamento de um valor fixo (artigo 13.º) anual pago trimestralmente.

• Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no artigo 15.º dos Estatutos da Companhia, constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral (artigo 13.º), na data da sua realização, caso haja lugar ao seu pagamento.

B. Funções-Chave

• **Princípios Gerais**

A política compreende previsões específicas relativamente às Funções-Chave, sendo a sua retribuição definida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas, de forma a garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

A remuneração variável das Funções-Chave é independente do desempenho das unidades operacionais e áreas que são submetidos ao seu controle.

• **Princípios Específicos**

A remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave (entendendo-se como tal as funções de gestão de riscos, de verificação do cumprimento, de auditoria interna e atuarial) integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável (i) em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando-se que a remuneração lhes proporciona uma recompensa adequada atendendo à relevância do exercício das suas funções e (ii) de forma consentânea com o seu papel na Companhia e não em relação ao desempenho desta.

Na determinação destas duas componentes, são considerados diversos fatores, entre os quais se salientam:

- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho.

No que diz respeito aos responsáveis das Funções-Chaves a remuneração relevante é definida em Conselho de Administração ou pelo Comité de Remunerações.

• **Componente Fixa da Remuneração**

A componente fixa é estabelecida de acordo com o nível das responsabilidades e funções atribuídas. Deverá ser adequada para garantir a independência e autonomia exigidas para essas funções.

• **Componente Variável**

1 – Critérios de Atribuição

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável é anual, e assenta num processo de avaliação de desempenho, definido pela Companhia e em linha com a política de remuneração do Grupo, com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios não financeiros. O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das Funções-Chave.

As metas devem ser independentes do desempenho das unidades e áreas operacionais que são submetidas ao controle dos Participantes e vinculadas exclusivamente à eficácia e qualidade desses controles (atividades específicas de cada Função-Chave, tendo como referência metas baseadas na eficácia e qualidade dos controles, excluindo os objetivos económicos e financeiros, que podem, ao contrário, gerar conflitos de interesse).

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo órgão competente, estando sujeita a aprovação anual em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

2 – (Não) Diferimento da Componente Variável

Considerando o nível de risco do país, a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

3 – Natureza da Componente Variável / Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

C. Outras Funções Relevantes

A remuneração dos membros com Funções Relevantes integra uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente uma componente variável.

O pacote de remuneração *target* é definido com o propósito de manter, em média, um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

Sempre que a remuneração total anual integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente pelo órgão competente, devendo a mesma representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total de forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável. Em média, a componente fixa não deverá ser inferior a 50% da remuneração total.

• **Componente Fixa da Remuneração**

Os membros com Funções Relevantes auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

• Componente Variável da Remuneração

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e, eventualmente, diferidos (LTI) com base em indicadores de desempenho individuais e de Grupo ajustados ao risco, que incorporam também os requisitos de sustentabilidade face aos riscos assumidos, com base nas metas definidas no Plano estratégico (“Generali 2021”) e estratégia para as alterações climáticas (“Generali Group Strategy on Climate Change”) do Grupo Generali.

A Generali Seguros S.A. adotou o modelo em linha do que está previsto na Política de Remunerações do Grupo.

1 - Critério de Atribuição Remuneração Variável de Curto prazo (STI)

A elegibilidade para atribuição de remuneração variável de curto prazo dos membros com Funções Relevantes assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios financeiros e não financeiros.

O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das funções relevantes. As regras e indicadores deste modelo são definidas em instrumento desenvolvido internamente.

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores. Adicionalmente, a remuneração variável apenas poderá ser atribuída se for sustentável à luz da situação financeira da Companhia no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra.

2 - Critério de Atribuição Remuneração Variável de longo prazo (LTI)

Por designação e aprovação do Grupo Generali, os membros de Funções Relevantes podem ser elegíveis para participar num programa de remuneração variável diferida, que assume a forma de planos plurianuais e que são aprovados periodicamente pelos órgãos apropriados do Grupo Generali. A Generali Seguros S.A. aplica as regras e procedimentos previstos no Plano.

Os membros da Funções Relevantes poderão ser ainda elegíveis de outros programas locais definidos e aprovados pelo Comité de Gestão Executiva do país.

3 - Natureza da Componente Variável / Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bónus de performance, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

• Colaboradores

A política de remuneração define ainda os critérios de remuneração para a globalidade dos Colaboradores da Generali Seguros (diferente daqueles que são identificados como população-alvo, referidos nos pontos A, B, C).

A remuneração da globalidade dos Colaboradores integra igualmente uma componente fixa de remuneração acrescida de *fringe benefits* e, eventualmente, uma componente variável.

O pacote de remuneração *target* é definido com o propósito de manter um nível competitivo entre a mediana e o quartil superior do mercado de referência, com base no posicionamento individual ligado à avaliação do desempenho do recurso e impacto potencial e estratégico de acordo com uma abordagem segmentada.

A componente variável da remuneração é composta por planos de incentivos anuais (STI) e, eventualmente, diferidos (LTI) no caso seja designado e aprovado pelo Grupo Generali, aplicando as regras e procedimentos previstos no respetivo plano. Os colaboradores poderão ser ainda elegíveis de outros programas locais definidos e aprovados pelo Comité de Gestão Executiva local.

A remuneração variável de curto prazo dos Colaboradores assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e predeterminados, incluindo critérios financeiros e não financeiros.

O modelo do *balanced scorecard* definido pelo Grupo fornece uma estrutura para o estabelecimento de metas e para a avaliação de desempenho final das funções relevantes. As regras e indicadores deste modelo são definidas em instrumento desenvolvido internamente.

A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo órgão competente em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores. Adicionalmente, a remuneração variável apenas poderá ser atribuída se for sustentável à luz da situação financeira da Companhia no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra.

Os benefícios adicionais são um componente complementar do pacote de remuneração. O tipo e o valor global dos benefícios adicionais diferem de acordo com a categoria, funções e responsabilidades desempenhadas pelos beneficiários. Os benefícios adicionais incluem complemento pensão de reforma, seguros de Vida, Saúde ou outros, condições contratuais favoráveis, complementos de doença, que podem regidos por leis, contratos individuais, Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) no âmbito da Generali Seguros, S.A.

9.2. QUADRO DE REMUNERAÇÕES PAGAS DURANTE O ANO DE 2021 AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA GENERALI SEGUROS, S.A.

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			591
Jaime Anchústegui Melgarejo (Presidente)	-	-	-
João Vieira de Almeida (Vice-Presidente)	100	-	100
Patrícia Ribeiro Sanina Espírito Santo (Vogal)	-	-	-
Pedro Luís Francisco Carvalho (Presidente Executivo)	353	138	491
Riccardo Candoni (Vogal)	-	-	-
Stefano Flori (Vogal) ⁽¹⁾	-	-	-
Conselho Fiscal			35
Henrique Paulo Marques de Oliveira Xavier (Suplente)	-	-	-
José Manuel Serrão (Vogal) ⁽²⁾	10	-	10
Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente) ⁽²⁾	15	-	15
Nelson Manuel Marques Fontan (ex-Vogal) (Presidente)	10	-	10
Total Remunerações	488	138	626

(1) Conforme definido na política de remunerações, este membro não pode auferir uma retribuição na Generali Seguros, em virtude de ser quadro da Assicurazioni Generali S.p.A. Assim, as importâncias auferidas são-lhe pagas diretamente pela casa-mãe, sendo os respetivos custos posteriormente debitados à Generali Seguros através de acordo intragrupo.

(2) O membro dos Órgãos Sociais indicado deixou entretanto de exercer o respetivo cargo.

Em 2021 foi registado um custo com planos de pagamentos de ações relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 266 milhares de euros relativos aos membros: Pedro Luís Francisco Carvalho (222 milhares de euros) e Stefano Flori (44 milhares de euros).

Igualmente no decurso do ano de 2021, e em relação ao Conselho de Administração com funções executivas, não foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões, não obstante o custo correspondente foi acrescido em 2021.

Ainda em relação ao ano de 2021 não foi registado qualquer custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativo a membros do Conselho de Administração.

9.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4.º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	

I.2	Adequação da Política de Remuneração à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprir	
I.3	Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da Política de Remuneração, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprir	
II. Aprovação da Política de Remunerações			
II.1	Aprovação da Política de Remuneração por parte de uma Comissão de Remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição), pela Assembleia Geral.	Cumprir	
II.2	Aprovação pelo Conselho de Administração da Política de Remuneração aplicável aos colaboradores.	Cumprir	
II.3	Participação na definição da Política de Remuneração de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente.	Cumprir	
II.4	A Política de Remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; a Política de Remuneração deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprir	
II.5	Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	Cumprir	
III. Comissão de Remuneração			
III.1	A Comissão de Remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da Política de Remuneração e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a Política de Remuneração, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável	
III.2	Os membros da Comissão de Remuneração devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções.	Não aplicável	
III.3	Caso a Comissão de Remuneração recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço.	Não aplicável	
III.4	A Comissão de Remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas Assembleias Gerais em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos.	Não aplicável	
III.5	A Comissão de Remuneração deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Não aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1	A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade.	Cumprir	
IV.2	Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total; a componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprir	
IV.3	Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Cumprir	O valor pago não assume carácter substancial e é pago no âmbito de um programa implementado na casa-mãe.
IV.4	Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Cumprir	
IV.5	A componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Cumprir	
IV.6	Inexistência de contratos celebrados por membros do Órgão de Administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumprir	
IV.7	Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Cumprir	
IV.8	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Cumprir	
IV.9	Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Cumprir	
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10	A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprir	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11	Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1	Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; a remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; a componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprir	
V.2	Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesse a longo prazo da instituição.	Não aplicável	A remuneração variável dos colaboradores não é paga, nem parcial nem totalmente, através de instrumentos financeiros emitidos pela instituição.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V.3.	Cumprido	
V.4.	Cumprido	
V.5.	Cumprido	
V.6.	Não cumprido	Não existe diferimento de remuneração variável dos colaboradores
V.7.	Não aplicável	Não existe diferimento de remuneração variável dos colaboradores
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8.	Cumprido	
V.9.	Cumprido	
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1.	Cumprido	
VI.2.	Cumprido	
VI.3.	Cumprido	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1.	Não aplicável	
VII.2.	Não aplicável	
VII.3.	Não aplicável	
VII.4.	Não aplicável	

10

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS**



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Generali Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.085.864 milhares de euros e um total de capital próprio de 342.764 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 54.056 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variação no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Generali Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2021, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e investimentos a deter até à maturidade totalizam 2.411.809 milhares de euros, 9.733 milhares de euros e 879 milhares de euros, respetivamente, conforme nota 6 às demonstrações financeiras, representando cerca de 78%, 0,3% e 0,03% do ativo, respetivamente.

O Risco

A mensuração dos ativos a deter até à maturidade é ao custo amortizado, deduzido de imparidade caso exista, sendo os restantes ativos mensurados ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 3 – Ativos financeiros anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos ativos disponíveis para venda, as variações de justo valor são inscritas em outro rendimento integral sendo que caso exista imparidade o valor acumulado é reclassificado para resultados do exercício. A Entidade determina para estes ativos disponíveis para venda que existe imparidade quando se verifique uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. No que respeita aos ativos a deter até à maturidade, a Entidade determina que existe imparidade quando existe um evento que possa ter impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros.

O justo valor para a maioria dos ativos acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de ativos;
- Teste à valorização da carteira de ativos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos, análise dos principais pressupostos considerados na valorização de unidades de participação;
- Teste à imparidade dos ativos a deter até à maturidade e dos ativos disponíveis para venda; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 685.889 milhares de euros e 37.628 milhares de euros, respetivamente, conforme notas 4 e 5 às demonstrações financeiras, e representam, cerca de 25% e 1,4% respetivamente, do passivo.

O Risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão refletidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre os resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento;
- Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões para sinistros

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para sinistros, no valor de 1.351.081 milhares de euros, representa 49% do passivo à mesma data dos quais 683.135 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

i) Provisão para sinistros (exceto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho -Pensões) no montante de 667.946 milhares de euros

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, exceto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (*análises run-off*);
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos utilizados pela Entidade no apuramento da estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliação do trabalho produzido e das conclusões obtidas pelos atuários da Entidade; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (incluindo a provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho) no montante de 683.135 milhares de euros

O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros de Acidentes de Trabalho;
- Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade no apuramento da estimativa do valor da respetiva provisão, em especial, os pressupostos económicos e não económicos utilizados na projeção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho;
- Avaliação do trabalho produzido e das conclusões obtidas pelos atuários da Entidade; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

dv



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de dezembro de 2016 para o ano de 2016. A última recondução ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de maio de 2021 para o ano de 2021.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 18 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

18 de março de 2022



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado

(ROC n.º 1011 e registado na CMVM com o n.º 20160626)

11

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO
EXERCÍCIO DE 2021**

**Aos Senhores Acionistas da
Generali Seguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e estando o presente Conselho Fiscal em exercício de funções no presente momento submete-se à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da Generali Seguros, S.A. (“Companhia”) o nosso Relatório e Parecer sobre a atividade desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Companhia relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que são da responsabilidade do Conselho de Administração.....

1. O Conselho Fiscal da Generali Seguros, S.A. foi nomeado em Assembleia Geral de 15 de dezembro de 2021, e após renúncia de um dos seus membros foi nomeado em 22 de fevereiro de 2022 um membro substituto, tendo a autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para o mandato relativo ao triénio de 2022 a 2024 sido emitida em 15 de março de 2022. Importa salientar que o acompanhamento da atividade da Companhia ao longo do exercício de 2021 foi efetuado pelo anterior Conselho Fiscal, do qual um dos membros transitou para o atual. No período em que estivemos em funções examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2021 e procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

2. Tendo em conta o exposto, o Conselho Fiscal, dando continuidade ao trabalho do mandato anterior, dedicou a maior atenção à verificação da regularidade dos registos contabilísticos e adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados. Posteriormente e tendo em conta o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia, KPMG & Associados – SROC, S.A. (“KPMG”) com referência ao fecho de contas de 31 de dezembro de 2021, foram analisadas as áreas consideradas como de maior importância para a emissão da sua opinião constante na Certificação Legal de Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases, bem como a identificação das questões mais relevantes, designadamente para a condução dos trabalhos desenvolvidos, nomeadamente no domínio da integração dos sistemas de informação originados nas três companhias fusionadas, por forma a uniformizar os procedimentos de controlo interno, o tratamento de questões relacionadas com o reconhecimento de rendimentos e o tratamento de impostos diferidos. Com base nas conclusões do trabalho realizado pela KPMG, o Conselho Fiscal constatou que algumas das recomendações feitas em anos anteriores relativas à melhoria dos sistemas de controlo interno foram implementadas, existindo outras que ainda necessitam de melhoria, sugerindo-se que a Administração dê continuidade a esse trabalho.

3. Na análise ao Relatório de Gestão, o Conselho Fiscal apreciou as linhas gerais da estratégia que o Conselho de Administração pretende que a Companhia prossiga em 2022 para consolidar e expandir a sua posição no mercado segurador em Portugal, designadamente através de: (i) fortalecimento da posição no mercado, com foco nos segmentos de Particulares, incluindo os Séniores e Pequenas e Médias Empresas, (ii) aumento do profissionalismo dos agentes e consequente aumento do peso da Generali Seguros, S.A. nas suas carteiras, além da aposta no desenvolvimento de novos canais, e (iii) transformação da cultura e da organização no sentido de melhoria dos processos de gestão e envolvimento dos colaboradores.

Ainda no âmbito da análise deste documento, importa referir que o Conselho Fiscal prestou atenção à informação relativa à monitorização da margem de solvência, de acordo com o novo Regime de Solvência II, devendo acompanhar a divulgação em abril próximo dos correspondentes dados definitivos através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira. Igualmente o Conselho Fiscal irá continuar a dar atenção à preparação do Relatório relativo à informação não financeira que, de acordo com as disposições legais aplicáveis, será apresentado em separado e publicado dentro do prazo legal.

4. Relativamente à análise que efetuou às Demonstrações Financeiras da Generali Seguros, S.A. o Conselho Fiscal destaca os seguintes pontos:

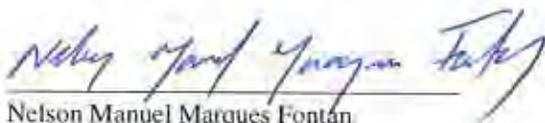
- a) A quota de mercado da Generali Seguros, S.A. em seguros Não-Vida situou-se em 18,8 % (crescimento de 0,4% vs 2020) e em seguros Vida situou-se em 1% (decréscimo de 1,1% face a 2020), tendo-se assistido ao aumento da base de clientes para 1.925 milhões de clientes particulares e empresas;
- b) O Balanço da Generali Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2021 indica que o Ativo líquido atingiu 3.085,9 milhões de euros, representando uma diminuição de 4,1% (-134,1 milhões de euros) relativamente ao ano anterior;
- c) O valor do Capital Próprio atingiu 342,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2% relativamente ao ano anterior (335,2 milhões de euros), para o qual contribuiu o Resultado líquido do exercício (+54,1 milhões de euros);
- d) No Passivo, o total de Provisões Técnicas ascendeu a 2.361,6 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 2,7% vs o ano anterior (2.427,9 milhões de euros), em resultado, principalmente, da redução da provisão matemática do ramo vida (-119,6 milhões de euros), tendo em conta o decréscimo de atividade neste ramo;
- e) O Resultado Líquido positivo do exercício atingiu 54,1 milhões de euros, refletindo uma melhoria face ao resultado de 18,9 milhões de euros no ano anterior;.....
- f) A atividade financeira da Generali Seguros, S.A. registou uma rentabilidade média global de 0,9%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa (76% do total) e em fundos de investimento diversificados com especial foco em fundos geridos pelo grupo ou parceiros do grupo Generali.

5. Como evento subsequente à data de referência das Demonstrações Financeiras de 2021 refere-se que nos dois primeiros meses de 2022 se verificou um reacendimento dos riscos resultantes da pandemia Covid-19, embora os elevados indicadores de vacinação levem a esperar uma redução do grau de risco ao longo dos próximos meses, o que leva a esperar uma gradual recuperação da situação sanitária e da situação económica e social, que por sua vez deverá ajudar a recuperação do setor segurador e dos indicadores da Generali Seguros, S.A. em 2022. Por outro lado, a recente guerra na Europa com a invasão da Ucrânia pela Rússia, gera enormes incertezas no plano político e económico, para as quais não é possível a esta data prever os impactos, até porque a duração da mesma poderá aumentar ou atenuar os mesmos. Em todo o caso, não é neste momento possível verificar quaisquer fatores que coloquem em risco os níveis de solvência e as exigências regulamentares aplicáveis à Companhia.

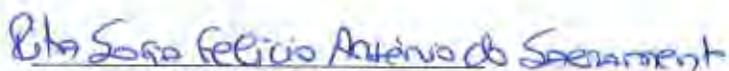
6. Face ao exposto, somos de parecer que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2021, o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados, que ascendem a 54.056.192,99 euros, expressa no ponto 3.6 do Relatório de Gestão, sejam aprovadas pela Assembleia Geral da Generali Seguros, S.A.

Finalmente manifestamos ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e à KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas S.A. o nosso maior apreço pela colaboração prestada ao Conselho Fiscal.

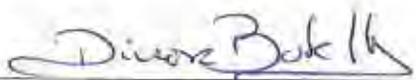
Lisboa, 18 de março de 2022



Nelson Manuel Marques Fontán
Presidente



Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento
Vogal



Dinora Clara Feijão Margalho Botelho
Vogal

GENERALI SEGUROS, S.A.

2021

RELATÓRIO & CONTAS